

UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Vanderlei da Silva

**A PARTICIPAÇÃO DA LOJA MAÇÔNICA PERSEVERANÇA III NA
EDUCAÇÃO ESCOLAR EM SOROCABA: DO FINAL DO SEGUNDO
REINADO AO FINAL DA PRIMEIRA REPÚBLICA**

Sorocaba/SP
2009

Vanderlei da Silva

**A PARTICIPAÇÃO DA LOJA MAÇÔNICA PERSEVERANÇA III NA
EDUCAÇÃO ESCOLAR EM SOROCABA: DO FINAL DO SEGUNDO
REINADO AO FINAL DA PRIMEIRA REPÚBLICA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Professor Doutor Luiz Carlos Barreira

**Sorocaba/SP
2009**

Vanderlei da Silva

**A PARTICIPAÇÃO DA LOJA MAÇÔNICA PERSEVERANÇA III NA
EDUCAÇÃO ESCOLAR EM SOROCABA: DO FINAL DO SEGUNDO
REINADO AO FINAL DA PRIMEIRA REPÚBLICA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do
Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade de Sorocaba, como exigência parcial
para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA:

Pres.:

1º Exam.:

2º Exam.:

**Dedico este trabalho a toda a minha família, na
certeza de que ela é a base de tudo.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que acreditam que vale a pena investir na educação do ser humano. Especialmente, aos meus pais, Onofre e Maria Rosa, que um dia saíram da roça e vieram morar na cidade com o intuito de educar os filhos, enfrentando todas as dificuldades que essa mudança representava em suas vidas. Agradeço a minha esposa e a minha filha, Helena e Grazielle, que me incentivaram quando decidi investir parte da nossa renda familiar no Mestrado em Educação. Também, não posso deixar de agradecer aos Diretores do Serviço de Obras Sociais – SOS, que me apoiaram e continuam apoiando a outros colaboradores, no sentido de que possam obter um conhecimento maior e, conseqüentemente, uma valorização profissional. E, finalmente, agradeço ao meu Orientador, Professor Luiz Carlos Barreira, que pacientemente me ensinou e me ajudou a dialogar com as fontes históricas e extrair delas informações preciosas.

“Vasculhar antigos livros de atas; examinar documentos amarelecidos pelo tempo; reunir fotografias agrupadas em álbuns há muito esquecidos, identificando as pessoas nelas retratadas e conferir, passo a passo, os documentos extraídos daquelas fontes com os registros de jornais da época, para compor, a partir disso tudo, a história viva de uma instituição, ao longo de mais de um século, é tarefa que poucos ousariam enfrentar”. José Hatem – Presidente da Diretoria Executiva da Fundação Ubaldo do Amaral (FUA), nos anos de 1993/97 e 1999/02.

RESUMO

O objeto deste estudo é a ação política e social da maçonaria, representada pela Loja Maçônica Perseverança III (PIII), na cidade de Sorocaba, através de sua atuação na educação escolar neste município; concentrando a pesquisa em sua mantida, a Escola Noturna, entre o final do século XIX e início do século XX. Busca-se um entendimento dos motivos que levaram aquela entidade a dedicar-se à implantação de escolas e a apoiar políticas educacionais. A dissertação insere-se em uma análise das atas da Loja Maçônica Perseverança III, transcritas por José Aleixo Irmão, limitando-se as consultas àquele tema específico, ou seja, a educação. Foram analisadas, ainda, outras obras que tratam da história da educação naquele período. Como norte para a pesquisa, e definição de termos e conceitos operacionais, designou-se o conceito de **história social** estabelecido por Vieira; Peixoto; Khouri (2002) procurando levar em conta as várias dimensões do social, do econômico e do político.

Palavras-chave: Educação Escolar em Sorocaba. Maçonaria e Educação Escolar. Escola Noturna. Loja Maçônica Perseverança III.

ABSTRACT

The object of this study is the political and social action of the Masonry, here represented by the Masonic Lodge Perseverança III (PIII), established in Sorocaba. The focus is on the Lodge's acts regarding the schooling programs in that city, concentrating the attention on the so called Escola Noturna (Evening School), between the last years of the 19th century and the beginning of the 20th. The aim is to understand the reasons which led that Institution to dedicate to establishing schools and supporting educational policies. This work results from analysis of the PIII minutes, written by José Aleixo Irmão, and the research was limited exclusively to the matter of education. Other researches related to history of education in that period were also consulted. As a guide to this research as well as a definition of terms and concepts, it has been borrowed from Vieira; Peixoto; Khouri (2002) their notion of "social history" taking into consideration the various dimensions of the social, political and economic aspects of the matter.

Key words: Schooling in Sorocaba. Masonry and the school education. Evening school. Masonic Lodge Perseverança III.

LISTA DE IMAGENS

Fig. 1	Prédio da cadeia antiga, adquirida pela Loja Perseverança III	100
Fig. 2	Prédio da cadeia velha, após a reforma efetuada pela P III	100
Fig. 3	Prédio em que funcionou a Loja P III	101
Fig. 4	Templo da Loja P III	101
Fig. 5	Prédio onde funcionaram três classes da Escola Noturna P III	102
Fig. 6	Fachada do prédio da Escola Noturna P III	102
Fig. 7	Fachada do prédio da Escola Noturna P III	103
Fig. 8	Prédio da Escola Noturna P III	103
Fig. 9	Estrutura da construção no novo templo da Loja P III	104
Fig. 10	Novo prédio da Loja P III, em 1969	104
Fig. 11	Primeira página do jornal Perseverança	105
Fig. 12	Foto estampada no convite do centenário da Loja P III - a	105
Fig. 13	Foto estampada no convite do centenário da Loja P III - b	106
Fig. 14	Foto estampada no convite do centenário da Loja P III - c	106
Fig. 15	Foto estampada no convite do centenário da Loja P III - d	107
Fig. 16	Integrantes da Loja P III, final do século XIX	107
Fig. 17	Grupo de maçons da Loja P III	108
Fig. 18	Alunos da Escola Noturna Perseverança III	108
Fig. 19	Alunos da Escola Noturna Perseverança III	109
Fig. 20	Diploma expedido pela Escola Noturna P III	109
Fig. 21	Boletim da Escola Noturna P III	110
Fig. 22	Decreto da GOB concedendo título a P III	110
Fig. 23	Título recebido pela Loja P III	111

LISTA DE SIGLAS

Alt.	Altaneiro
Arch.	Arquiteto
Aug.	Augusta
Comn.	Comissão
FFin (Comn FFin)	Comissão financeira
Ilr.	Irmãos
IR.	Irmão
Loj.	Loja
Mest.	Mestre
Orad.	Orador
RESP.	Responsável
RS\$	Contos de réis
Snr.	Senhor
Sup.	Superior
Univ.	Universo
Ven.	Venerável
Vig.	Vigilante

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	A MAÇONARIA NO OCIDENTE: RETROSPECTO	19
2.1	A Maçonaria no Continente Europeu	20
2.2	A Maçonaria no Brasil.....	24
3	A FUNDAÇÃO DA LOJA MAÇÔNICA PERSEVERANÇA III	34
3.1	A Participação da Loja PII na Educação Escolar em Sorocaba	41
4	A ESCOLA NOTURNA DA LOJA PERSEVERANÇA III	53
4.1	A Escola Noturna, de 1930 até o seu fechamento	75
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
	REFERÊNCIAS.....	86
ANEXO A	Carta Aberta ao snr. Cônego Aristides da Silveira Leite	90
ANEXO B	Proposta de Reforma das Escolas Noturnas	92
ANEXO C	Relatório das Escolas Noturnas – 1927	94
ANEXO D	Relatório das Escolas Noturnas – 1929	96
ANEXO E	Regimento das Escolas Noturnas	98

INTRODUÇÃO

Considerando que as ações da maçonaria têm sido importante fonte de pesquisa para muitos historiadores, julguei interessante apresentar um trabalho explorando a participação da maçonaria na educação escolar em Sorocaba. A presente pesquisa se concentra nas ações educativas da Loja Maçônica Perseverança III (P III), criada em 1869, que por muito tempo manteve uma Escola Noturna para alfabetização dos trabalhadores sorocabanos; considerando que as práticas educativas desenvolvidas por essa Loja Maçônica, iniciadas há mais de um século, foram relevantes para a educação escolar de Sorocaba.

Este trabalho não tem como pretensão estudar a maçonaria no contexto de suas origens e seus segredos, mas sim, pesquisar a atuação de uma Loja Maçônica na área da educação escolar neste município. Essa Loja, a P III, iniciou suas atividades no final do Segundo Reinado, período em que vários segmentos da sociedade se uniram em prol de novas iniciativas educacionais. Seguindo a abordagem de Mansur Barata (1999), procuro compreender as ações da maçonaria como uma rede de sociabilidade, mas levando em conta, também, as reflexões de Carmem Moraes (2006), que a considera como uma organização política, que participa ativamente na instalação do movimento republicano no final do século XIX. O período pesquisado é de 1869, ano da fundação da Loja Perseverança III, até 1930. A data final foi escolhida porque muitos autores consideram que nos anos de 1920, então incluídos, ocorreram significativas transformações na área da educação, sendo importante pesquisar como a maçonaria de Sorocaba participou dessas mudanças.

A minha principal fonte de pesquisa foi **A Perseverança III e Sorocaba**, publicada em seis volumes por José Aleixo Irmão, volumes esses que trazem as transcrições das atas das sessões ocorridas na Loja Maçônica Perseverança III e comentários feitos pelo autor sobre os assuntos apresentados. Aleixo Irmão foi um escritor, maçom da P III, nascido em Nuporanga, SP, no ano de 1912, cursou o primário nas Escolas Reunidas, em sua cidade natal, e o secundário no Ginásio São José, de Batatais, SP. Participou da Revolução Constitucionalista de 1932, integrando o grupo de voluntários, de sua cidade, que veio a compor o Batalhão Arquidiocesano, indo guarnecer, na Serra da Mantiqueira, a estrada entre São Luís do Paraitinga e Ubatuba, no Vale do Paraíba, sob o comando do coronel Euclides

Figueiredo. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1936, na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Foi membro do Ministério Público Paulista; designado prefeito de Santa Rita do Passa Quatro e, mais tarde, exerceu as funções de Promotor de Justiça em Sorocaba. Dedicou-se ao magistério superior como professor de Economia da Faculdade de Direito de Sorocaba, por mais de quinze anos; foi sócio-fundador e presidente de honra da Academia Sorocabana de Letras, na qual ocupava a cadeira nº 1 e pertenceu, também, a inúmeras instituições culturais do País. Sobre a Faculdade de Direito de Sorocaba publicou **A Nossa de Direito**, dois volumes que trazem uma história factual da faculdade. Participou como um dos instituidores da Fundação Ubaldino do Amaral (FUA), integrando a equipe responsável pela elaboração do seu estatuto, participando, ainda, do primeiro Conselho Editorial do jornal Cruzeiro do Sul, em Sorocaba. Nesse jornal, durante muito tempo, participou da redação do editorial diário e escreveu a crônica semanal **Enxergo da Minha Janela**. Foi, ainda, autor de vários artigos para revistas especializadas, entre elas, a revista **Obra Literária e Histórica**. O primeiro volume de **A Perseverança III e Sorocaba** foi publicado pela Fundação Ubaldino do Amaral, em 1969, destinado a comemorar o centenário de fundação da Loja P III, da qual foi um dos integrantes, e cobria os vinte primeiros anos de vida da Instituição, chegando até a proclamação da República. Retomou a tarefa em 1994 e, daquele ano até 1997, completou-a editando pela mesma Fundação Ubaldino do Amaral, os cinco outros volumes que transcrevem as atas até 1975. Também escreveu as seguintes obras: **Euclides da Cunha e o Socialismo** (1960); **Grandezas e Misérias do Júri** (1968), **Nulidades do Processo de Cristo** (1971); **Enxergo de Minha Janela** (1973); **Julio Ribeiro** (1978) e **O Liberalismo em Sorocaba** (1986). Em 1992 publicou a biografia de Rafael Tobias de Aguiar. Foi autor, ainda, de outros livros e opúsculos, como, por exemplo, **Afonso de Taunay, O Mosteiro de São Bento e Crônicas e Ditos Populares**. Faleceu em 28 de setembro de 2003. (SÃO PAULO (Estado), 2004)

Neste trabalho, são utilizados, principalmente, os volumes I e II de **A Perseverança III e Sorocaba**. O primeiro volume da coleção abrange o período de 1869 a 1889, ou seja, da fundação à Proclamação da República. Já o segundo volume abrange os anos de 1889 a 1930, tratando da queda da Monarquia ao fim da primeira República. Este segundo volume, mostra, ainda, “a atuação dos maçons da P III na política, nas atividades sociais e filantrópicas e no desenvolvimento social de

Sorocaba”, conforme consta em sua apresentação.(IRMÃO, 1994,p.9). O terceiro volume cobre o período de 1931 a 1954, ou seja, “do fim da primeira República ao suicídio de Vargas”. Nesse volume, consta, em sua apresentação, uma nota escrita por José Hatem, Venerável da Loja P III na época, reconhecendo o trabalho de pesquisa empreendido por Aleixo Irmão. Gostaria de compartilhar com o meu leitor esse reconhecimento, por expressar com precisão o difícil trabalho do pesquisador.

Vasculhar antigos livros de atas; examinar documentos amarelecidos pelo tempo; reunir fotografias agrupadas em álbuns há muito esquecidos, identificando as pessoas nelas retratadas e conferir, passo a passo, os documentos extraídos daquelas fontes com os registros de jornais da época, para compor, a partir disso tudo, a história viva de uma instituição, ao longo de mais de um século, é tarefa que poucos ousariam enfrentar. (1995, p.7).¹

No quarto volume, o período pesquisado é o de 1955 a 1966, sendo que o autor justifica a escolha desse período apresentando o seguinte dado histórico: “do suicídio de Vargas à Sagração do Templo”. Sendo importante destacar que, em 13 de maio de 1966, a Loja Maçônica Perseverança III inaugurou a sua nova sede, havendo assim, a sagração do templo. O volume quinto tem estabelecido o período de 1967 a 1969, e Aleixo Irmão o denomina “da Sagração do Templo ao Centenário”, no caso, o centenário da fundação da Loja PIII. E o sexto e último volume trata dos acontecimentos registrados nas atas entre 1970 e 1975, sendo esse período intitulado: “do centenário de fundação da Loja ao da inauguração da Estrada de Ferro Sorocabana”.

Trouxe essas informações sobre a minha principal fonte de pesquisa por achar importante que os leitores conheçam o material utilizado no trabalho e, também, com o intuito de que essas informações possam colaborar com outros estudos. Desejo, ainda, relatar as palavras de Aleixo Irmão, que no último volume de “A Perseverança III e Sorocaba” nos informa: “Mesmo quando a verdade doa a alguém, pela sua crueldade. A história da P III aqui relatada, por ser totalmente baseada em documentos, ou fontes primárias, não pode ser contestada, muito menos ainda por pequenos grupos atingidos no seu próprio interesse”. (1997, p.428).

É importante destacar, ainda, que José Aleixo Irmão fez uma releitura das atas originais da Loja Perseverança III, e, ao mesmo tempo, cotejou essas informações

¹ Nota do autor: Nas citações do corpo deste trabalho, a ortografia foi atualizada, porém, nos Anexos, e em notas de rodapé (textos históricos) ela foi mantida conforme está nos originais.

com outras fontes, como, por exemplo, fatos noticiados nos jornais da época. O foco da obra de Aleixo Irmão é nas ações sociais praticadas pela Loja P III, conforme o mesmo explicou: “A Maçonaria sempre timbrou em esconder as suas benemerências. No entanto, há momentos em que necessita sair á luz do sol, mostrando que realiza alguma coisa em prol da comunidade e da pátria”. (1999, p.7). Porém, entendo que essa finalidade não tira a importância da obra como registro de fatos históricos, além disso, as informações contidas nesses livros foram analisadas e buscou-se um entendimento mais amplo, com a ajuda da leitura de outras obras que tratam de acontecimentos no âmbito da educação escolar ocorridos no período pesquisado, como, por exemplo, edições do Anuário de Ensino do Estado de São Paulo, referentes aos anos de 1908 a 1917.

A dissertação foi desenvolvida tendo como base a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, procurando compreender as propostas referentes à educação, apresentadas nas atas das sessões realizadas na Loja Maçônica Perseverança III, e o projeto educacional implementado na Escola Noturna. Para historiar a ação da Loja Maçônica Perseverança III, apoiei-me nas experiências de outros autores que estudaram e investigaram a política e a sociedade brasileira, entre o final do século XIX e meados do século XX. Tomei aqueles estudos, tendo como pressuposto que com sua inclusão consigo apresentar uma análise geral do contexto para que, então, possa apresentar ao leitor uma visão mais específica e particular da relação entre a ação da PIII e a educação escolar.

Para desenvolver essa temática, fiz a opção de estruturar a dissertação em três partes: a primeira é dedicada a uma apresentação da história da Maçonaria, procurando demonstrar que dentro do espaço maçônico temas relevantes da sociedade foram discutidos e novas práticas culturais foram aprendidas. Além, disso, mostra-se que a atuação da Loja Maçônica Perseverança III, na educação escolar de Sorocaba, está relacionada com uma das formas que a Maçonaria utilizou para fazer a divulgação dos seus ideais. A criação de rede de escolas, aulas noturnas e bibliotecas, era uma prática que já vinha sendo amplamente utilizada na Europa e foi, igualmente, aplicada no Brasil. Na segunda parte são analisados acontecimentos políticos e econômicos que marcaram a história de Sorocaba, na época da criação da Loja Maçônica Perseverança III, fundada em 31 de julho de 1869, por maçons que se desligaram da Loja Maçônica Constância, sendo constituída formalmente com o objetivo de lutar pela abolição da escravatura. Além dessa finalidade, a nova Loja

também tinha o ideal de proporcionar educação aos escravos e à nascente classe operária de Sorocaba. A Perseverança III foi criada sob a égide do binômio “libertação e educação”, sendo que a atuação na área escolar teve início logo na sua fundação, pois inaugurou, no dia 07 de setembro de 1869, uma Escola Noturna com três salas. Além disso, a nova Loja também apoiou outras iniciativas escolares, como o Liceu Sorocabano e a criação do primeiro Ginásio Municipal. A terceira e última parte é dedicada a mostrar a participação da Maçonaria na criação de Aulas Noturnas e na apresentação das ações desenvolvidas na Escola Noturna Perseverança III. Nesse capítulo procurei trazer o máximo das informações que puderam ser extraídas das leituras que fiz das transcrições que Aleixo Irmão Fe das atas da Loja, principalmente, das discussões sobre as atividades da Loja no campo escolar. A Escola Noturna era mantida pela Loja Maçônica Perseverança III e tinha por finalidade atender à nascente classe operária sorocabana, admitindo a matrícula de escravos que apresentassem licença, por escrito, de seus senhores. As aulas noturnas da Perseverança III foram fechadas e reabertas várias vezes, sendo encerradas, definitivamente, em 1950, quando os integrantes da Loja Maçônica Perseverança III entenderam que o Governo Federal já estava atuando de maneira efetiva e satisfatória na alfabetização de adultos.

1 A MAÇONARIA NO OCIDENTE: RETROSPECTO

Os primórdios da Maçonaria são obscuros, bem como parte de sua história, por essa razão, em grande parte, cercada de teorias e lendas. Pelas informações colhidas durante a pesquisa, entendo que a melhor hipótese é a que defende que a Maçonaria descende de antigas corporações de mestres pedreiros, construtores de palácios, igrejas e catedrais. Nesse sentido, podemos citar várias fontes, inclusive uma reportagem, bem ilustrativa, publicada na Revista “Isto É”:

Sindicato de pedreiro: O nome maçonaria, ou franco-maçonaria, deriva do termo francês *franc-maçonnerie*, “pedreiros livres”. Sua origem é localizada nas corporações de ofício dos pedreiros da Idade Média, no final do século XIV. Naquela época, não havia escolas capazes de ensinar as técnicas da construção em pedra, utilizadas principalmente em catedrais. Somente nas corporações, também chamadas guildas, aprendizes e mestres dividiam a ciência do talhe e se reuniam após o expediente para discutir o andamento das obras e defender sua profissão, como em um sindicato. Levavam às reuniões os instrumentos de trabalho, utilizados na composição dos projetos arquitetônicos (esquadro e compasso) ou na atividade braçal (avental, malho e cinzel). Assim surgia a “maçonaria operativa”, preocupada com coisas práticas e restritas ao ofício. Alguns estudiosos afirmam que a sociedade iniciática é muito mais antiga, já que símbolos utilizados em rituais maçônicos foram encontrados em túmulos e pirâmides egípcias há sete mil anos. Somente após o Renascimento, com a fundação das primeiras universidades europeias, as reuniões maçônicas tornaram-se mais refinadas, admitindo discussões filosóficas e literárias. Os primeiros arquitetos e engenheiros a deixar as salas de aula encontravam um mercado de trabalho com todas as portas fechadas. As guildas formavam uma espécie de cartel, impedindo que profissionais de fora conseguissem emprego. De tanto insistirem, os acadêmicos foram aceitos paulatinamente na maçonaria e levaram sua erudição aos encontros. Desde então, a ordem propõe trabalhos fraternos e coletivos para assegurar a evolução espiritual dos seres humanos. Recebe o nome de “maçonaria especulativa ou filosófica”. (VANNUCCHI, 2009)

Essas corporações, formadas na idade média, detinham conhecimentos especiais relativos à construção das Catedrais, e eram beneficiadas por parte das autoridades eclesiásticas e seculares com inúmeros privilégios tais como: franquias, isenções tribunais especiais e outras. Daí, a denominação francesa de *franc-maçon*, traduzida como pedreiro-livre. Esses conhecimentos arquitetônicos representavam uma verdadeira arte real, cujos segredos eram transmitidos somente àqueles que a corporação entendesse como dignos de conhecê-los. Muitas vezes os pensadores e alquimistas, quando se encontraram combatidos e perseguidos pelas classes dominantes, buscaram refúgio entre os pedreiros livres, pois esses poderiam

protegê-los, dados os privilégios que tinham; junto às autoridades eclesiásticas. Dos muitos que buscavam esse auxílio, alguns eram aceitos, surgindo então a denominação de “maçons aceitos” em contraposição aos “maçons antigos”, os construtores. Desta forma, entende-se que a maçonaria apresenta duas fases distintas: a primeira, operativa, quando seus componentes operavam materialmente, e a segunda, denominada especulativa, uma vez que os seus adeptos passam a ser homens que desenvolvem o pensamento filosófico. José Aleixo Irmão, em “Perseverança III e Sorocaba” (1999), levanta a hipótese de que as primeiras atividades maçônicas tenham existido nos tempos da antiguidade, citando indícios encontrados no cenário cultural das culturas egípcia, hebraica, grega e romana. O autor informa que há quem divida a Maçonaria em sete períodos, o primeiro no Egito; o segundo remonta à construção do templo de Salomão; o terceiro, a partir dessa construção até a Ordem dos Essênios; o quarto, da Ordem ao estabelecimento das Cruzadas, delas surgindo os Hospitaleiros de São João de Jerusalém e a Ordem dos Templários; o quinto partindo das Cruzadas à transformação da Ordem dos Templários em templo maçônico; o sexto do fim da Ordem dos Templários à Revolução Francesa e o sétimo iniciando-se com essa Revolução e chegando aos nossos dias. Todavia, os estudos das raízes maçônicas, apresentados pelo historiador Paul Naudon (1968), levam a descobrir suas origens, mais claramente, na Europa da Idade Média. Foi nesse período histórico que surgiram as Universidades, as Companhias de Comércio e as Corporações de Ofício, sociedades fechadas que reuniam trabalhadores especializados.

1.1 A MAÇONARIA NO CONTINENTE EUROPEU

Segundo Ziéde C. Moreira (2005), o termo maçom tem origem no francês *maçom* que vem do francês *makyo*, que significa “pedreiro”, aquele que prepara a argila para a construção. Maçonaria (do francês, *Maçonnerie*) seria a construção feita por esse pedreiro livre, o “maçom”, em português. O mesmo autor nos informa que os construtores, intitulados maçons na Europa, compunham uma respeitada e próspera corporação de ofício, responsável para criação de prédios monumentais e pela aplicação de uma avançada engenharia ornamental. Já nos séculos finais da

Idade Média, a expressão maçonaria passou a designar uma associação corporativa de maçons, pedreiros especializados ou construtores de catedrais. Esses trabalhadores não estavam submetidos à servidão medieval, que prendia o súdito ao senhor feudal, assim, estavam livres para agir e circular de uma região a outra. Suas técnicas e habilidades eram guardadas em sigilo e transmitidas confidencialmente. As principais construções nesse período eram as grandiosas e sofisticadas igrejas, por isso, o pedreiro-livre tinha sua atividade profissional bastante valorizada. A especialização na arte de construir exigia conhecimentos matemáticos, além da destreza para trabalhar na pedra de adorno. Os interessados que demonstrassem ter as muitas aptidões exigidas eram admitidos como aprendizes do ofício. O ingresso do aprendiz na corporação dos maçons compreendia procedimentos ritualísticos, assimilados com os das celebrações exercidas pelas antigas sociedades secretas. Os pedreiros livres de uma corporação de ofício, a exemplo das outras, se repartiam em três graus de capacitação hierárquica próprios: aprendizes, companheiros e mestres.

Essa também é a opinião de Eliane Lúcia Colussi (2002). A autora cita, ainda, a transformação pela qual o conhecimento específico da maçonaria passou com o decorrer dos tempos: “Na sua fase inicial (*Século XII – XV*), o principal objetivo da instituição era garantir o monopólio desses conhecimentos a um número restrito de pedreiros, o que era conseguido por meio do segredo”. Colussi explica que o segredo era preservado através de um juramento pelo qual os pedreiros se comprometiam a não revelar os conjuntos de conhecimentos técnicos (especialmente matemáticos), que estavam diretamente relacionados com a arte da construção, principalmente, das Catedrais. “Como os pedreiros livres eram altamente especializados, o monopólio desses conhecimentos lhes garantia uma maior valorização profissional”. (p.5)

Por esse motivo os pedreiros-livres eram considerados como os que possuíam a Corporação mais elevada culturalmente. (RUGIU, 1998). Esses autores entendem que, a partir do século XVI, enquanto o movimento cultural e científico renascia na Europa (Renascimento, Humanismo e Revolução Científica), a maçonaria também foi se modificando. O desenvolvimento das ciências, entre elas a matemática e a arquitetura, afastou da maçonaria o monopólio dos conhecimentos da arte de construção. Em princípio, parecia que a essência que mantinha inalterada a ordem maçônica se esvaziaria, isto é, a existência de um segredo. Mas, ao contrário, essa

Instituição conseguiu se manter modificando-se: começou a aceitar como integrantes pessoas de outras profissões, os “maçons aceitos”.

Segundo Rugiu (1998), a passagem da chamada “simbólica” ou “aceita” é um processo que teve início no século XVIII, quando a corporação dos livres pedreiros começou a aceitar como membros “muitos burgueses ricos ou poderosos que nada tinham a ver com a construção de igrejas e palácios”. O autor compreende esse processo como “o emblema da escalada executada pela burguesia dos séculos anteriores, na hierarquia da divisão social do trabalho”. (p. 161)

A partir desse movimento, a maçonaria passou a ser um espaço de especulação no sentido de debate e discussão sobre ciência e política. O sistemático ingresso de membros teóricos induziu a introdução de temas filosóficos no seio da maçonaria. Os membros teóricos eram instruídos em artes e ciências diversas, acrescentando outros assuntos aos temas dos construtores. Conforme Rugiu, (p.61), “na realidade, nas suas lojas não se produzem mais manufaturados, mas idéias e modalidades agregativas, ou seja, nova educação”. Desse processo nasceu o filosofismo maçônico, pois conforme o mesmo autor: “A pesquisa, o trabalho que o maçom deve se aperfeiçoar em conduzir, está ligado à inteligência e ao espírito que movem o próprio comportamento”. A partir de 1691, além da palavra britânica *mason*, usada para identificar o integrante de uma loja (núcleo de ação maçônica), passou-se a empregar a expressão *free and accepted mason* (maçom livre e aceito) que se referia ao membro não operativo, com isso, o conteúdo do segredo também se modificou: mantiveram-se os rituais e símbolos do juramento, mas ele passou a ser um conjunto de conhecimentos humanistas e éticos que vão crescendo em quantidade dependendo dos graus que o maçom atinge, (BARATA, 1999). Os 33 graus² da maçonaria, segundo o rito escocês, o mesmo que domina a maçonaria

² **Rito Escocês - Graus do Rito Escocês Antigo e Aceito:** Simbólicos ou Tradicionais:

1) Aprendiz; 2) Companheiro; 3) Mestre; Lojas da Perfeição ou Filosóficos: 4) Mestre Secreto; 5) Mestre Perfeito; 6) Secretário Íntimo ou Mestre por Curiosidade; 7) Preboste e Juiz ou Mestre Irlandês; 8) Intendente dos Edifícios ou Mestre em Israel; 9) Cavaleiro Eleito dos Nove Mestre Eleito dos Nove; 10) Cavaleiro Eleito dos Quinze ou Ilustre Eleito dos Quinze; 11) Sublime Cavaleiro dos Doze ou Sublime Cavaleiro Eleito; 12) Grão-Mestre Arquitecto; 13) Cavaleiro do Real Arco (de Enoch); 14) Grande Eleito da Abóboda Sagrada de Jaime VI ou Grande Escocês da Perfeição ou Grande Eleito ou Antigo Mestre Perfeito ou Sublime Maçom[1]; Capítulos: 15) Cavaleiro do Oriente ou da Espada; 16) Príncipe de Jerusalém (Grande Conselheiro); 17) Cavaleiro do Oriente e do Ocidente; 18) Cavaleiro ou Soberano Príncipe Rosa-Cruz; Areópagos: 19) Grande Pontífice ou Sublime Escocês de Jerusalém Celeste; 20) Soberano Príncipe da Maçonaria ou Mestre "ad Vitam" ou Venerável Grão-Mestre de todas as lojas; 21) Cavaleiro Prussiano ou Noaquita; 22) Cavaleiro Real Machado ou Príncipe do Líbano; 23) Chefe do Tabernáculo; 24) Príncipe do Tabernáculo; 25) Cavaleiro da Serpente De Bronze; 26) Príncipe da Mercê ou Escocês Trinitário; 27) Grande

inglesa, francesa e latino americana, representam as várias etapas (de 3 a 33) que o maçom deve evoluir dentro da Instituição, os ritos³ constituem o sistema das organizações maçônicas. Representam ramos particulares da Associação, cada qual com um conjunto de regras, cada rito é livre para ter quantos graus desejarem seus dirigentes. Todos os ritos, contudo, possuem os três primeiros (aprendiz, companheiro e mestre).

Em 1721, James Anderson, clérigo da Igreja Anglicana, foi encarregado de elaborar um compêndio que uniformizasse o simbolismo maçônico. O livro das constituições de Anderson foi publicado em 1723, e traz uma série de dispositivos, extensivos a todas as Lojas⁴. Entre eles, estão os princípios da igualdade dos seres humanos, da liberdade de pensamento, da amizade fraternal e do sigilo. O texto determina também que só podem ser admitidos homens adultos, livres, de bons costumes e que acreditem na existência de Deus independentemente da religião que professam. Porém, se a maçonaria moderna que hoje conhecemos nasceu na Inglaterra, ela atingiu a sua plenitude na França, durante o século XVIII, pois foi nesse país e no decorrer desse período que ela se firmou como organização. Ran Haveli⁵ defende a tese de que as atividades maçônicas da França remontam ao ano de 1725, quando houve a instalação de uma Loja em Paris, expandindo-se a partir da Capital para outras cidades do interior.

Comendador do Templo ou Soberano Comendador do Templo de Salomão; 28) Cavaleiro do Sol ou Príncipe Adepto; 29) Grande Cavaleiro Escocês de Santo André da Escócia ou Patriarca dos Cruzados ou Grão-Mestre da Luz; 30) Grande Inquisidor, Grande Eleito Cavaleiro Kadosh ou Cavaleiro da Águia Branca e Negra; Administrativos: 31) Grande Juiz Comendador ou Grande Inspetor Inquisidor Comendador; 32) Sublime Cavaleiro do Real Segredo ou Soberano Príncipe da Maçonaria; 33) Soberano Grande Inspetor-Geral. (RITO – Wikepedia - verbete)

³ Ritos: Os ritos ou procedimentos ritualísticos, são métodos utilizados para transmitir os ensinamentos e organizar as cerimônias maçônicas. Entre os principais destacam-se: Rito Escocês Antigo e Aceito; Rito de York; Rito Schröder; Rito Moderno; Rito Brasileiro; Rito Adonhiramita; Rito Escocês Retificado. No mundo existem mais de 200 ritos praticados actualmente, porém os mais utilizados são o de Rito de York e o Rito Escocês. Outra classe de Ritos maçônicos menos comuns destacam-se pela abordagem mais esotérica e espiritualista como são os Ritos denominados Misraim e Memphis. (idem)

⁴ A base da estrutura organizacional maçônica é a Loja, que deve ser entendida como o local onde os maçons se reúnem. Ela é o “templo” cuja estrutura é uma réplica do “universo” e reproduz o Templo de Salomão em Jerusalém, conforme a tradição bíblica. Pode, também, o termo “loja” significar um agrupamento ou assembléia de maçons, de uma determinada região, que praticam o mesmo rito.” (BARATA,1999, p.38).

⁵ apud BARATA, 1999, p.31.

1.2 A MAÇONARIA NO BRASIL

Nos anos que antecederam a proclamação da Independência, a maçonaria assumiu uma posição avançada, como um importante centro de atividade política, para difusão dos ideais do liberalismo anti-colonialista. A influência da maçonaria teve um crescimento considerável durante o processo de formação do Estado brasileiro⁶, aparecendo como uma instituição de apoio à independência, atuando também no processo de libertação dos escravos e da proclamação da república. Vamireh Chacon⁷, defende que as associações maçônicas foram trazidas para o Brasil pelos estudantes brasileiros que frequentavam as universidades europeias. Parte desses estudantes, após terem concluídos seus cursos na Universidade de Coimbra, completavam seus estudos na Inglaterra e na França, principalmente na Faculdade de Medicina de Montpellier, local considerado como um dos principais focos da maçonaria francesa. Segundo esse mesmo autor, os arquivos do Grande Oriente da França, localizado em Paris, indicam a existência de duas lojas maçônicas formadas por estudantes do Brasil, uma em Montpllier, e outra na cidade vizinha, Perpignam.

Foi no início do século XIX que a maçonaria chegou ao Brasil, coincidindo com um período rico em acontecimentos e transformações na história brasileira. Nessa época, o Brasil passou da condição de colônia portuguesa à de um país independente, tendo dois imperadores e mantendo o regime escravocrata por um longo tempo até a abolição. O país, também, buscava a construção de uma nacionalidade brasileira, porém, mantendo uma característica conservadora na política e uma intensa exclusão social, sendo que a maçonaria participou dos movimentos de libertação dos escravos e para a independência do Brasil.

⁶ Embora tenha, a Maçonaria brasileira, se iniciado em 1797, com a Loja Cavaleiros da Luz, criada na povoação da Barra, em Salvador, e ainda com a Loja União, em 1800, sucedida pela Loja Reunião em 1802, no Rio de Janeiro, só em 1822, quando a campanha pela independência do Brasil se tornara mais intensa, é que iria ser criada sua primeira Obediência, com jurisdição nacional, exatamente com a incumbência de levar a cabo o processo de emancipação política do país. (GRANDE ORIENTE DO BRASIL –HISTÓRIA)

⁷ Apud BARATA, 1999.

Marcado por luzes e trevas, a história do surgimento da maçonaria no Brasil ainda é pouco conhecida, entretanto, ela teve participação no processo da independência e da construção do estado nacional brasileiro. Segundo Barata (1999), a primeira loja maçônica criada, e que se reunia regularmente, no Brasil foi a “Loja Reunião”, instalada em Niterói em 1801. Porém, no sítio eletrônico do Grande Oriente do Brasil, encontramos relatos da existência de uma loja maçônica, criada em 14 de julho de 1797, na povoação da Barra, Bahia. Essa loja era denominada de Cavaleiros da Luz e a ela se haviam filiado figuras de grande expressão na sociedade baiana.

José Aleixo Irmão (1999, p. 21) cita que na Bahia, em 1802, existia a Loja Maçônica “Virtude e Razão”. Porém, o estabelecimento oficial da maçonaria no Brasil se deu quando o Grande Oriente Lusitano delegou poderes a três maçons para a criação de Lojas regulares no Rio de Janeiro, criando-se, então, as Lojas “Constância” e “Filantropia”.

As sociedades políticas e literárias difundidas em algumas regiões do Brasil, na segunda metade do século XVIII, foram os primeiros espaços para a penetração do movimento maçônico. Essas sociedades, em sua maioria, possuíam finalidades políticas, assumindo ideias anticolonialistas, fundamentais para o processo de independência do país, e se constituíram num espaço importante na difusão do liberalismo no Brasil. Em muitas dessas reuniões literárias e/ou políticas, já havia a participação de liberais maçons, iniciados na maçonaria quando estudantes na Europa. Ao retornarem ao Brasil, contribuíram na divulgação do liberalismo, do anticolonialismo e também das ideias maçônicas. O ideário maçônico apresentava duas características centrais: a razão e a perfeição, como formadoras das luzes, ou seja, a racionalidade envolvida com a busca do progresso humano. Conforme Azevedo (1958), com a introdução das lojas maçônicas, trazidas de Portugal, formaram-se importantes centros de propagação das novas tendências dominantes na Europa, fazendo com que tomassem corpo e ganhassem extensão as teorias dos enciclopedistas, inspiradores da ideologia da Revolução Francesa.

A maçonaria cumpriu um papel representativo no processo de emancipação política do Brasil. Num período de ausência de partidos ou organizações políticas, ela representou um espaço de reunião dos defensores da independência brasileira, pois a maioria dos maçons integrava o grupo liberal brasileiro e articulava, nos seus templos, o processo de independência.

Conforme encontramos em Barata (1999), no ano de 1806 houve a primeira proibição de funcionamento da maçonaria no Brasil. A ordem partiu de um alto funcionário da coroa portuguesa, D. Marcos de Noronha e Brito, Conde de Arcos. Para ele, existiam fortes suspeitas de que a maçonaria estava por trás dos movimentos que defendiam a independência. Contudo, mesmo sob forte vigilância, os maçons continuaram se reunir clandestinamente. Segundo Aleixo Irmão, coube à Loja Maçônica “Comércio e Artes, fundada em 1815, congregar os maçons oriundos das Lojas que foram fechadas por força da ordem do Conde de Arcos, sendo que nessa Loja se trabalhava pela independência do Brasil”. (1999)

A vinda da família real para o Brasil, em 1808, alterou as condições políticas na colônia. O Brasil passou a ser sede do reino Português, e abriram-se os portos às nações amigas. As transformações que esse episódio promoveu foram grandes, especialmente as relacionadas à maior autonomia econômica e política conquistada pelo Brasil. A abertura dos portos em 1808 e a elevação do Brasil à condição de Reino Unido em 1815 são exemplos dessa maior autonomia. Mas a eclosão da Revolução Pernambucana, em 1817, reacendeu o espírito revolucionário dos liberais. A causa emancipacionista mantinha-se latente, apesar de o Brasil ter se tornado centro do reino português. A maçonaria foi, então, novamente acusada de insuflar os rebeldes, que foram rapidamente derrotados pelas forças oficiais. A repressão que se seguiu ao fim da Revolução de Pernambuco foi agravada com o alvará de 30 de junho de 1818. Por meio dele condenavam-se as sociedades secretas, especialmente a maçonaria. Essa crise política marcou o período que se estendeu do final da Revolução de 1817 até o retorno de D. João⁸ para Portugal, em 1821.

⁸ Relação do Monarca Português com a Maçonaria: “Dom João VI não era o que hoje em dia chamaríamos um cerebral, mas era uma pessoa deveras inteligente e com certo gosto, até pronunciado, pelas cousas espirituais. Apreciava como bom entendedor um bom sermão, tinha como toda a família queda pela musica, gostava de fossar a toda hora os maços de papeis d’Estado. E não só tinha chiste, como sabia e soia fazer cousas engraçadas. Nas anotações à sua própria notícia biográfica saída a luz num dicionário Francês de contemporâneos, refere Antonio Menezes Vasconcelos Drumond que, depois da Revolução Pernambucana de 1817, urdida como é corrente em lojas maçônicas, entraram as sociedades secretas, até então de certo modo toleradas, a ser vigiadas de perto, perseguidas e dissolvidas, criando-se no Rio, para punição dos culpados, um Juízo da Inconfidência. Na espécie de terror produzido por esse assomo de violência da parte do Governo paternal que estava sendo o brasileiro, muitos mações denunciaram-se a si mesmos, entre eles o Conde de Parati, camarista e grande valido do Rei, que dele nunca se separava. O castigo que o Monarca, ressentido, lhe infligiu foi o de entrar para a Ordem Terceira de São Francisco da Penitencia e conservar-se no paço durante todo o dia do juramento com o hábito de irmão. O Marquês D’Angela, outro mação confesso, resgatou sua falta entregando toda a prata da

A participação dos maçons no processo de emancipação política efetivou-se a partir de três episódios: a reabertura da Loja Comércio e Artes, no Rio de Janeiro (fechada em 1818); a fundação do primeiro poder maçônico central brasileiro, o Grande Oriente do Brasil (GOB), em 1822; e o fato de dois dos principais líderes da independência serem maçons, Jose Bonifácio de Andrada e Silva e Joaquim Gonçalves Ledo. A criação do GOB foi decidida em assembléia geral, realizada na Loja Comércio e Artes em 17 de junho de 1822, sendo que foi eleito como primeiro Grão Mestre⁹ José Bonifácio de Andrade e Silva, chamado de o Patriarca da independência do Brasil. (ALEIXO IRMÃO, 1999, p. 22).

O Grande Oriente Brasileiro de 1822 se tornou um foro de debate, mobilização e contato entre as forças políticas que efetivaram a separação do Brasil de Portugal. No quadro ainda do absolutismo, embora abalado pelo movimento constitucional português, desde 1820, o espaço maçônico era adequado para realizar tal articulação que, tornada pública, seria ilegal. O Grande Oriente Brasileiro aglutinava, em 1822, três lojas cariocas: Comércio e Arte, Esperança de Niterói e União e Tranquilidade. Este primeiro avanço do movimento associativo moderno seria logo reprimido pelo novo império, com a proibição, assinada por D. Pedro I, em 21 de outubro de 1822, dos trabalhos maçônicos e das associações políticas durante todo o primeiro reinado.

A trajetória maçônica de D. Pedro I foi ao mesmo tempo fugaz e fulminante. D. Pedro foi iniciado na maçonaria, em 02 de agosto de 1822. E em 05 de agosto foi elevado ao grau de Venerável (principal dirigente de uma loja maçônica) pela loja Comércio e Artes. Na sessão de 04 de outubro D. Pedro foi aclamado Grão-Mestre sob o pseudônimo de “Guatimusim” (nome escolhido em homenagem ao último imperador indígena do México pré-colombiano), galgando assim em dois meses todos os degraus da maçonaria, oito dias antes de sua aclamação como Imperador do Brasil. Entretanto, a aliança do Imperador com a maçonaria não durou muito, pois 17 dias depois de ascender a Grão-Mestre, D. Pedro I proibiu, por escrito, as atividades maçônicas. Os termos do fechamento do GOB foram os seguintes:

sua casa para servir as necessidades do Estado. (Anais da Bibl. Nac. do Rio de Janeiro, 1888, v. XIII)

⁹ Grão Mestre: a autoridade máxima de uma federação de lojas maçônicas; presidente de loja maçônica. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=gr%E3o+mestre&stype=k>. Acesso em: 2 mar.2008.

Aos vinte e cinco de outubro de 1822, da era vulgar, recebeu o irmão primeiro grande vigilante uma prancha, na qual determinava o irmão Grão Mestre Guatimosim que se suspendessem os trabalhos do Grande Oriente e de todas as oficinas do circulo até segunda determinação sua, declarando que assim o mandava na qualidade de Grão Mestre da maçonaria Brasileira e na de Imperador e defensor perpetuo deste império. (Boletim do Grande Oriente do Brasil, 1923, ano 48, nº. 10, p.920)¹⁰

As atividades da maçonaria se restabeleceram no Brasil em 1831, quando da abdicação de D. Pedro I, no mês de abril. . A reinstalação da maçonaria brasileira nesse momento ocorreu com o ressurgimento do Grande Oriente do Brasil sob a direção de José Bonifácio. Nos anos 1830, houve um crescimento considerável da maçonaria e ao mesmo tempo, um verdadeiro canibalismo maçom, com a existência de cinco Grandes Orientes somente no Rio de Janeiro, além de dissidências e intrincadas brigas entre os grupos, revelando-se como era difícil a busca de fraternidade e perfeição. Foi nesse período que surgiram os primeiros textos formalmente maçônicos impressos e tornados públicos no Brasil. Na segunda metade do século XIX ocorreu a consolidação da maçonaria brasileira, época em que a instituição mais influenciou a vida político-cultural do país. Sendo que os seus posicionamentos, a partir desse momento, tornaram-se cada vez mais contrários aos da Igreja Católica.

Os maçons deram início a uma campanha de propaganda e divulgação de sua Instituição. Foram criados, almanaques, revistas, jornais e boletins dirigidos aos seus filiados. Também se iniciaram as traduções para o português e a publicação de obras e manuais maçônicos.

Os conflitos da maçonaria com a Igreja Católica se acentuavam com o crescimento da propaganda católica contra os maçons, a qual trazia consequência negativa às suas famílias. Houve também, nesse período, a ameaça dos padres ultramontanos¹¹ de excomungar os suspeitos de pertencerem à maçonaria e a recusa, por parte da Igreja, de realizar casamentos ou sepultamentos de maçons.

¹⁰ Revista “Nossa História”, 2005.

¹¹ Ultramontano: que ou aquele que é partidário do ultramontanismo. Aquele que apoia e defende a autoridade e o poder absoluto do papa; datação 1877. Disponível em <<http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=ultramontano&cod=186789>>. Acesso em 12 fev. 2008.

O crescente desprestígio do catolicismo no século XIX motivou a Igreja a adotar políticas que revigoraram o chamado ultramontanismo¹², movimento que pregava a retomada da autoridade papal “além das montanhas” que separavam a Itália do resto da Europa. O ultramontanismo foi uma reação a leis que, nos países católicos, subordinavam a Igreja à autoridade do Estado, como acontecia no Brasil.

O confronto entre clérigos e maçons recrudescceu quando repercutiram no Brasil os ventos da política de romanização católica. Implementada pelo Papa Pio IX (1848 – 1879) essa política pretendia, a partir da retomada de posicionamentos conservadores; do prosseguimento de uma política de centralização da igreja em torno da figura do Papa e da intransigência liberal, reverter o quadro negativo enfrentado pelo catolicismo em escala mundial.

No período em que se radicalizou a luta entre a Ordem maçônica e a Igreja Católica, houve diversas atuações mais intensas dos maçons na política. A maçonaria defendia a liberdade de imprensa e colocava em discussão temas que envolvessem a relação de Igreja e Estado, como o ensino religioso na rede pública, subsídios para a vinda de padres estrangeiros para o Brasil e a destinação de recursos para a construção e reformas de igrejas.

As irmandades religiosas representavam outro espaço de disputas entre Maçonaria e Igreja Católica, especialmente a partir de 1872, quando aconteceu a chamada “questão religiosa”. Até então, era pública a presença de muitos integrantes do clero nas lojas maçônicas e de maçons nas irmandades religiosas. A Igreja Católica no Brasil, porém, mobilizou-se contra essa situação e passou a contra-atacar, publicando bulas e cartas pastorais condenando a maçonaria e as sociedades secretas. Os documentos de condenação previam várias penalidades aos anticlericais, incluindo a expulsão de padres maçons que não abjurassem a Ordem e a suspensão dos trabalhos das irmandades e confrarias que estivessem sob suspeita de influência maçônica. No início da década de 1870, o pensamento ultramontano já dominava o clero brasileiro. A constituição de 1824 determinava que a publicação e aplicação no Brasil de decretos, bulas e cartas papais dependiam do beneplácito (consentimento/aprovação) do Imperador. Em 1872, os Bispos de

¹² Ultramontanismo: Doutrina que defende a posição tradicional da Igreja católica italiana de sustentar a tese da infalibilidade do papa. Conjunto de idéias e doutrinas que apoiam a autoridade e o poder absoluto do Papa. Disponível em <<http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=ultramontanismo&cod=186787>>. Acesso em: 12 fev. 2008.

Olinda e de Belém, D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira e, D. Antonio de Macedo Costa, respectivamente, resolveram cumprir as ordens de Roma, desobedecendo ao beneplácito.

Como afirmou, em 1873, D. Macedo Costa, bispo de Belém do Pará, em sua instrução pastoral dirigida aos católicos, a Maçonaria deveria ser condenada em três aspectos: sob o ponto de vista moral, por ser intrinsecamente má, em decorrência do seu caráter secreto; sob o ponto de vista religioso, por ser o anti-cristianismo organizado defensor da escola laica, do casamento civil e da secularização dos cemitérios; e sob o ponto de vista social, por ser um poderoso instrumento de desorganização social, “escola preparatória de revoluções. (BARATA, 1999, p.109)

Esses dois Bispos suspenderam as irmandades religiosas que haviam se recusado a expulsar os maçons de seus quadros. Foram punidas as irmandades da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos e da Ordem Terceira de São Francisco. As irmandades recorreram ao Imperador, que, por sua vez, ordenou aos Bispos que cancelassem a suspensão. Como eles se recusaram a obedecer, foram presos e condenados a quatro anos de prisão com trabalhos. Anistiados em 1875, os prelados mantiveram suas decisões contra as irmandades.

A dificuldade de relacionamento entre as Lojas Maçônicas e a Igreja Católica também era fato em Sorocaba; José Aleixo (1994, p.192) comenta que na sessão do dia 20 de outubro de 1902, foi feita uma consulta pelo maçom Ângelo Rizzo à Loja, para saber se deveria retirar o filho do seminário, em São Paulo, por ser maçom. O Venerável respondeu que “nem a Loja e nem a Maçonaria proíbe que um pai dê educação, neste ou naquele colégio”. E o Orador reforçou que a “Maçonaria combate o clericalismo, mas não a religião, combate os jesuítas, que arrastam a humanidade ao fanatismo, mas não os padres que são cumpridores de seus deveres”.

Outro fato que demonstra os enfrentamentos entre a Maçonaria e a Igreja Católica, em Sorocaba, ocorreu em 1925, quando do falecimento do maçom Frederico de Mascarenhas Camelo. Nessa ocasião, o Vigário da Paróquia, Cônego Aristides da Silveira Leite havia se recusado a proceder a encomendação do corpo, alegando que tomara essa decisão pelo fato de o falecido ter sido protestante. Como

forma de protesto, foi aprovada a publicação de uma carta aberta ao Vigário Silveira¹³.

No século XIX e início do século XX, a maçonaria teve influências no âmbito cultural brasileiro, seus integrantes, na maioria intelectuais e defensores da secularização¹⁴ da sociedade brasileira, ocuparam e criaram espaços na luta contra o conservadorismo representado pela Igreja Católica ultramontana. No século XX, porém, o distanciamento entre a maçonaria e a Igreja Católica diminuiu. A partir da década de 1960 tornaram-se comuns os exemplos da boa convivência entre as duas instituições, representantes católicos passariam a ser convidados a participar de eventos maçônicos; lideranças maçônicas se fariam presentes em cerimônias católicas. A relação do Grande Oriente do Brasil (GOB) com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) passou a ser de respeito mútuo.

Entretanto, o último documento oficial da Igreja Católica a tratar da maçonaria mantém o tom duro. Respondendo a uma consulta, em 26 de novembro de 1983, o então Prefeito Cardeal Joseph Ratzinger, hoje Papa Bento XVI, foi taxativo: “os fieis que pertencerem às associações maçônicas estão em pecado grave e não podem aproximar-se da sagrada comunhão”. (TERRA, 1996, p.100).

De acordo com a constituição do Grande Oriente do Brasil¹⁵ (GOB), em seu artigo 1º, “A maçonaria é uma instituição essencialmente iniciática filosófica, educativa, filantrópica e progressista.” Ela não se classifica como religião, ainda que ter uma fé religiosa de qualquer espécie seja condição fundamental para o ingresso na Instituição.

No século XIX e nas primeiras décadas do século XX, os filiados da maçonaria eram, na sua maioria, integrantes das camadas mais abastadas. Não era maçom quem queria ser, mas quem podia arcar com os custos: era obrigação do maçom pagar mensalidade, contribuir com obras filantrópicas, com os custos das vestimentas, da publicação de jornais e outras despesas. Os maçons eram quase sempre integrantes da elite política e econômica brasileira: grandes ou médios

¹³ Ver Anexo A - Carta Aberta ao snr. Cônego Aristides da Silveira Leite, vigário da paróquia de Sorocaba, transcrita conforme ortografia da época.

¹⁴ Secularização: transformação ou passagem de coisas, fatos, pessoas, crenças e instituições, que estavam sob o domínio religioso, para o regime leigo. Ex.: s. de um cemitério. Disponível em < <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=seculariza%E7%E3o&stype=k>>. Acesso em 12 fev. 2008.

¹⁵ Disponível em: < http://www.lealdadeecivismo.org.br/wp-content/uploads/2008/08/constituicao_gob.pdf>. Acessada em: 20 maio 2009.

comerciantes, profissionais liberais, funcionários públicos, grandes proprietários rurais e industrialistas. Tinham, de uma forma geral, um nível de escolaridade elevado para os padrões de um país de maioria analfabeta.

Foram muitos os maçons atuantes na vida política brasileira, porém a atuação nesse campo não era unificada; nota-se a presença de maçons em diferentes partidos políticos do período imperial. Da mesma forma, no processo de proclamação da República, alguns maçons aderiram à República, enquanto outros se mantiveram monarquistas.

Na década de 1880, houve a consolidação da campanha abolicionista como uma causa nacional. Os abolicionistas iniciaram campanhas de arrecadação de fundos para a compra de cartas de alforria. Antes da intensificação do movimento abolicionista, não havia por parte da maçonaria Brasileira, um posicionamento oficial a respeito do problema da escravidão no Brasil. Como a maçonaria tinha em seus quadros, integrantes da elite, a maior parte dos maçons dependia da mão de obra escrava para que seus negócios prosperassem. De forma isolada, alguns maçons aderiram à ideia abolicionista, antes mesmo de o movimento ganhar adesões de maior expressão. Um exemplo de defensor dessa ideia era o líder maçom Visconde de Rio Branco. Na maior parte dos casos, os maçons acreditavam que libertar escravos era um ato de caridade, os que estavam de acordo com as finalidades da maçonaria, e iniciativas maçônicas nesse sentido ocorreram então em todo o Brasil, pressionando seus integrantes a assumirem a causa como humanitária e beneficente, havendo, dessa forma, a presença de muitas lideranças maçônicas entre os abolicionistas.

O mesmo ocorreu em relação ao Movimento Republicano Brasileiro, que se organizou a partir de 1870, e consolidou-se quando da fundação do Partido Republicano, uma dissidência do Partido Liberal. A partir de então, espalharam-se pelas principais cidades do Brasil partidos, clubes e jornais divulgando as ideias republicanas. No Rio de Janeiro, houve uma tendência de as principais lideranças maçônicas aderirem ao republicanismo, ainda na década de 1870, como, por exemplo, um dos principais dirigentes da maçonaria Saldanha Marinho, que também foi um líder republicano. No Rio Grande do Sul, observou-se um fenômeno contrário, muitos maçons mantiveram-se monarquistas até o fim. Como republicanos ou monarquistas, os intelectuais da maçonaria, assim como de outros segmentos da

sociedade brasileira, mantiveram discussões e debates tendo em vista a formação de uma cultura política baseada na defesa de uma sociedade laica.

Em 1937, com a instalação do chamado “Estado Novo”, o Presidente Getúlio Vargas estabeleceu um presidencialismo autocrático, podendo decretar o recesso ou dissolver o Legislativo Federal e intervir nos Estados. Sendo que, de fato, o Congresso foi dissolvido, assim como os partidos políticos. Em 23 de outubro daquele mesmo ano, as forças armadas determinaram o fechamento das sociedades secretas, entre elas as Lojas Maçônicas. A última reunião realizada na Loja Maçônica Perseverança, antes da ordem de fechamento, ocorreu em 18 de outubro de 1937, e a reabertura se deu em 08 de janeiro de 1940. “Nesse período era Venerável Simpliciano de Almeida, conforme Livros de Atas, fls. 125 e 126 e livro próprio das eleições” (ALEIXO IRMÃO, 1995, p.97).

Desde a renúncia de Jânio Quadros, em 1962, um maçom não ocupa a Presidência da República, mas isso não significa que a maçonaria tenha deixado de atuar na política brasileira. A Ordem tem hoje, no Congresso Nacional, parlamentares representantes de diferentes partidos, além de Governadores, Prefeitos, Deputados Estaduais e Vereadores. A Ordem, apesar de não ter orientação partidária está longe de ser apolítica. Questões nacionais são tratadas pelo Grande Oriente do Brasil, e um Grão-Mestre estadual não pode opinar sobre assuntos fora de sua região. Funcionam atualmente no Brasil duas potências reconhecidas entre si e internacionalmente: o GOB – Grande Oriente do Brasil e a Grande Loja do Brasil. O primeiro reporta-se à Grande Loja de Londres; a segunda ao grande Oriente da França. Lojas fora dessas potências, assim como maçonarias mistas ou femininas, não são reconhecidas.

2 A FUNDAÇÃO DA LOJA MAÇÔNICA PERSEVERANÇA III

No ano de 1857, Sorocaba teve a sua primeira Loja Maçônica, tratava-se da “Constância”. Esse fato ocorreu graças à iniciativa do negociante João Teixeira de Miranda, que residia na Capital, e do professor Francisco de Paula Xavier de Toledo. Tratava-se da terceira instituição maçônica da região, pois já existia em Porto Feliz a Loja “Inteligência”, a primeira da Província de São Paulo, criada em 1931 e desativada em 1950. Também, na cidade de Itapetinga já havia uma Loja maçônica, a “Firmeza”, que foi instalada em 1852 e reinstalada em 1874. (Sorocaba 350 anos..., 2004, p.121).

A escrituração da Loja Constância, denominada livro do “Quadro da Augusta e Respeitável Oficina Capitular Constância ao Oriente de Sorocaba, Província de São Paulo”, que se encontra no arquivo da Loja Perseverança III, acusa o número de duzentos e setenta e oito maçons, nele se inscrevendo autoridades não só de Sorocaba como de outros municípios. No índice dos matriculados, feito por Manoel Alves Lobo, em 21 de junho de 1877, figura em primeiro lugar o Tenente Coronel João Teixeira de Miranda, seguindo-se Francisco de Paula Xavier de Toledo. (ALEIXO IRMÃO, 1999, p. 413). Desses, muitos foram excluídos por se filiarem às outras Lojas¹⁶.

A Loja Maçônica Perseverança III, foi fundada em 31 de julho de 1869, por integrantes dissidentes da Loja Maçônica Constância, sendo constituída formalmente com o objetivo de lutar pela abolição da escravatura. Além dessa finalidade, a nova Loja também tinha o ideal de lutar pela educação dos antigos trabalhadores e da nascente classe operária de Sorocaba. A Perseverança III foi criada sob a égide do binômio “libertação e educação”, criando, no mesmo ano de sua fundação, uma escola noturna que, apesar de ficar desativada em certos períodos, permaneceu na cidade até 1950. Como organização que tinha por objetivo específico trabalhar pela emancipação dos escravos e oferecer condições para esses pudessem inserir-se na

¹⁶ 1866 – Junho, 21 – Luiz Matheus Maylasky, húngaro, natural da Hungria, morador desta cidade, idade 28 anos, solteiro, negociante, de religião católica, apostólica, romana, recebeu o grau 3º no dia 17 de julho do mesmo ano. Riscado do quadro por pertencer ao da loja Perseverança 3º, em sessão de 02 de agosto de 1869. (ALEIXO IRMÃO, 1999, p. 40).

1869 – Março, 16 – Ubaldino do Amaral Fontoura. Idade 26 anos, solteiro, advogado, natural de Vila do Príncipe, residente nesta cidade, de religião católica, apostólica romana. Foi riscado do quadro por pertencer ao da loja Perseverança 3ª em sessão de 2 de agosto de 1869. (p.36).

sociedade como trabalhadores livres, a Loja PIII foi a primeira do Brasil. Sendo que a proposta de se fazer essa inserção era através das escolas noturnas gratuitas. A iniciativa da P III em favor dos escravos antecede as ações das sociedades emancipadoras do Rio de Janeiro e a Lei do Ventre Livre, publicada em 28 de setembro de 1871. Além disso, é anterior ao discurso proferido na Câmara, em 05 de março de 1879, pelo deputado Jerônimo Sodré, em favor da abolição imediata e sem condições, afirmando que era preciso que o poder público olhasse para a condição de um milhão de brasileiros que jaziam ainda no cativeiro. (Sorocaba 350 anos, p. 211).

Pelo que se depreende da leitura da obra de José Aleixo Irmão (1999), alguns maçons não estavam satisfeitos como participantes da Loja Constância, por isso resolveram fundar um novo espaço maçônico em Sorocaba. Para a instalação da nova Loja, que viria a ser chamada de Perseverança III, reuniram-se em 19 de junho de 1869, em uma casa, na Rua da Penha, vinte e quatro homens de projeção política, econômica e social. Segundo Ivanilson Bezerra da Silva (2006), “Tratavam-se de pessoas que formavam a elite sorocabana: comerciantes, industriais, abolicionistas, republicanos, protestantes”.

No dia 31 de junho de 1869, esse grupo de maçons¹⁷ da Loja Constância, dela se afastou para criar a Loja Maçônica Perseverança III, tendo como inspiração as propostas de trabalho da Loja América, organizada em São Paulo no ano de 1868. A Loja América foi criada por estudantes de direito da Academia do Largo de São Francisco, entre eles Rui Barbosa, e tinha, como proposta específica, o trabalho pela libertação dos escravos e a implantação de escolas noturnas para a instrução dos libertos e dos trabalhadores. (Sorocaba 350 anos, p.124).

A Loja Maçônica Perseverança III, desde a fundação, seguiu o Grande Oriente do Brasil¹⁸, filiado à Grande Loja de Londres, e grande parte dos que a

¹⁷ Foram seus primeiros integrantes Vicente Eufrásio da Silva Abreu, Ubaldino do Amaral Fontoura, José Antonio Cardoso, Luís Mateus Maylasky, Francisco de Assis Machado, Antonio Bernardo Vieira, José Tomás da Silveira, Jerônimo de Abreu Lolot, Antonio Augusto de Pádua Fleury, José Leite Penteado, Vicente de Paula Gomes e Silva, Roberto Dias Batista, José Ferreira Braga, André de Andrade, Joaquim Galvão de Campos, Rafael da Silva, Bernardo de Mascarenhas Martins, Francisco Chagas do Amaral Fontoura, José Pereira Chagas, José Timóteo de Oliveira, João Marcondes França, Joaquim Carneiro do Amaral, Prudente Floriano da Costa e Antonio de Mascarenhas Camelo. (Sorocaba 350 anos, 2004, p.124)

¹⁸ Criado a 17 de junho de 1822, por três Lojas do Rio de Janeiro - a Commercio e Artes na Idade do Ouro e mais a União e Tranquilidade e a Esperança de Niterói, resultantes da divisão da primeira - O Grande Oriente Brasileiro teve, como seus primeiros mandatários José Bonifácio de Andrada e

fundaram eram católicos apostólicos romanos que faziam parte de irmandades religiosas e mandavam rezar missa pelos falecidos. “Cumpra assinalar que os maçons viviam em santa paz com os padres locais. É público e notório serem as diretorias da Irmandade do Santíssimo compostas quase somente de maçons, que se encarregavam das comemorações da Semana Santa. Fato que durou por muitos anos, ao que consta até 1911”. (ALEIXO IRMÃO, 1999, p.12). Essa aproximação da maçonaria e a Igreja era comum durante o Império, muitos eram católicos e havia também sacerdotes, porém, a partir de 1852 houve a generalização do rito escocês, com um certo antagonismo contra a Igreja e a alta hierarquia eclesiástica.

Aleixo Irmão entende que a cisão na Loja Constância foi motivada pela saída dos maçons liberais radicais, e cita um relato estampado no jornal diário de Sorocaba, de 19 de dezembro de 1889, escrito por Maneco Januário, que faz uma abordagem histórica da política Sorocabana de 1868 a 1869.

Para Sorocaba, pois, Ubaldino do Amaral representava a força e o gênio da república. Haja na memória de todos a lembrança certa de um jantar e reunião política promovidos pelo partido liberal e efetuados em casa do finado cidadão Jose Leite Penteado de saudosa memória, no dia 07 de setembro de 1868. Nessa reunião, convocada expressamente para acentuar a atitude do partido liberal em face dos acontecimentos políticos que determinaram a subida dos conservadores a 16 de junho daquele ano, Ubaldino do Amaral e Candido Barata, arrojadados e atrevidos obreiros do porvir, definindo as posições, concluíram apoteosando a república, e brindando-a pelo partido, êmulos dos gloriosos heróis de 1831. A essa reunião e festa política achavam-se presentes os cidadãos seguintes, que com eles beberam também pelo grandioso futuro da pátria brasileira: Dr. Olivério Pilar, este presidente da Câmara Municipal, Jose Antonio Cardoso, Vereador, Francisco de Assis Machado, juiz de paz, João Lycio Gomes e Silva, empregado público (tabelião), Jose Antonio de Souza Bertoldo, Jesuíno Pinto Bandeira e Antonio Joaquim Lisboa e Castro. (1999, p.52).

A saída de um grupo de maçons da Loja Constância, com a finalidade de fundarem outro, em tese, foi motivada pela posição política adotada por esse grupo a

Silva, ministro do Reino e de Estrangeiros e Joaquim Gonçalves Ledo, Primeiro Vigilante. A 4 de outubro do mesmo ano, já após a declaração de independência de 7 de setembro, José Bonifácio foi substituído pelo então príncipe regente e, logo depois, Imperador D. Pedro I (Irmão Guatimozim). Este, diante da instabilidade dos primeiros dias de nação independente e considerando a rivalidade política entre os grupos de José Bonifácio e de Gonçalves Ledo - que se destacava, ao lado de José Clemente Pereira e o cônego Januário da Cunha Barbosa, como o principal líder dos maçons - mandou suspender os trabalhos do Grande Oriente, a 25 de outubro de 1822. Somente em novembro de 1831, após a abdicação de D. Pedro I - ocorrida a 7 de abril daquele ano - é que os trabalhos maçônicos retomaram força e vigor, com a reinstalação da Obediência, sob o título de Grande Oriente do Brasil, que nunca mais suspendeu as suas atividades. (GRANDE ORIENTE DO BRASIL – História)

partir das mudanças políticas ocorridas no país¹⁹, pois com a queda do Partido Liberal, assume Itaboraí, refletindo com isso a força do Partido Conservador²⁰. Essa mudança política fez com que se unissem progressistas e liberais, que, porém, se cindiram em duas correntes: a dos radicais que apoiavam a proclamação da república e a dos reformistas que protestavam contra a dissolução do parlamento, mas reafirmavam a confiança nos princípios democráticos como forma de resistência. (ALEIXO IRMÃO, 1999, p.51). Conforme Ivanilson Bezerra, a maçonaria sorocabana participou ativamente do Movimento Republicano Nacional: “Em Sorocaba, a maçonaria para difundir os ideais republicanos utilizou-se de vários instrumentos: Escolas Noturnas, jornais, artigos, manifestos, clube republicano, gabinete de leitura e a própria Loja Maçônica”. (SILVA, I., 2007, p.104). Ainda que a Loja Maçônica Perseverança III não fosse fundada com intuítos republicanos, teve atuação destacada no movimento através de Ubaldino do Amaral, Olivério Pilar, Maneco Januário, Antônio Joaquim Dias, José Antônio Cardoso e outros. (ALEIXO IRMÃO, 1999, p.408).

¹⁹ Crise de 1868: queda do Gabinete de Góes. A crise de 1868 consistiu na demissão, pelo Imperador, do Gabinete de Zacarias de Góes e Vasconcelos, embora existisse forte maioria Liberal na Câmara. Chamando um gabinete conservador, dissolvendo o Parlamento e convocando novas eleições, D. Pedro II dava, como diziam seus críticos, um verdadeiro golpe de Estado. Pode-se dizer que o grande processo de desintegração do sistema monárquico data daí. A queda do gabinete Zacarias provocou uma cisão no Partido Liberal em "Moderados" e "Radicais". As razões do Imperador, porém, foram graves: pois Caxias, motivado por questões pessoais com o primeiro-ministro Zacarias de Góes, ameaçou abandonar o comando das tropas da Tríplice Aliança na Guerra do Paraguai, e o Imperador, entre prejudicar o andamento da campanha militar e demitir o governo, preferiu optar pela segunda opção. (SOARES, 1998).

²⁰ Os Partidos Liberal e Conservador: Os Conservadores pregavam um sistema político onde as autoridades governamentais deviam agir imparcialmente garantindo a liberdade de todos os cidadãos. Defendiam o governo centralizado e desejavam realizações de progresso. Este partido tornou-se conhecido, na década de 1840, pela denominação de "Saquarema" do nome do município fluminense onde se localizavam as propriedades agrícolas de um dos seus principais líderes, José Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí. Os Liberais advogavam a liberação das províncias, com um governo parlamentar mais aprimorado, com a abdicação do poder moderador, do vitaliciamente do senado e desejavam ainda a abolição da escravidão e a eleição bienal dos deputados. Os Liberais foram chamados "Luzias", nome derivado da Vila Santa Luzia do rio das Velhas, em Minas Gerais, onde se travou a batalha em que a revolta Liberal mineira de 1842 foi sufocada pelo General Luís Aves de Lima e Silva, à época Barão de Caxias. Os estudiosos que tratam do tema mencionam uma preponderância de membros com interesses agrários no Partido Conservador, grupos economicamente poderosos ligados à lavoura e a pecuária, plantadores de cana-de-açúcar, cafeicultores, criadores de gado. O Partido Liberal, mesmo havendo nele grandes proprietários de terras recebia o apoio da maioria dos profissionais urbanos e comerciantes. Era a burguesia urbana (comerciantes e bacharéis). Os dois partidos não se respeitavam e nem se impunham a opinião pública, cada um possuía seu órgão de imprensa do qual utilizava para atacar o adversário. Os mesmos chegaram ao apogeu de sua fama, durante o 2º reinado, com o Imperador mantendo-se neutro entre os dois, embora sempre vigilante, aconselhando a conciliação. (idem).

Além das mudanças políticas ocorridas nesse período a cidade também passava por mudanças de ordem econômica. No início da década de 1860, Sorocaba iniciava uma nova fase econômica representada pelo plantio das lavouras do algodão herbáceo, cujo beneficiamento era feito em máquinas que dariam início ao ciclo da indústria de tecidos, fechando, assim, o ciclo do tropeirismo. Impulsionada pelas empresas importadoras da Inglaterra, a difusão da nova atividade tinha como principal finalidade ser uma fonte alternativa de suprimentos para as tecelagens inglesas, que estavam enfrentando dificuldades em comprar o produto do sul dos Estados Unidos. (Sorocaba 350 anos, p.117).

Em 1869, as exportações de algodão para a Inglaterra estavam diminuindo, devido ao fim da guerra civil americana (1861/1865), pois a cultura americana do algodão ressurgia, porém a guerra causou a quebra do monopólio da fibra exercido pelos Estados Unidos e a produção brasileira de algodão continuou com espaço no mercado mundial. A guerra civil ocorrida nos Estados Unidos produziu uma expansão do cultivo do produto no Brasil e conseqüentemente o renascimento da indústria têxtil do algodão. Com a retomada da produção algodoeira nos EUA, houve um excedente da produção exportada e, logo, uma baixa nos preços do produto, permitindo o aumento da tecelagem de redes e mantas, e tornando expressiva a produção sorocabana de derivados do algodão. A nova atividade econômica, relacionada com a cultura do algodão, gerou uma transformação socioeconômica no município, Aleixo Irmão comenta que o período de 1865 a 1870 foi de transição social, caracterizando-se pelo fim dos célebres sobradões, pois os seus donos, que haviam se enriquecido nas lavouras de cana de açúcar e café e, principalmente, no tropeirismo, estavam morrendo e os sucessores procuravam outras alternativas para aplicação do capital. (p.28).

Maria Lucia Hilsdorf (2003, p.57) comenta que entre os anos de 1870 a 1920 o Brasil passou por muitas transformações sociais; dentre as mudanças citadas pela autora, destacamos as que percebemos refletirem claramente na sociedade sorocabana da época: “a remodelação das relações de trabalho do regime escravo para o do trabalho livre e assalariado; o crescimento dos setores de prestação de serviços e da pequena indústria (têxtil, por exemplo); a presença forte do capital estrangeiro”.

A indústria têxtil de Sorocaba teve a sua gênese com a criação, por Manuel Lopes, em 1852, de duas fábricas de tecidos que, porém, não prosperaram. A

segunda indústria foi fundada em 1882, por Manuel José da Fonseca, imigrante português que atuava no comércio. Essa iniciativa obteve sucesso, principalmente, pela existência da Estrada de Ferro Sorocabana, criada em 1875 com a finalidade de transportar o algodão das regiões produtoras ao Porto de Santos, para exportação. Durante o final do século XIX houve um expressivo aumento das indústrias têxteis em Sorocaba, sendo que, em 1907, um censo preparado pelo Centro Industrial Brasileiro informou que das 100 maiores manufaturas do Brasil, quatro tinham iniciado suas atividades em Sorocaba, quais sejam: F.Matarazzo²¹, Votorantim, Oetterer, Speers & Cia e a fábrica de chapéus Souza Pereira. Sorocaba entrou na década de 1920 com uma expressão relevante na indústria têxtil, sendo que as estamparias da cidade empregavam 8% do operariado em fiação e tecelagem de todo o Estado. (GONÇALVES E GONZALEZ, 2007, p.192).

O Templo da recém fundada Loja Maçônica funcionava na residência de um dos seus fundadores, José Leite Penteado, Provedor da Santa Casa de Misericórdia, que exercia o mandato de Deputado da Província e também de Presidente do Partido Liberal. A primeira sessão ocorreu em 31 de julho de 1869, na Rua da Penha, esquina com a Rua Municipal (hoje Padre Luiz), ficando ali resolvido que as sessões se realizariam aos domingos; essa reunião marcou oficialmente o início das atividades da Loja Perseverança III. Na sessão de 07 de agosto de 1869, Ubaldino do Amaral²² apresentava uma proposição para ser aprovada pela oficina, antecipando-se ao projeto de Abolição, que seria apresentado por Rui Barbosa, oito meses depois, ao Grande Oriente Brasileiro.

Trago, subscrita por essa presidência, por Leite Penteado e por mim a seguinte proposição que esperamos merecer a aprovação da oficina: 1º) a joia de iniciação será de Rs25\$000; 2º) a mensalidade de Rs1\$000; 3º) Colocar-se-á na oficina uma caixa, denominada emancipação, na qual os iniciados, a convite do venerável e de qualquer irmão, quando queiram,

²¹ Francisco Matarazzo foi maçom da Loja Perseverança III. Foi proposto em 10 de setembro de 1886, iniciado em 2 de outubro de 1886, elevado a Mestre em 27 de novembro de 1886. Era natural da Itália, católico romano, com 28 anos. (ALEIXO IRMÃO, 1999, p.77).

²² Cidadão de grande importância para a Maçonaria Sorocabana, nasceu na cidade de Lapa, Paraná, em 1843 vindo a residir em Sorocaba no ano de 1855. Estudou no Colégio São João do Lageado, deixando Sorocaba para estudar Direito na Academia de Direito, do Largo de São Francisco, formando-se Bacharel em 1865. Desde 1866 começou a escrever para Jornais de São Paulo e Sorocaba. Além da fundação da Loja Maçônica Perseverança, participou da formação da Companhia Sorocabana de Estrada de Ferro e do Gabinete de Leitura Sorocabano. Retirou-se de Sorocaba em 1874 e foi advogar no Rio de Janeiro, sendo Deputado Federal em várias legislaturas, falecendo em 1920. (idem, p. 36).

depositarão suas ofertas; 4º) o produto dessa caixa será exclusivamente destinado à libertação de crianças do sexo feminino de 2 a 5 anos de idade; 5º) as crianças assim libertadas ficam sob a proteção da oficina; 6º) serão absolutamente proibidos os banquetes, ceias, copo d'água que o uso tem admitido nas iniciações, devendo o venerável convidar os recipiendários para converter em quantias que dispensariam com isso em donativos à Caixa de Emancipação; 7º) “Serão criadas escolas para adultos e menores”. As escolas serão noturnas, mantidas pela oficina para o ensino gratuito das primeiras letras. (ALEIXO IRMÃO, 1999, p.57)

Segundo Aleixo Irmão, “Essa propositura mostra a distância entre a Perseverança e aqueles que ficaram na Constância, teimosos em não se definir, no momento histórico em que a própria política nacional impunha ação e lutas pelas reformas da estrutura social e econômica do país (1999, p.58). O historiador Porfírio Rogich Vieira entende que a fundação da Loja Maçônica Perseverança III teve uma significativa importância para a libertação dos escravos, no interior paulista, pois se organizou tendo por objetivo promover a abolição. Ubaldino do Amaral, um dos fundadores, defendia que a libertação ocorresse de forma lenta e progressiva, pois entendia que a libertação imediata seria prejudicial, tanto aos escravos quanto aos fazendeiros. A emancipação, por ele concebida, iniciaria pelas crianças do sexo feminino e aos poucos se estenderia a todos os cativos. Com esse objetivo, formou uma caixa de emancipação na Loja P III, “exclusivamente destinado à libertação de crianças do sexo feminino de 2 a 5 anos de idade, que depois de libertadas, ficariam sob a proteção da Loja P III”. (Sorocaba 350 anos, p.221).

A iniciativa dos fundadores da Loja Maçônica Perseverança III refletia o pensamento liberal da época, segundo Hilsdorf (2003) no decorrer dos anos de 1860 havia na sociedade brasileira um discurso progressista, “defendendo o valor do trabalho livre, a abolição e a integração dos negros à sociedade brasileira”. A autora explica que esses liberais, denominados de “segunda geração”, pensavam na introdução de “inovações pedagógicas” que possibilitariam a formação dos trabalhadores nacionais e estrangeiros, “e para os autenticamente liberais”, a formação dos ex-escravos.

Para esses liberais a abolição era parte de um programa mais amplo, que incluía o regime de pequena propriedade, o crescimento da indústria, o voto universal, o ensino primário estatal e gratuito e a liberdade de ensino para a iniciativa privada. (p.49).

De acordo com o entendimento de Carmem Moraes (2006), podemos dizer que a maçonaria sorocabana era uma organização política devidamente articulada, superando o conceito de Instituição Filantrópica, pois atuava em vários setores sociais²³ Essa opinião é também expressada por Ivanilson Bezzera da Silva, “Como organização política, a Maçonaria Sorocabana conseguiu os melhores posicionamentos políticos e sociais na cidade. Ela estava muito bem articulada. Seus membros estavam presentes nos mais variados setores da cidade: Câmara Municipal, Partido Republicano, Escolas, Indústrias, Comércio, Gabinetes de Leitura e outras instituições.” (SILVA, I., 2007, p.105).

Outro dado que mostra o envolvimento político dos maçons da Perseverança III foi a participação dos mesmos na Convenção Republicana de Itu, em 18 de abril de 1873, onde se iniciou o processo de organização do Partido Republicano Paulista (PRP), sendo que quatro integrantes da Loja maçônica participaram como representantes de Sorocaba: Ubaldino do Amaral, João Lício, Jesuíno Pinto Bandeira e Antonio Joaquim Lisboa e Castro. (Sorocaba 350 ano, 2004, p.126).

2. 1 A PARTICIPAÇÃO DA P. III NA EDUCAÇÃO ESCOLAR EM SOROCABA

No final do século XIX e início do XX, as lojas maçônicas funcionavam como importantes espaços de sociabilidade e convívio, influenciando no cotidiano tanto das cidades pequenas quanto nas maiores. Nelas, os grandes temas que mobilizavam a sociedade brasileira do período eram discutidos, e novas práticas culturais eram

²³ Referente a participação dos maçons da PIII em outras associações temos os exemplos citados por Aleixo Irmão: “Antônio Joaquim Dias vai bem na presidência da Filarmônica Sorocabana; a Câmara Municipal conta com Souza Freire, Penteado, Xavier de Araújo, Padilha, Barros, Prestes, Dias e Cardoso. Outros irmãos fazem parte da Sete de Setembro. A Irmandade da Misericórdia tem como provedor Maylasky, Escrivão Sêneca Fleury, Tesoureiro João Aguiar de Barros, Procurador João Manoel de Oliveira Leme, José de Almeida Lima, Manoel José da Fonseca, José Dias de Arruda, Francisco Martins da Costa Passos e outros. Vicente Eufrásio, Teixeira Cavaleiros e José Maria de Souza ficaram incumbidos de elaborar novos estatutos para a referida Irmandade. Manoel Nogueira Padilha é eleito Tesoureiro da Irmandade das Dores, Camilo Rodrigues de Barros Escrivão. Vários elementos da Perseverança III fazem parte dessa instituição. Com os vereadores, também foram eleitos Juizes de Paz para o próximo quadriênio: José Leite Penteado, cap. Francisco de Assis Machado, tte. Jesuíno Pinto Bandeira, alferes José Martins da Costa Passos. Sá Fleury e Manoel Alves Lobo cuidam da Festa de N.S. Aparecida. Atendendo aos serviços e méritos seus, é a Vicente Eufrásio conferido título de sócio benemérito pelo Clube Palestra. Júlio Ribeiro é nomeado agente da fábrica de ferro Ipanema”. (ALEIXO IRMÃO, 1999, p.134).

aprendidas. Através da imprensa e dos debates parlamentares, os maçons procuravam se apresentar como herdeiros das “luzes” e como membros de uma organização filantrópica dedicada à causa do progresso. Apresentavam uma imagem da maçonaria como escola onde se ensinava e aprendia virtudes que consideravam como fundamentais: a liberdade de pensamento, a independência da razão, o auxílio mútuo.

Durante a segunda metade do século XIX, a questão da educação também era discutida pelos maçons brasileiros, usando como instrumentos para a divulgação de suas ideias, a construção de uma rede de escolas, criação de “aulas noturnas” e bibliotecas²⁴. Diante dos problemas relativos à fragilidade do sistema educacional e do fato que apenas uma pequena parcela da sociedade tinha acesso a esse sistema, a maçonaria participou de ações práticas para a questão, intervindo nessa realidade. Na visão da maçonaria, a sociedade brasileira deveria entrar definitivamente na modernidade. Em conjunto com outros atores sociais, defendia o progresso econômico e social do Brasil, acompanhado de um ensino de qualidade, laico e em condições de servir a maioria da população. As escolas maçônicas foram criadas principalmente para alfabetizar os adultos pobres, de acordo com a ideia de “educar para libertar”, lema adotado da maçonaria. Esse tema também foi estudado pela pesquisadora da USP, Carmem Sylvia Vidigal Moraes, que faz a seguinte consideração:

De acordo com o ideário liberal maçônico e republicano, só através da educação era possível transformar o indivíduo em cidadão produtivo e consciente de seus direitos e deveres cívicos, capaz – portanto – de exercer a liberdade propiciada pela cidadania. A luta contra o analfabetismo e pela difusão da instrução ao povo obedecia a objetivos políticos precisos: o alargamento das bases de participação política no país, a conformação da cidadania, indispensáveis a legitimação do Estado Republicano. A grande campanha pela instrução do povo foi deflagrada na Província de São Paulo pela maçonaria republicana e, posteriormente, pelos clubes republicanos. As Lojas Maçônicas foram as primeiras a criar, na Província, escolas ou aulas noturnas para alfabetização de adultos, trabalhadores livres ou escravos. (MORAES, 2006)

²⁴ “A Maylasky e a outros maçons se deve a fundação do Gabinete de Leitura Sorocabano. O Gabinete de Leitura sucedeu ao clube Germânia (composto apenas de alemães), desaparecido em 1866. Coube a Maylaski, sócio desse clube em um dos fundadores, convocar uma reunião de pessoas interessadas na preservação daquilo que o Germânia pretendia a bem da cultura local, e da “sociabilidade”, devendo ser aberto a todas as nacionalidades. A 20 de janeiro de 1867, houve a eleição da primeira diretoria”. (ALEIXO IRMÃO, 1999, p.73).

Nos anos antes do final do Império, parte da maçonaria apoiava a proclamação da República como solução para muitos dos problemas da nação e as iniciativas dos maçons na área da educação visavam à formação dos trabalhadores, principalmente da nova classe operária. Os integrantes de Lojas Maçônicas que simpatizavam com os ideais republicanos defendiam uma escola laica, científica e positiva. Esse discurso que difundia o ideal liberal republicano afirmava que somente por meio da educação o indivíduo poderia ser transformado em cidadão produtivo e consciente de seus direitos e deveres. Também colocava em evidência a situação educacional do final do Império, que possuía uma rede escolar primária precária, com um corpo docente predominantemente leigo e uma escola secundária frequentada por alunos que pertenciam a uma classe econômica mais favorecida. Em todos os níveis da organização escolar brasileira ministrava-se um ensino com um conteúdo desligado da vida, não havendo preocupação filosófica ou científica e que alfabetizava alguns indivíduos, formava poucos conhecedores de latim e grego e pouquíssimos “doutores”.

Segundo o pesquisador Ivanilson Bezerra da Silva, para entender a participação da maçonaria sorocabana nos movimentos da Abolição dos Escravos e da Proclamação da República, duas ações que o autor entende ser parte de um mesmo projeto político e econômico, é preciso levar em conta não apenas a questão da filantropia, mas também os interesses políticos e econômicos que estavam sendo defendidos por determinado grupo social: “Ao proclamar a Libertação dos Escravos, a pequena classe dominante sorocabana percebeu que não seria possível participar da nova configuração política nacional, se a sociedade não tivesse preparada do ponto de vista educacional”. O historiador entende que por esse motivo é que havia a necessidade de se criar escolas para responder às lacunas do novo momento político e econômico do Brasil. (SILVA, I., 2007, p.103).

Com a proclamação da República, houve um aumento das escolas patrocinadas pela maçonaria, cuja proposta era instruir os analfabetos em um curto espaço de tempo, ensinando-os a ler, escrever, contar e conhecer aspectos históricos e geográficos do Brasil. Apesar dos cursos serem de curta duração, os alunos deixavam de frequentá-los assim que aprendiam o que consideravam como necessário, principalmente, em virtude das dificuldades financeiras enfrentadas pelos alunos que frequentavam essas aulas noturnas (BARBOSA, 2006, p.61).

Em se tratando de educação patrocinada pelo poder público, no ano de 1886 vários municípios do interior de São Paulo, já contavam com Escolas Municipais, porém Sorocaba ainda não as criara. Esse assunto era motivo de discussão desde 1872, quando foi publicada uma Circular do Ministério do Império aos presidentes das províncias (setembro de 1872), chamando a atenção para a necessidade de aproveitar e generalizar a ideia de concorrerem os particulares e as Câmaras Municipais para a fundação de escolas primárias em todas as paróquias. Em 1873 foi empossada uma nova Câmara Municipal e o jornal “Sorocaba” faz o seguinte comentário:

Diante à nova Câmara desenrola-se um futuro brilhante, se quiser; assim como a reprovação pública, se deixa manifestar-se por interesses puramente pessoais. A mudança do matadouro para um lugar mais conveniente; o embelezamento da margem do rio Sorocaba; a abertura de uma rua, por onde passem as tropas da feira, sem ser pelo centro da cidade; a iluminação pública; uma praça de mercado; um chafariz, tais são as necessidades instantaneamente reclamadas. O estado da instrução primária neste município é lastimoso; de instrução secundária nada temos: promova a Câmara, pelos meios a seu alcance, o melhoramento de uma e a criação de outra. A instrução é um dos elementos necessários para a vida de um povo livre. (ALEIXO IRMÃO, 1999, p.125)

Nesse mesmo ano, a Câmara Municipal de Sorocaba criou uma comissão da qual faziam parte o Juiz de Direito, o Juiz de Paz e outros, para estudo de um projeto visando melhorar a condição do ensino. Aleixo Irmão (p.287) cita que, em 1883, “Sorocaba tinha seis aulas públicas do sexo masculino e quatro do sexo feminino, com um total de 451 matriculados e 328 de frequência efetiva”. Citando outro relatório, remetido pelo Conselho Municipal ao Diretor geral da instrução pública da província, em novembro de 1887, Sorocaba possuía 8 escolas públicas para o sexo masculino, com 366 alunos, e 4 do sexo feminino, com 242; havia 5 colégios e aulas particulares para o sexo masculino com 131 alunos e 5 para o sexo feminino com 55, dando, portanto, um total de 794 alunos para o município (p.360).

Até 1896, Sorocaba contava apenas com escolas isoladas para ambos os sexos, por isso o Inspetor escolar José Manoel de França Junior, ciente da intenção do governo Bernardino de Campos em reunir as escolas isoladas, formando Grupo, buscou o apoio da Câmara Municipal e levou ao conhecimento do Secretário do Interior, Cesário Mota, a intenção de Sorocaba. Essa iniciativa foi concretizada com a instalação do Grupo Escolar inaugurado em 28 de março de 1896.

O primeiro grupo escolar de Sorocaba (Grupo Escolar Antonio Padilha) foi inaugurado em 1896, com grande festa popular: caminhada da Câmara Municipal até a escola, participação de banda de música e discursos inflamados. O Grupo Escolar, como previa o Decreto 248 de 26 de julho de 1894, foi criado com “quatro classes para cada sexo”, correspondentes ao 1º, 2º, 3º e 4º anos do curso preliminar, sua criação se deu por um movimento da sociedade sorocabana que envolvia, principalmente, os Vereadores da Câmara Municipal e a Maçonaria tendo como mentor o comerciante e vereador Antônio Padilha de Camargo. Ao iniciarem as aulas, o estabelecimento recebeu o nome de Padilha, que falecera sem ver o seu projeto concretizado. (SILVA L., 2006)

Antes disso, em 1887, houve a nomeação do Dr. Antônio José Ferreira Braga para reger o Liceu Sorocabano. Esse Liceu Municipal nasceu graças à criação da aula de ensino secundário, na legislatura de 1886. No entanto, o indicado declinou da escolha e a Câmara decidiu por em concurso a escolha de um candidato para lecionar: português, francês, inglês e latim. Participaram da prova os professores Artur Gomes e Ernesto Balbo, a comissão examinadora declarou que ambos os candidatos estavam inabilitados para o ensino da língua latina, diante disso, foi nomeado interinamente o professor Artur Gomes²⁵. Para início das aulas, foi alugada uma sala do prédio nº 12, da rua São Bento, o Liceu abriu suas portas no dia 05 de novembro de 1887, recebendo, nesse dia, a matrícula de 11 alunos, estando o seu programa de ensino transcrito na ata da sessão realizada da Câmara Municipal. (ALEIXO IRMÃO, 1999, p.333 e 349). Em 1887, o Liceu Sorocabano mantinha como diretor e docente das quatro matérias ali ministradas – português, francês, latim e

²⁵ Informações sobre a vida do professor Artur Gomes: “Em setembro desse ano (1901), o professor Artur Gomes lançou o livro Verbos, publicado pela tipografia Sursky. Dela disse o festejado pesquisador R. Viera: O professor Artur Gomes era natural de Itapetininga, vindo a Sorocaba em 1887 para tomar parte num concurso para o preenchimento das cadeiras de Português, Latim, Francês e Inglês, que a Câmara Municipal pretendia instituir e que tomou o nome de Liceu Municipal. Foi a primeira escola secundária mantida pela municipalidade em nossa cidade. Venceu e instalou o Liceu Municipal em sua casa da rua de São Bento no dia 05 de novembro. Essa escola teve duração efêmera. Em 1901, a Loja Maçônica Perseverança III fez nova tentativa de implantação do ensino secundário em Sorocaba. Criou o Liceu Sorocabano, do qual o professor Artur Gomes foi o Diretor. Dessa vez foi uma escola mais completa. Enquanto o Liceu Municipal tinha um único professor para as quatro matérias, este já teve um para cada uma delas. No concurso de 1887, a comissão encarregada opinou pela anulação do mesmo, visto que nenhum dos candidatos tinha conhecimento suficiente de Latim, mas Artur Gomes, o melhor colocado nessa língua, conhecia o suficiente para um curso inicial, motivo pelo qual foi nomeado. Essa resolução da comissão mexeu com os brios, pois que se aprofundou nessa língua a ponto de tornar-se um grande latinista. Tanto assim que agora entregava ao prelo um livro que dependia de grandes conhecimentos da matéria. Em forma de dicionário, compila aquele ilustre amigo os verbos portugueses, cuja raiz tem origem nas línguas latina ou grega, destacando, em seguida cada um d’eles, os radicais, prefixos de que porventura se compunham, e daí conclui a sua significação exata. Aquela obra formará um volume em oitava, com duzentas páginas mais ou menos, onde serão colecionados, por ordem alfabética, mil e duzentos verbos de nossa língua”. (ALEIXO IRMÃO, 1994, p.180)).

aritmética – o professor Artur Gomes. Consta que nesse período, existiam outras escolas particulares, como a que funcionava na residência do ministro presbiteriano Antônio Pedro de Cerqueira Leite, onde, sua esposa era professora de várias disciplinas, inclusive de música para as meninas. (Sorocaba, 350 anos, p.180). O Liceu Sorocabano foi mantido pela municipalidade por um período, mas acabou fechando.

Em 1901 (sessão do dia 09 de maio), foi discutida pelos integrantes da Loja Perseverança III a proposta do Orador Ruggero Rugeri, pela reabertura do Liceu de Instrução que “em tempo era sustentado pela Câmara Municipal, ficando o mesmo por conta da Loja”. O próprio Orador se ofereceu para ministrar gratuitamente o ensino noturno; a sugestão foi aprovada, sendo que o Orador foi autorizado a reabrir as aulas, “no tempo que lhe conviesse”. Nesse sentido, o jornal “O 15 de Novembro”, do dia 26 de maio de 1901, publica o seguinte: “*Nota – Liceu Sorocabano*. Esse estabelecimento de curso secundário, mantido pela municipalidade durante certo período, encerrou suas atividades. A Perseverança III, fiel ao fim a que foi criada, resolveu reabri-lo por sua conta”. (ALEIXO IRMÃO, 1994, p.174).

Aleixo Irmão transcreve as matérias que constituíram o programa de ensino, regidas pelos cidadãos Arthur Gomes (Diretor), que lecionaria a 1ª, 2ª e 9ª cadeiras, João Padilha, que lecionaria a 5ª cadeira, J.R. Carvalho Braga, responsável pela 7ª cadeira, J.M. França Junior, Amaro Egídio de Oliveira e José A. Antunes, responsáveis pela 6ª cadeira, Joaquim Silva, que ficaria com a 8ª cadeira. Já a 3ª e 4ª cadeiras seriam lecionadas por Antônio Felisberto de Oliveira, sendo que todos os professores, maçons da Perseverança III, prestariam serviços gratuitos à nova instituição. As matérias ministradas pelo curso do novo estabelecimento de ensino foram assim distribuídas:

1ª cadeira, Português e Latim (aplicado ao estudo do Português); 2ª cadeira, Francês e Inglês; 3ª cadeira, Aritmética e Geometria; 4ª cadeira, Álgebra e Trigonometria (como complemento da 3ª cadeira); 5ª cadeira, História; 6ª cadeira, Elementos de Ciências Naturais (História Natural, Física e Química); 7ª cadeira, Escrituração Mercantil; 8ª cadeira, Geografia e Cosmografia; 9ª cadeira, Educação Moral e Cívica, compreendendo o estudo das Constituições Federal e Estadual, e conhecimentos práticos do Direito Pátrio.

As reuniões dos professores que estavam organizando a nova escola eram coordenadas por Artur Gomes: “No dia 11 de junho, na sala principal do Gabinete de Leitura Sorocabano, foi realizada a primeira reunião da congregação dos professores do Liceu Sorocabano, sob a presidência do prof. Artur Gomes, seu diretor. No dia 20, havia 18 candidatos” (*Sorocaba 350 anos*, p.180). As aulas do Liceu Sorocabano, sob o comando da Loja Maçônica Perseverança III, foram iniciadas no dia 15 de julho de 1901 e em 23 de novembro de 1902 o jornal “O 15 de Novembro” publicou:

Liceu Sorocabano – Sabemos que os alunos do Liceu Sorocabano estão preparando um artístico quadro, onde devem ser colocados os retratos do Venerável da Perseverança III e dos professores que formam a congregação daquele importante estabelecimento de ensino, para ser inaugurado na sala do Liceu, por ocasião da festa solene de encerramento das aulas, que deve dar-se no dia 29 corrente. A parte artística do quadro foi confiada ao hábil artista Senhor Jacinto José Bragança. É uma homenagem justa que os alunos do Liceu prestam aos seus dedicados professores. (ALEIXO IRMÃO, 1994, p.194).

O Liceu funcionava no mesmo prédio das Escolas Noturnas, porém, no período diurno, sem ajuda oficial, “contando apenas com o idealismo daqueles homens, sob o comando de Artur Gomes”. (ibid, p. 194). No ano letivo de 1903, o Liceu Sorocaba da P III teve como professores Artur Gomes, Ferreira Junior e Joaquim Silva. Constatando-se que muitos alunos que vinham à noite tinham a possibilidade de estudarem durante o dia, a questão foi colocada em pauta para discussão na Loja (sessão do dia 02/02/1903), ficando decidido que somente seriam aceitas as matrículas para a Escola Noturna “se os meninos fossem pobres ou se os adultos estivessem empregados” (p.200).

A administração do Liceu pela Loja Perseverança III permaneceu até 1904, quando o Venerável comunicou seu fechamento. Segundo Aleixo Irmão, o projeto não prosperou por falta de apoio oficial, uma vez que a única ajuda pública obtida foi a doação feita pela Câmara Municipal dos móveis utilizados no primeiro Liceu Sorocabano 15 anos antes. “Como o estabelecimento funcionava no mesmo prédio da escola primária noturna mantida pela maçonaria e esta tinha grande procura, não havia espaço para acomodar os dois cursos, razão pela qual, segundo Aleixo Irmão, o Liceu foi desativado em 1904” (*Sorocaba 350 anos*, p.184).

Na década de 1920, havia na sociedade sorocabana a cobrança por um Ginásio público, pois as únicas iniciativas do governo local para a implantação e

manutenção de uma escola secundária haviam ocorrido durante o Império com o Liceu Sorocabano, que pouco durou, e, após a proclamação da República, com o Ginásio Sorocabano, entre 1909 a 1911²⁶. O Ginásio Sorocabano era dirigido pelo Dr. César Lacerda de Vergueiro, que depois foi deputado federal, e possuía o seu corpo docente remunerado com recursos da Câmara Municipal aceitando a matrícula de alunos considerados pobres. Porém, essa iniciativa escolar foi encerrada a partir da vigência da Lei Rivadávia²⁷; nessa época, o Ginásio tinha um grande número de candidatos a uma vaga, sendo que contava com mais de 200 alunos frequentes.

Com a inexistência de um curso ginasial na cidade, essa formação só era possível às famílias que tinham recursos para mandar os filhos estudar fora ou mudar de cidade. No final da década de 1920, essa situação estava se tornando insuportável, pois prejudicava, também, os líderes políticos apoiadores do vergueirismo, que, para escolarização dos filhos, tinham que se mudar para outra localidade. Essa medida, radical, já havia sido tomada nos anos de 1915, 1916 e 1925, respectivamente, pelas famílias dos seguintes cidadãos sorocabanos: João Clímaco de Camargo Pires, Carlos Malheiros Oeterer e Joaquim Firmino de Camargo Pires, que, para continuar a educação dos filhos, passaram a residir em Itapetininga, Campinas e São Paulo. (Sorocaba 350 anos, p.187).

A loja Perseverança III participou das campanhas movidas pelo grupo de dissidentes do Partido Republicano, visando trazer para Sorocaba o ensino secundário, fato que somente ocorreu em 1929, com a oficialização do Ginásio municipal, precursor da rede pública de ensino médio. No sentido de facilitar a instalação do ensino secundário, os maçons da Perseverança III ofereceram o prédio das Escolas Noturnas para que o Ginásio Municipal pudesse iniciar suas atividades.

²⁶ As duas únicas instituições de ensino complementar que vingaram ao longo da Primeira República, perdurando após a implantação do primeiro ginásio público, foram resultado da iniciativa privada: a Escola do Comércio, hoje Organização Sorocabana de Ensino (OSE), escola técnica implantada em 1924, e o atual Colégio Santa Escolástica. (GONÇALVES; GONZALES, 2007, P.185)

²⁷ A Reforma Rivadávia Corrêa, Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental, implementada pelo Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911, e na Escola Normal pelo Decreto 838, de 20 de outubro do mesmo ano, trouxe muitas modificações no âmbito da instituição, começando por sua autonomia. A Escola não era vinculada senão a ela mesma, deste modo, os professores, através da Congregação, puderam vivenciar o fato de não terem que explicar-se, ou a seus atos, fora do âmbito escolar. A Reforma Rivadávia pregava que o ensino secundário fosse o formador do cidadão e não mais passagem às faculdades, incentivava a liberdade do ensino - lastreada no positivismo - e, ainda, a abolição do diploma pelo certificado de frequência e aproveitamento, transferindo os Exames de admissão ao ensino superior às faculdades. (Disponível em: <<http://cemiiserj.blogspot.com/2008/08/reforma-rivadavia-corra-na-escola-normal.html>>. Acesso em: 18 dez. 2008)

Para a viabilização desse projeto foi encaminhado ofício à autoridade municipal “pondo à disposição do Ginásio Municipal de Sorocaba as três salas das nossas Escolas”. (ALEIXO IRMÃO, 1994, p.36). Porém, a proposta não foi acolhida pelos “vergueiristas” que ocupavam o poder local:

Renato Mascarenhas diz que, como já era do conhecimento da Loja, o atual Diretório do Partido Republicano Paulista, nesta cidade, há muito que vem se empenhando pela criação de um Ginásio em Sorocaba, idéia aventada pelo mesmo Diretório e que veio ao encontro à justa aspiração da população desta cidade, que pela sua grandeza devia possuir um estabelecimento superior de ensino, há muitos anos, não fosse a infeliz diretriz seguida pelos que, até a pouco, desgovernavam o município. Acontece que, tendo a Perseverança III, num nobre gesto, oferecido à Câmara Municipal, os altos do prédio onde funcionam as escolas noturnas que esta Loja sempre manteve, para nele funcionar gratuitamente o Ginásio, a Câmara Municipal, ou melhor, o Executivo dessa mesma Câmara, procedendo de uma forma que aberra a todos os deveres, mesmo o de mera cortesia, deixou de acusar o recebimento da oferta. Tendo sido incumbido o Diretório, era o portador verbal do pedido que a mesma Diretoria fazia, da concessão do mesmo local e para o mesmo fim, uma vez que o Ginásio está em vias de ser instalado. (p.551).

Torna-se importante esclarecer que, no final da Primeira República, duas facções locais do Partido Republicano Paulista lutavam pelo controle do poder em Sorocaba. Um grupo era formado pelos que apoiavam o senador Luiz Pereira de Campos Vergueiro, Promotor Público²⁸, que, atuando na política, foi deputado e senador no Congresso Legislativo do Estado e vereador da Câmara Municipal de Sorocaba de 1913 a 1929, ocupando o poder político regional durante toda a segunda metade da Primeira República. O político Luiz Pereira de Campos Vergueiro pertencia à quarta geração de descendentes do imigrante português Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, que teve participação política durante o Império, e o vergueirismo foi uma herança política que significou a continuidade de um grupo político que iniciou o século XX no poder local. Em Sorocaba, o Partido Republicano Paulista (PRP) passou por uma crise em 1901, quando houve uma divisão em dois blocos: o situacionista, comandado por Nogueira Martins, e o dissidente, liderado,

²⁸ Promotoria Pública – Por decreto de 17 do corrente foi nomeado promotor publico desta comarca o dr. Luiz Pereira de Campos Vergueiro. Esta nomeação não poderia ser mais acertada, tanto que veio trazer um geral contentamento ao publico sorocabano, que tem visto no dr. Vergueiro, em todo o tempo que occupou interinamente aquele cargo, um modelo de justiça e em seus actos o exemplo de uma boa magistratura. Cruzeiro do Sul, nº 217; 18 jul. 1905. (CRUZEIRO DO SUL, 2005, p.10)

principalmente, pela família Pires Camargo, fundadora, em 1903, do jornal Cruzeiro do Sul. Porém, em 1906 houve um “congraçamento” do PRP em todo o Estado e os Pires de Camargo voltaram a participar do grupo dominante da política sorocabana. Nesse período, o promotor Luiz Pereira de Campos Vergueiro juntou-se a essas forças políticas, recebendo a liderança de Nogueira Martins, sendo que a partir de 1911 passou a comandar efetivamente a política local. (GONÇALVES; GONZÁLEZ, 2007, p.188). Em 1925, com a eleição de um vereador oposicionista, Gustavo Scherepel, começa o declínio do vergueirismo na política local, sendo que esse fato se consuma definitivamente com a eleição realizada no dia 08 de agosto de 1927. Nessa eleição, foi eleito um novo diretório do PRP, presidida por João Clímaco de Camargo Pires, líder fiel a Luis P. C. Vergueiro, porém, a grande maioria do diretório era integrada por seus adversários, como, por exemplo, os maçons João Padilha de Camargo, João Ferreira da Silva, Renato Mascarenhas, João Cândio Pereira e Gustavo Scherepel, havendo ainda lideranças independentes, como João Machado de Araújo. (Sorocaba 350 anos, p.187).

O grupo “antivergueirista”, aliado de Júlio Prestes de Albuquerque, Presidente do Estado, era composto por comerciantes e pequenos empresários. A principal liderança do grupo oposicionista era o farmacêutico João Machado de Araújo, apoiado por: Simpliciano de Almeida; Floriano Pacheco e João Cândio Pereira. Com a eleição de Júlio Prestes de Albuquerque para a Presidência do Estado de São Paulo, a ala dissidente do Partido Republicano local se fortaleceu.

Prestes apoiava tão abertamente os antivergueiristas que, segundo efeméride publicada em um jornal local, pedia-lhes “que combatassem o vergueirismo, promentendo que nos daria um ginásio, uma escola normal e uma escola profissional” (Cruzeiro, 29/10/1989). De fato, um ano depois de implantado o Ginásio Municipal – então como escola privada -, começa a funcionar em Sorocaba a Escola Profissional Fernando Prestes, que ganha força atuando em cooperação com a Estrada de Ferro Sorocabana. (GONÇALVES; GONZÁLEZ, 2007, p.188).

O Ginásio que futuramente seria o Instituto de Educação “Dr. Julio Prestes de Albuquerque”, foi instalado no dia 13 de janeiro de 1928, pelo Dr. João Machado de Araújo, Prof. João Ferreira da Silva e Antônio Funes, no edifício da Loja Maçônica Perseverança III, contando com o apoio financeiro da mesma. A instalação no

espaço da loja maçônica foi uma necessidade que se apresentou pelo fato de que a Câmara Municipal, liderada por Vergueiro, reuniu-se em janeiro de 1928 e suspendeu “até que se verifique melhor oportunidade” a aplicação da lei promulgada em 03 de dezembro de 1927, a qual criava o Ginásio e “previa que sua instalação e manutenção seriam subvencionadas pelo município com recursos orçamentários ali previstos”. A lei que criava o Ginásio Municipal havia sido analisada, em outubro de 1927, pela Câmara Municipal controlada pelos vergueiristas e pelas lideranças do Diretório do PRP, do qual os vergueiristas não mais faziam parte. Diante do fato do Ginásio “Municipal” ser instalado no espaço cedido pela Loja P III, e ser por essa organização mantido, havia uma situação incomum, pois o Ginásio Municipal era, de fato, particular e sustentado por subvenções da Loja Maçônica Perseverança III. Apesar disso, foi realizado um exame de seleção e a matrícula da primeira turma de alunos, iniciou as atividades em 02 de abril de 1928, com 54 alunos matriculados na primeira série. O endereço do Ginásio era o do prédio da P III, na esquina da rua Barão do Rio Branco e São Bento. (Sorocaba 350 anos, p.188).

Em 30 de outubro de 1928, a Câmara composta por vergueiristas foi substituída por vereadores que eram favoráveis à causa do Ginásio Municipal, sendo que com a posse, em 15 de janeiro de 1929, foi escolhido o vereador João Ferreira da Silva como presidente da Câmara. O Governo Municipal foi ocupado por João Machado de Araújo, tendo por seu vice, Simpliciano de Almeida. Nesse mesmo dia, houve uma sessão extraordinária em que foi apreciado o projeto do prefeito para municipalização do Ginásio, criando a Escola Normal Livre de Sorocaba.

O Ginásio e a Escola Normal passaram a funcionar na Rua Dr. Álvaro Soares, com a denominação de Ginásio Municipal de Sorocaba.

No dia 02 de abril de 1928, 54 alunos começavam a cursar o ginásio municipal de Sorocaba, num prédio localizado na esquina das ruas Barão do Rio Branco e São Bento, dando início ao que hoje é a escola estadual “Dr. Julio Prestes de Albuquerque”, o Estadão. Muito mais que um marco para a educação local já que, até sua inauguração, para cursar o ginásio em uma escola pública era preciso sair da cidade e estudar na capital, em Itapetininga ou Campinas a primeira escola ginasial significou para Sorocaba a ruptura de conceitos políticos que impediam a cidade de avançar na educação. A criação do Estadão foi marcada por um importante debate político entre representantes do vergueirismo (força política que administrava a cidade, com Luiz Pereira de Campos Vergueiro como Prefeito e era contrária às inovações da educação) e grupos de oposição. Em seu primeiro ano, o ginásio municipal, apesar de assim denominar-se funcionou com o

apoio financeiro e no espaço onde a loja maçônica Perseverança III já mantinha o curso de alfabetização noturno gratuito. Somente em 1929 foi transferido para a Rua Álvaro Soares (onde hoje está instalada a sede da Estrada de Ferro Futebol Clube). (CRUZEIRO DO SUL, 2007).²⁹

A cessão do espaço físico e de material escolar, colocados à disposição do Ginásio pela Loja Perseverança III, foi motivo de agradecimento feito pelo Prefeito João Machado de Araújo, em correspondência lida em uma das sessões maçônicas.

Illmos. Snrs. Venerável e demais membros da Augusta e Benemérita Loja Perseverança III. Venho hoje à presença dessa Augusta e Benemérita Loja, para cumprir o gratíssimo dever de agradecer os relevantes serviços, prestados por essa importante sociedade, à causa da instrução, concorrendo com o seu auxílio valioso e desinteressado para que a idéia da criação de um Ginásio e de uma Escola Noturna neste município não perecesse, antes se tornasse na mais palpitante das realidades. Primeiro Diretor do “Ginásio Municipal de Sorocaba” e hoje Prefeito Municipal, venho trazer o meu duplo agradecimento, de cidadão, que encontrou, no momento preciso, o apoio material e valioso da realização de tão grande empreendimento, e, de governador da Cidade, em nome do povo beneficiado, o apoio, que lhe foi prestado por essa útil instituição, cujo nome está ligado a tantos e tão grandes atos de benemerência e que, no momento propício, pôs à disposição do Ginásio o seu prédio a Rua Barão do Rio Branco com o material escolar, que nele existia, para o funcionamento desta casa de ensino – sem ônus de qualquer espécie, pelo tempo que preciso fosse. Aproveito ainda oportunidade para patentear o meu reconhecimento pelas felicitações que enviou-me por intermédio da distinta comissão composta dos snrs. Manoel Affonso, Dr. Júlio Bierrenbach de Lima e José Rodrigues Filho, no dia em que a Escola Normal Livre, de Sorocaba, iniciou o seu curso regular e oficial. Apresento a V. Sas. os protestos da mais distinta e elevada consideração. João Machado de Araújo – Prefeito Municipal. (ALEIXO IRMÃO, 1994, p.553).

Ainda se referindo ao apoio recebido da Loja Perseverança III para a criação do ensino superior em Sorocaba, o Dr. João Machado de Araújo publicou um artigo no Jornal Cruzeiro do Sul, em 09 de novembro de 1967, sob o título de “Universidade Sorocaba, milagres da instrução”, onde afirma o seguinte:

²⁹ A instalação do Ginásio Municipal se deu, em parte, pelo empenho do Diretório do PRP. A eleição de 30 de outubro de 1927 significou o fim do vergueirismo, que mandou em Sorocaba por cerca de vinte anos. O “Correio de Sorocaba”, fundado por Diogo Moreira Salles e, durante certo tempo seu Diretor, foi uma trincheira eficiente na defesa dos inimigos políticos (Luis Pereira de Campos Vergueiro e outros) apelidado aquele de dr. Ramona, senador Pereira Ramona, Senador Campos Ramona. Chamou-se romanismo o longo período de dominação do Senador Estadual Campos Vergueiro. O Cruzeiro do Sul defendia Campos Vergueiro. O jornal era de Castronovo. (ALEIXO IRMÃO, 1994, p.555).

Orgulho-me de uma boa parcela de atividades, contribuindo para lançar os alicerces, a base, em que se assenta o ensino superior de Sorocaba, contribuindo como contribuí, para a criação do ensino secundário. Fundei o Ginásio Municipal de Sorocaba, com o poderoso e eficiente auxílio da Perseverança III, cedendo-nos prédio e material escolar, atendendo ao pedido que lhe fiz, por intermédio de João Ferreira da Silva, maçom, nosso companheiro de Diretório do P.R.P.... (ALEIXO IRMÃO, 1999, p.70).

3 A ESCOLA NOTURNA DA LOJA PERSEVERANÇA III

Como já foi abordado anteriormente, nos anos finais do século XIX, Sorocaba foi influenciada por dois momentos políticos importantes que o país atravessava: a Abolição dos Escravos e a Proclamação da República, fatos esses que causaram um grande impacto social na cidade. Nesse período, Sorocaba passou por uma transformação econômica, com um forte crescimento demográfico, industrial, comercial, político e econômico. E inicia-se uma fase em que as fábricas começam a oferecer trabalhos em uma escala significativa, sendo que os primeiros operários das indústrias sorocabanas, principalmente da indústria têxtil, eram adultos analfabetos e uma população infantil, que deveria estar na escola. Ivanilson Bezerra da Silva comenta que “o advento da industrialização deu maior visibilidade a esse problema, ao mostrar que a maioria dos trabalhadores industriais era completamente analfabeta”. (SILVA, I., 2007, p.109).

A dificuldade de acesso à educação pela classe trabalhadora permaneceu do final do Império aos primeiros anos da República, “sem dispor, até 1910, de nenhuma escola pública noturna, os trabalhadores contaram, por um longo tempo, como o beneplácito da maçonaria que, em 1869, criou uma escola destinada aos seus filhos”. (p.109). A falta de escola para os trabalhadores era um dos assuntos abordado pelo jornal “O Operário”, publicado entre 1909 e 1913, que participou ativamente dos movimentos pela educação e dos clamores dos operários. Comentando artigos publicados nesse órgão de imprensa, Ferreira e Sandano (2006, p.176) informam o seguinte: “Quanto à educação escolar, evidencia-se nas

reivindicações dos trabalhadores, a preocupação com a instrução e a visão da escola como um canal para a liberdade, para uma vida melhor para seus filhos”.

Com a criação da primeira escola noturna pública gratuita, em 1910, o jornal também criticava o horário de funcionamento por não ser compatível com a jornada de trabalho dos operários, evidenciando que havia uma exploração dos trabalhadores pelas indústrias:

As escolas noturnas, criadas e mantidas pelo Governo do Estado, segundo o regulamento, devem abrir-se às 6 horas da tarde, fechando-se às nove da noite. Eis aqui o ponto capital de nossa queixa; não do horário, pois não só o aprovamos como o achamos magnífico, mas da dificuldade que daí advém para os operários os frequentarem, devido aos adiantado da hora em que largam o serviço. As fábricas de tecidos Santa Maria e Santa Rosália trabalham até as oito e meia da noite (!!!), a da Nossa Senhora da Ponte até às sete, a fábrica de Chapéus até às cinco e meia da tarde. Diante de um horário tão cômodo como rendoso para os patrões, nenhum operário poderá frequentar as escolas noturnas, do que resultará a sua nenhuma eficácia. (apud FERREIRA; SANDANO, 2006)

A respeito das dificuldades que os trabalhadores tinham para frequentar as aulas noturnas, também encontramos referência no Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, do ano de 1911. Nesse caso, há uma explanação sobre o que pensava o Diretor Geral da Instrução Pública sobre as escolas noturnas, principalmente no que se refere ao preparo dos professores. O mesmo entendia que a orientação nas escolas noturnas, frequentadas por adultos ou maiores de 14 anos, devia ser confiadas aos professores mais experientes, “pois quem durante o dia labuta pela vida, volta tarde da oficina ou da fábrica para casa, janta às pressas e se dirige para a escola, tem direito de encontrar ali professor competente e dedicado”. O artigo reforça, ainda, que “quem corre à escola noturna depois de ter suportado 8 ou 10 horas de penoso trabalho, merece ter como guia o mais esforçado professor”. O Diretor comenta que o período noturno, oficialmente de duas horas e meia, não o é de fato e nem pode ser de mais de duas horas. (ANUÁRIO, 1911. p.38).

A primeira escola noturna de Sorocaba foi criada pela Loja Maçônica Perseverança III, iniciando as aulas em 07 de setembro de 1869, a princípio com três salas. Para o seu funcionamento foi designado uma comissão de fiscais para acompanhar o funcionamento dessa escola. A comissão fazia a fiscalização das

atividades da escola e tinha autoridade para realizar as despesas indispensáveis ao regular funcionamento das aulas.

O primeiro professor contratado pela Loja P III foi Leonel Jandovy de Abreu Sandoval. Porém, como havia um grande número de pessoas matriculadas, foi necessário contratar um ajudante, o cargo foi ocupado por João Lycio. O professor Leonel Jandovy lecionou até 27 de novembro de 1869, quando pediu demissão, não sendo substituído, conforme discurso de Ubaldino do Amaral informando que a Loja não poderia “continuar a estipendiar dois professores”. Em novembro de 1869 foi proposto “que d’ora em diante sejam admitidos a matricula na escola noturna os escravos que para isso apresentassem licença por escrito dos seus senhores”. (ALEIXO IRMÃO, 1999, p.67).

Porém, a Escola Noturna da maçonaria não manteve a frequência que era esperada, conforme relata Aleixo Irmão (p. 149), “a escola noturna ia mal, faltava lhe freqüência, ia se agüentando por milagre do esforço humano” Segundo o mesmo autor, o motivo de não haver frequência nas aulas era a perseguição religiosa, “movia-se uma tremenda campanha contra tão útil quão necessária instituição, sob a alegação de “ensinar o protestantismo”, citando artigo publicado em 31 de julho de 1870, pelo jornal “O Sorocabano”:

Escola noturna – Matricularam-se desde 7 de setembro passado até 20 de julho deste ano: alunos 117, saíram 65, ficam 52. São frequente, termo médio 35. Destes que saíram, a maior parte foi pelos boatos malevolamente espalhados na população de ser a escola protestante; mas hoje, reconhecendo que não há ali propaganda religiosa de espécie alguma, e são admitidas todas as crenças, têm voltado muitos dos que saíram. Tem-se notado grande aproveitamento dos alunos; alguns que entraram sem conhecer o – A – lêem corretamente manuscritos e livros, fazem as quatro operações aritméticas e exercitam-se em outras contas. A oficina Perseverança III dá aos alunos: mestre, livros, papel, pena, lápis etc. (p.149).

A associação que a sociedade fazia entre a escola da maçonaria e a religião protestante é analisada por Ivanilson Bezerra da Silva, citando que 1ª Igreja Presbiteriana de Sorocaba foi criada no mesmo ano da Loja Maçônica Perseverança III, ou seja, em 1869. Pois, nesse ano houve a organização da Igreja na casa de um membro da Loja P III, José Antonio de Souza Bertholdo, sendo que a maçonaria sorocabana deu o seu apoio à inserção dessa nova proposta religiosa na cidade.

“Talvez, por isso, a escola foi associada ao movimento protestante que se inseria neste período em Sorocaba”. (SILVA, I., 2007, p.107).

As matérias ministradas na escola noturna da P III estavam de acordo com a legislação vigente, porém a inserção de determinados assuntos pelo professores contratados pela Loja foi motivo de uma crítica expressada pelo Inspetor do Distrito em seu relatório, o qual, preocupando-se com os textos lidos na escola noturna, em 1870, apresenta a seguinte recomendação:

Recomendei aos Professores, em geral, que tivessem todo cuidado, não consentindo que em suas escolas fossem lidos papéis ou impressos contrários à religião do Estado, e que são adrede publicados com o fim de abalar a fé na veneranda crença de nossos pais; e bem assim que igualmente evitassem a leitura de certos jornais, que se tem constituído apóstolos da difamação e do insulto, contra todos e contra tudo, não respeitando nem as posições sociais de quem quer que seja e nem o sacrário da vida particular. Assim procedi porque fui informado que na escola noturna o ensino era feito por meio desses papeis incendiários; e porque entendo que a mocidade nada lucra com essas leituras, e que ela só deve inspirar-se no amor a verdade, e no respeito que se deve a todos. Relatório apresentado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Messias José Corrêa, Inspetor do Distrito, em 26/10/1870. (GONZALES; SANDANO, 2004, p.36)

A primeira Escola Noturna da Perseverança III funcionou somente até 1870, quando foi publicada, pelo jornal “O Ipanema”, a extinção das aulas noturnas da Loja Perseverança III, que ressurgem 16 anos depois, em 1896.

Em 27 de novembro de 1876 a Loja Maçônica Constância abriu uma classe de aula noturna, com o objetivo de oferecer o ensino gratuito aos que ficaram sem instrução com o fechamento da escola da Perseverança III. Para criar a classe noturna, a Loja Constância utilizou o espaço físico da sua sede, à Rua Boa Vista, e o professor contratado para ministrar as aulas foi Carlos Alberto Ferreira de Araújo, nela se matricularam-se 7 alunos. (ALEIXO IRMÃO, 1999, p.183). Porém, essa iniciativa também não foi duradoura.

A vida efêmera das aulas noturnas criadas pelas Lojas Maçônicas, Perseverança III e Constância, não era por falta de pessoas interessadas na educação escolar, pois durante os anos em que a Escola Noturna P III permaneceu fechada, alguns professores se utilizavam das salas da antiga escola, para ministrarem aulas particulares. Como, por exemplo, em 1876 quando foi registrado

nas atas o pedido feito por Francelino Barbosa solicitando licença para dar aulas particulares em uma das salas da Loja, a solicitação foi atendida. Em suas discussões, os maçons consideraram que se a aula noturna estava fechada e a difusão do ensino era uma das metas da Loja, essa era uma oportunidade de participar, mesmo que indiretamente, da causa educativa. (ALEIXO RMÃO, 1999, p.184).

A necessidade de uma escola noturna também pode ser percebida pelo interesse de outros setores da sociedade em oferecer essa oportunidade. Isso pode ser comprovado por outro relato constante em uma das atas do ano de 1882, transcrita por Aleixo Irmão, quando a Loja Perseverança III decide ceder uma sala do seu edifício para que o “Clube Literário” abrisse uma classe de aula noturna. Pelas informações da ata, constatamos que o Clube Literário já se reunia no edifício da Loja Maçônica e mantinha os cursos clássicos de instrução, sendo o curso de gramática portuguesa e francesa ministrados pelo Capitão Bento Mascarenhas Jequitinhonha e Anastácio Lopes Torres, às 2^{as}, 4^{as} e 6^{as}. Já o curso de aritmética e geometria ficava sob a direção dos professores José Ferreira Chagas e Anastácio Lopes Torres e era oferecido às 3^{as}, 5^{as} e sábados. (p.270).

Em 1892, o proprietário da fábrica Nossa Senhora da Ponte, Manuel José da Fonseca, maçom da Loja Perseverança III, também criou uma escola noturna destinada aos operários da fábrica, sendo que Horácio Ovídio de Oliveira foi o professor responsável. (SILVA, I., 2007, p.108).

A escola noturna administrada pelo Clube Literário fechou, uma vez que o próprio clube também não tinha mais condições de permanecer em atividades. Em 25 de julho de 1886, os membros da Loja Perseverança III realizaram uma reunião para tratar das atividades do Clube, “em função da péssima situação financeira que o mesmo apresentava, decidiu-se pela fusão do mesmo ao Gabinete de Leitura, passando todos os móveis e demais utensílios a este”. Conforme relata José Aleixo Irmão (1999, p.330). Outra iniciativa de aulas noturnas foi discutida na Loja Maçônica Perseverança III, em 16 de junho de 1888, quando o Venerável comunicou que a Loja havia cedido a “sala de entrada” à associação “Luz e Liberdade”, que se formou visando manter aulas noturnas aos negros libertos e tinha por objetivo “disseminar a instrução pelas classes que não a podem obter por deficiência de recurso”. As aulas noturnas, sob o nome de “Escola Popular”, constituída pelos professores: Artur Gomes, Adolfo Osse, Antônio Egídio Padilha, Benedito Cordeiro e João Padilha,

tiveram início em 02 de julho de 1888, na sala cedida pela Loja, que também fornecia a iluminação, recebendo a matrícula de 75 alunos. As aulas foram encerradas em 20 de outubro do mesmo ano, o motivo alegado pelos responsáveis foi “o recrutamento que estava ocorrendo na cidade”. A suspensão das atividades foi publicada pelo jornal “Diário de Sorocaba”:

Escola Popular. A Sociedade Luz e Liberdade, por deliberação dos seus fundadores resolveu suspender temporariamente as aulas noturnas que mantinha nesta cidade, a expensas sua e da Loja Perseverança 3ª, por causa do recrutamento que se está procedendo neste município. Cumpre acrescentar que essas aulas estabelecidas para os libertos, operários e meninos que não pudessem freqüentar diurnas, eram freqüentadas por grande número dos mesmos, atingindo o número dos matriculados a cento e trinta e sete, e desde a notícia do recrutamento o número destes desceu a menos da quarta parte. Outrossim, a Escola Popular contava com três professores assíduos e esforçados que ensinavam gratuitamente. Assim crê a sociedade haver dado ao público satisfatória razão do repentino fechamento de sua escola, Sorocaba, 20 de outubro de 1888. Artur Gomes, Benedito Estevão Cordeiro, Adolfo Osse, Cândido Galvão, J.J. Soares. (ALEIXO IRMÃO, 1999, p.389).

O motivo do afastamento dos alunos citado por seus organizadores está relacionado com uma lei publicada em 1874, que havia modificado o sistema de recrutamento de pessoas para o serviço militar, até então constituído pelo voluntariado ou pelo recrutamento forçado. A nova lei instituía o sorteio para o serviço militar, que seria realizado entre todos os cidadãos aptos. Porém, essa lei não foi aplicada como deveria, em função da resistência de setores do poder econômico, preocupados com a perda de força de trabalho, e o recrutamento acabava selecionando apenas as pessoas das classes menos favorecidas.³⁰ A Escola Popular reabriu em 05 de janeiro de 1889 e fechou, definitivamente, em dezembro do mesmo ano.

³⁰ Em 1874, foi finalmente aprovada a Lei de Recrutamento que estabelecia o alistamento universal e o sorteio para cobrir as vagas não preenchidas pelo voluntariado e pelo reengajamento. Mas a lei admitia várias exceções. Ela permitia aos que não quisessem servir pagar certa quantia em dinheiro ou apresentar substitutos e concedia isenções a bacharéis, padres, proprietários de empresas agrícolas e pastoris, caixeiros de lojas de comércio, etc. Além, disso, deixava o alistamento e o sorteio a cargo de juntas paroquiais, presididas pelo Juiz de Paz e completadas pelo Pároco e pelo Subdelegado. Esses dispositivos transformaram a lei em completo fracasso. O serviço continuou a pesar exclusivamente sobre os ombros das pessoas sem recursos financeiros ou políticos... O novo sorteio só colhia os pobres em suas malhas, ou não colhia ninguém, continuando o recrutamento a ser feito a laço, como anteriormente. (CARVALHO, 2005, p.20).

Segundo Menon (2000), com a inauguração pelo Estado, em 1896, do Grupo Escolar Antônio Padilha, houve uma transformação nos padrões escolares de Sorocaba, pois essa escola gratuita não atendia uma parcela da população constituída por trabalhadores adultos e adolescentes. Diante disso, ocorre uma pressão junto aos poderes públicos, especialmente sobre a Câmara Municipal, para que seja criado um ensino gratuito que atenda aos anseios desses trabalhadores. “Em função de alguns dos vereadores serem maçons e de ter a Loja Perseverança III experiência anterior no ensino noturno, dedicado aos trabalhadores, resolve a mesma reabrir a antiga escola”. A Escola Noturna mantida pela Loja Maçônica Perseverança III foi reativada em 1896, quando os integrantes da PIII deliberaram pela reabertura das aulas noturnas, desta feita sob inteira responsabilidade da mesma, conforme consta na ata da sessão realizada em 23 de setembro desse ano. Na oportunidade, os integrantes Amaro Egídio e João Clímaco de Camargo, apresentaram as cláusulas que regeriam a reabertura da Escola Noturna da P III, ficando definido que a mesma iria funcionar em uma sala do prédio onde a Loja estava instalada e que funcionaria diariamente, com exceção dos dias em que houvesse sessão maçônica. A escola seria regida por um dos maçons ativos, conforme informações transcritas por Aleixo Irmão (1994, p.121).

Regimento da Escola Noturna P III: 1) que deve funcionar na sala do prédio desta Loja; 2) que funcione diariamente com exceção dos dias de trabalho da Loja; 3) que seja regida por um irmão ativo; 4) que o dito professor estabelecerá as horas de trabalho, com aprovação do irmão venerável devendo ser de duas e meia horas de serviço, 5) que os irmãos se cotizem para pagamento de um professor que receberá seu ordenado todos os dias dez de cada mês, em que apresentar o movimento diário da mesma escola, podendo o Irmão Venerável passar um atestado; 6) para dar execução a este projeto, será nomeada uma comissão com caráter definitivo composta de três membros sendo um diretor, outro procurador e outro mesário que agirão por si mesmo no sentido de propor as reformas que acha melhor, e finalmente; 7) no dia marcado para instalação da aula, haja uma sessão solene para bem patentear os intuitos que animaram membros desta oficina. Assinados pelos Irmãos Amaro Egídio e João Clímaco – Posto em discussão esta proposta falaram o 1º Vigilante opinando que a Loja é que deve pagar o professor. E caso ela não possa não se deve criar a escola; está de acordo que o ensino não remunerado é um ensino duvidoso e não concorda com os rateios para este fim, falaram sobre a proposta o Irmão Silva que concordando com o que diz o Irmão Vigilante diz mais que há irmãos que podem, cada um por sua vez ajudar a esse desideratum e o Irmão Orador que explicou o motivo porque apresentou o projeto nestas condições – a vista do que, pelo Venerável foi nomeada uma comissão composta pelo 1º e

2º Vigilante e Francisco Antonio de Marcos Silva para darem o seu parecer em Loja para ser posto em votação.

A inauguração da nova Escola Noturna P III, ocorreu no dia 15 de novembro de 1896, com o nome de “Aula Noturna Perseverança III”. Sendo que o início das aulas ficaram para o ano seguinte, para isso foi nomeada uma comissão que seria responsável “para arranjar tudo o que for necessário para a abertura da Aula Noturna”, que se solicitassem à Câmara “banco e utensílios do antigo Liceu, em poder do professor Coutinho”. (ALEIXO IRMÃO, 1994, p.131). Em notícia publicada no dia 14 de fevereiro de 1897, pelo jornal “O 15 de Novembro”, a população é informada sobre a abertura da escola noturna:

Estamos informando que a humanitária e augusta Loja Maçônica Perseverança III desta cidade, abrirá amanhã a escola noturna criada por essa distinta corporação. A escola funcionará das 7 às 9 da noite, no prédio da referida Loja e sob a hábil direção do ilustre professor normalista Dr. Álvaro de Moraes Rosa. Os interessados encontrarão o professor na sala do templo, sito à Rua do Comércio, que então fará a matrícula, dando preferência aos empregados e operários que trouxerem cartão das respectivas fábricas. (p.138).

Pelas informações constantes nas atas da Perseverança III, as aulas da escola noturna transcorreram normalmente durante todo o ano, pois o mesmo jornal noticia, em dezembro de 1897, que no dia 07 daquele mês haviam sido realizados os exames da escola noturna, “o resultado dos exames demonstrou muito bom aproveitamento dos alunos e grande dedicação do seu professor Álvaro Rosa”. (ALEIXO IRMÃO, 1999, p.138).

Em 1901, a Escola Noturna da PIII continuava com suas aulas noturnas, conforme publicações feitas no jornal “O 15 de Novembro”, edição do dia 06 de janeiro daquele ano, quando é comunicado “aos pais de família que, no dia seguinte, estaria reaberta a matrícula para aquele ano letivo, sendo as aulas “grátis para os pobres”. Assinava a nota, o professor João Evangelista de Oliveira”. (Sorocaba 350 anos, 2004, p.183). Nesse mesmo ano, o professor Eugênio Pilar França, encaminhou uma comunicação informando ser elevado o número de alunos da Escola Noturna e pediu autorização para eliminar “aos que não se portassem bem e sem respeito”. Aleixo Irmão (1994, P.172) escreve que o pedido foi aprovado, porém,

a Loja deveria ser comunicada do motivo da eliminação pedida, “devendo aos pais comunicar o mau procedimento do aluno; caso não se emendasse, podia eliminá-lo”. As aulas do curso se enceraram em 22 de dezembro, quando foram realizados os exames finais. Para proceder aos exames foi formada uma Comissão Examinadora, composta por João José da Silva, ex-diretor do jornal “O 15 de Novembro”; José Padilha de Camargo, presidente da Loja Maçônica Perseverança III; Ferreira Junior, jornalista e pelos professores: Joaquim Silva, Francisco de Paula Aquino. Segundo consta “Os examinadores ficaram satisfeitos com os resultados apresentados por todos os alunos, os quais mostraram bastante aproveitamento nas matérias ensinadas naquele estabelecimento de instrução”. (Sorocaba 350 anos, 2004, p.183).

A fonte utilizada não informa quais eram as matérias ensinadas, porém, pela transcrição da ata de uma sessão maçônica realizada na PIII, em 1905, temos por hipótese que as matérias eram: lições de gramática e aritmética, leitura, escrita, quatro operações fundamentais e algumas noções de desenho linear. (ALEIXO IRMÃO, 1999, p.225).

Em 1903, as Aulas Noturnas foram encerradas sem que se promovessem os exames de costume, uma vez que o professor Pilar França pediu autorização explicando o seguinte: “porque a maior parte dos alunos que estavam adiantados saíram e seus lugares foram preenchidos por outros ainda atrasados”, o pedido foi discutido e acatado na sessão do dia 14 de dezembro desse ano. (ALEIXO IRMÃO, 1994, p.208). Certamente continuava uma grande procura por vagas na Escola Noturna, pois, no ano seguinte, a Loja Perseverança III encaminhou uma solicitação à Câmara Municipal pedindo auxílio para uma 2ª aula noturna, uma vez que, com o fechamento do Liceu Sorocabano, havia espaço disponível para tanto. O auxílio foi concedido, sendo que o Venerável conferiu poderes à Comissão Central para designar um professor e abrir as matrículas. A 2ª sessão da aula noturna foi inaugurada no dia 24 de julho daquele ano.

Menon (2000) observa que a escola tinha certa autonomia em relação aos aspectos pedagógicos e administrativos, principalmente quanto à implantação das disciplinas, porém, a maior preocupação era a de ensinar “apenas os rudimentos de algumas disciplinas”. Esse tipo de metodologia fazia com que, no ano seguinte, retornassem às salas de aula os alunos que tinham interesse em prosseguir nos estudos. Esse fato era decorrente da falta de outras escolas no período noturno que

permitissem o desenvolvimento dos estudos. Porém, a Loja Perseverança III, não demonstrava interesse em oferecer um estudo mais avançado para esse público “e até mesmo prejudgando a capacidade de interesse daqueles alunos, antepunha uma série de obstáculos intransponíveis”. A abertura de uma segunda sala de aula noturna não foi suficiente para atender à demanda existente, na ata de uma das sessões da Loja, realizada em 1905, consta a discussão e a decisão da comissão responsável pela escola, em não mais aceitar a matrícula de alunos que já tivessem sido aprovados nos exames, em função do número limitado de vagas, uma vez que era necessário abrir vagas a novos alunos e os alunos aprovados nos exames “já tinham aprendido um pouco”, conforme transcrição da ata feita por Aleixo Irmão:

Na sessão de 13 de janeiro, João José como um dos membros da comissão encarregada da fiscalização das Aulas Noturnas, declara que tendo recebido ordem de não mais aceitar os alunos que tivessem sido aprovados nos exames, ele achou-se embaraçado no abrir a matrícula visto não ter um programa organizado a fim de fazer ciente aos interessados quais os motivos que o faziam assim proceder, e tendo combinado com os professores das aulas, adiou a abertura da matrícula para outro dia e trazer o conhecimento da Loja, a fim de que ela resolva sobre o caso. Usou a palavra o Venerável e disse que a resolução tomada de não se aceitar mais alunos que tivessem sido aprovados foi a seguinte. Há muitos pedidos para a matrícula, e para conservar-se alunos por muito tempo freqüentando as aulas, estudando coisas que não são muito necessárias, e tomando lugar de outros que desejem aprender um pouco, foi a razão de assim resolver. Usou a palavra o Irmão Secretário e disse que quando se procedeu os exames, os Irmãos examinadores França Junior e Arthur Gomes, disseram-lhe que era o melhor suprimir lições de gramática e aritmética, e ensinar apenas leitura, escrita, quatro operações fundamentais, e algumas noções de desenho linear, isto tudo praticamente, pois que os meninos são empregados e não tem tempo para estudar teorias, sendo o ensino pratico mais proveitoso e dá menos trabalhos, o Irmão Arthur Gomes ofereceu-se para organizar um programa fácil e resumido, do que fosse necessário e mesmo dar alguns esclarecimentos que fossem precisos e cujo programa seria submetido a aprovação da Loja. Assim sendo o Irmão Paula Aquino com os Professores combinaram trazer isso ao conhecimento da Loja para que depois fosse aprovado o programa, os Professores possam declarar se os alunos estão ou não preparados de acordo com as matérias do mesmo, e se estiverem a Loja nomeará uma comissão para proceder exames vagos e dispensar os alunos aprovados. O Irmão Arthur Gomes é de opinião de se imprimir uns diplomas para ser entregue aos alunos aprovados. Usou a palavra o Venerável e disse que nesse caso para não haver reclamações, ele confere a comissão e aos Professores poderes para procederem de modo que ninguém fique prejudicado, atendendo sempre o que for de justiça; e contemporizar mais um pouco até que o nosso Irmão Arthur Gomes organize o programa, o que talvez ele não possa fazer logo, em vista de suas grandes

ocupações; e se por acaso até uns seis meses no máximo, ele não tenha feito, a Loja então resolverá. (1994, p.225)

A escola recebeu auxílio oficial municipal durante os anos de 1904 a 1914, e estadual de 1906 a 1914, porém, com o fim da subvenção estatal a Loja precisou fechar uma das classes, permanecendo apenas com duas. Além do apoio financeiro do Poder Público, a escola contava com outras ajudas que advinham da própria sociedade. Essa participação da sociedade apoiando iniciativas escolares faz parte do trabalho desenvolvido por Fernando Antonio Peres (2007), em que são abordadas as aproximações entre diferentes atores sociais no campo da educação, em São Paulo. Em Sorocaba, também, podemos observar que outros segmentos da sociedade participavam com ações visando angariar recursos financeiros, destinados à manutenção das aulas noturnas da Loja Maçônica Perseverança III, como, por exemplo, um espetáculo anunciado no jornal Cruzeiro do Sul, em 29 de maio de 1906.

Espectáculo – Por um grupo de amadores, desta cidade, realizar-se-á sábado próximo, no salão do Clube Aimorés, um atraente espetáculo, cujo produto será revertido em benefício das escolas noturnas da Loja Maçônica Perseverança III. Segundo informam, serão levadas à cena o importante drama em 3 atos. “Fogo do Céu”, e a comédia em um ato “Sal na Moleira”. Sendo este espetáculo para um fim tão nobre, qual o de proteger a instrução em nosso meio social, esperamos que nosso público não deixe de concorrer com o seu valioso e necessário auxílio. (ALEIXO IRMÃO, 1994, p.236).

A Loja também recebia doações de livros, sendo feito um agradecimento (em 03 de agosto de 1906) à Secretaria da Infância pela remessa de “duzentos e tantos livros escolares”. No mesmo dia, houve agradecimentos ao Dr. Nogueira Martins, por este ter conseguido junto ao governo do Estado uma subvenção à Escola Noturna e, no ano seguinte, o grupo dramático, “Arte e Caridade”, também, comunicou à Loja o desejo de oferecer um dos espetáculos em benefício das Aulas Noturnas. (ALEIXO IRMÃO, 1994, p. 238)

Em sessão realizada no dia 11 de janeiro de 1907, ficou decidido que a Loja Perseverança III faria a reforma do prédio que pertencia à extinta Loja Maçônica Constância, com a finalidade de instalar nesse local a própria sede da Loja, ficando

o prédio que ocupava destinado exclusivamente à Escola Noturna, o novo templo da Loja Maçônica P III foi inaugurado em 26 de julho daquele ano.

A questão da formulação de um programa para a Escola Noturna foi tema da sessão, em 24 de janeiro de 1908, quando o maçom José Rosa expôs a seguinte ideia:

Ser a escola que está a seu cargo equiparada ao 1º ano da Escola Prática do Comércio de S. Paulo, excetuando somente do curso daquela escola, a aula de Inglês. Na idéia apresentada o mesmo Irmão achava conveniente para poder apresentar melhores resultados, ficar só com a classe mais adiantada, transferindo para a escola a cargo do professor Theodomiro de Barros, os alunos mais atrasados; e caso esta não possa comportar maior número propõe que seja criada uma terceira escola anexa. A Loja resolveu aguardar a chegada de um membro da Comissão nomeado para elaborar o programa das nossas escolas, e essa comissão tomará conhecimento da proposta apresentada nesta sessão. (ALEIXO IRMÃO, 1994, p. 255)

Analisando a informação sobre a divisão das aulas noturnas em duas escolas, temos por hipótese que a Loja P III mantinha duas classes de aulas noturnas, havendo, nesse período, a possibilidade da criação de uma terceira. Sendo que, por serem ocupadas por alunos em diferentes fases de aprendizagem e terem professores distintos, eram denominadas de escolas.

Para que possamos ter um melhor panorama da situação escolar da cidade de Sorocaba, nessa época, trago algumas informações que constam no Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, referente a 1908, no qual temos os seguintes dados:

População Geral	População em idade escolar	População das Escolas públicas estaduais	População das Escolas municipais	População escolar dos estabelecimentos particulares
27.550	3.935	1085	60	150

População em idade escolar que não recebe instrução	Porcentagem da população escolar que frequenta a escola	Porcentagem da população escolar sem escolas	Escolas Estaduais	Escolas a prover-se a necessidade da população
2.640	32,9%	67,10%	Isoladas 21 Em grupos 10	26

(Fonte: Anuário de Ensino do Estado de São Paulo, 1908/1909, p.94)

A partir de 1908, Aleixo Irmão (1994, p. 256) passa a transcrever, nas atas das sessões da Loja P III, a relação dos integrantes da comissão de fiscais, nomeados para acompanhar as atividades das escolas noturnas, “os quais devem no fim de cada mês, apresentar o relatório do movimento das escolas mantidas pela Loja”. Existindo, também, a nomeação de pessoas para serem os examinadores das Escolas. No ano seguinte, outro projeto para o regimento interno das Escolas foi apresentado por Vicente Ferreira Silva, oportunidade em que foi proposto, pelo Venerável da Loja, que se criasse a 3ª cadeira masculina (sessão de 20/01/1909).

Os cursos noturnos que existiam no Estado, eram voltados principalmente aos homens, pois conforme dados apresentados no Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, referente ao ano de 1910, no Estado havia 14 Cursos Noturnos, sendo 12 no interior e 02 na capital e nessas escolas estavam matriculados 491 alunos do sexo masculino e nenhum do sexo feminino. (Anuário do Ensino, 1910/1911, p.76).

A respeito dos estabelecimentos de ensino existente em Sorocaba no ano de 1912, o Anuário do Ensino traz as seguintes informações:

Matricula do Grupo	Matricula nas escolas isoladas	Matricula nas escolas municipais	Matriculas nos estabelecimentos particulares (incl. a escola PIII)	Total
820	967	147	697	2631

(Fonte: Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1911/1912, p.422)

De acordo com essa mesma fonte, em 1912 havia em Sorocaba uma população escolar, provável, de 4.620 pessoas, sendo que a porcentagem de matrícula sobre essa população escolar era de 56,9%, o restante, 43,10% era uma população escolar sem escola. (p.422). Sobre os cursos noturnos, o anuário informa que havia 02 em Sorocaba, que tinham 107 adultos do sexo masculino matriculados, sendo que a frequência era de 74 alunos. (p.567).

Já no Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, publicado em 1913, constatamos que, nesse ano, o Curso Noturno Perseverança tinha 207 alunos matriculados. Outros dados importantes, referente a essa Escola Noturna, trazidos pelo Anuário de Ensino são os seguintes:

Alunos Maiores de 18 anos	Alunos Menores de 18 anos	Alunos Brasileiros	Alunos Estrangeiros	Alunos Gratuitos	Número de Professores
118	89	168	39	207	03

(Fonte: Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1913, p.514)

Segundo o mesmo anuário, em 1913 Sorocaba possuía 06 Escolas Noturnas para adultos, sendo que nessas escolas os alunos matriculados eram 180 do sexo masculino e 118 do sexo feminino. (p.551).

Já o Anuário de 1914 informa que Sorocaba possuía uma população de 4.812 habitantes em idade escolar, sendo a porcentagem da matrícula sobre a população escolar era de 70,61%, e a população escolar que não frequentava a escola era de 29,4%. A distribuição da população escolar se dava da seguinte forma:

Classificação dos Estabelecimentos	Matrícula Geral em 1914	Média de alunos por Estabelecimentos
Mantidos pela Municipalidade	155	35,9
Mantidos pela Municipalidade	597	74,6
Grupos	1604	
Escolas Isoladas	1044	

(Fonte: Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1914, p.478, 479)

O Anuário de 1914 informa, ainda, que Sorocaba tinha 06 Escolas Noturnas, nas quais estavam matriculados 161 alunos do sexo masculino e 78 femininos. (p.577). Referindo-se diretamente à Escola Noturna Perseverança III, temos a informação de que estavam matriculados 94 alunos do sexo masculino e que os professores eram: Florentino Bella e Fernando Rio, sendo que Florentino Bella também dava aulas no Externato Sorocabano. (p.608).

Na sessão maçônica, realizada no dia 18 de janeiro de 1915, Renato Mascarenhas propõe, e é aprovada, a suspensão provisória da 3ª Escola Noturna, por medida econômica, porque os governos estadual e municipal suprimiram o auxílio que davam à Loja. Nesse mesmo ano, o Inspetor nomeado pela Loja, Joaquim Barbosa, apresentou o Relatório do mês de julho (sessão do dia 09/08/1915), que foi transcrita por Aleixo Irmão (1994, p. 322):

[...] É ministrado o ensino de leitura pelos modernos métodos adotados pela Diretoria Geral da Instituição Pública de nosso Estado; método bastante combatido por alguns de nossos colegas, mas que felizmente vem ganhando terreno, provando o quanto são superiores aos anacrônicos então processados. O ensino de caligrafia também obedece aos preceitos da pedagogia moderna sendo de notar que a ambidextria é o método mais em voga em nossos estabelecimentos de ensino e que convém ser adaptado, alternadamente com mais freqüência em nossas escolas. As outras matérias do programa, tais como Português e Aritmética são também lecionados com bastante esmero e real aproveitamento por parte dos alunos.

Em 1915, a Escola Noturna apresentava um déficit financeiro, pois o balancete, encerrado no mês de junho, mostrava que a despesa com os professores das Escolas Noturnas era de 600\$000, sendo que no caixa havia apenas um saldo de 479\$240 para aquele mês. Diante da situação financeira apresentada, o Venerável determinou que o Secretário oficiasse ao “irmão Dr. Luiz P. de Campos Vergueiro, pedindo que trabalhasse no Congresso, do Estado, a fim de que fossem votados, subsídios para a manutenção das Escolas Noturnas”. (ALEIXO IRMÃO, 1994, p.333).

Nas atas registradas a partir de 1916 e transcritas por José Aleixo Irmão, começam a ser apresentados os boletins relatando o movimento das Escolas Noturnas, essa prática ocorre até 1933. Não foi possível saber se a partir desse ano não houve a apresentação dos boletins nas sessões da Loja P III, ou se foi Aleixo Irmão que deixou de fazer a transcrição. Porém, nas considerações finais apresento uma análise dos dados estatísticos que puderam ser extraídos do estudo desses documentos.

Na sessão de 11 de dezembro de 1916, foi lido um ofício encaminhado pela comissão examinadora das Escolas Noturnas, fazendo elogio aos professores:

Os Irmãos abaixo assinados, nomeados em comissão para procederem aos exames das escolas mantidas por esta Loja ao cargo dos Irmãos professores Florentino Bella e Fernando Rios, em 08 do corrente, tendo cumprido com o seu cargo vem por meio desta fazer a respectiva comunicação dos resultados observados nas supras citadas escolas. Foram por nós argüidos os alunos de ambas as classes, os quais com suas respostas demonstraram pleno aproveitamento, cujo motivo único é a boa administração do ensino dos alunos e em tão feliz hora, confiada aos nossos referidos Irmãos. Faltam-nos palavras para cobrir de elogio os esforços, a perseverança, a observação rigorosa dos preceitos pedagógicos e a boa vontade em bem servir a causa da instituição e dos interesses particulares

desta Oficina por tão distintos educadores. Por este tão brilhante resultado pedimos nos guarde e ilumine. Sorocaba, 11 de Dezembro de 1916. A comissão: Presidente – Manoel Afonso, Examinadores - Antônio, Alexandre Joel (ALEIXO IRMÃO, 1994, p.337)

O Anuário do Ensino, referente ao ano de 1917, informa que nesse ano o Estado de São Paulo contava com 02 cursos noturnos na capital e 79 no interior, sendo que o Diretor Geral da Instrução Pública comenta que as escolas noturnas são de grande importância para a classe operária, porém, deixa uma observação sobre as mudanças que deveriam ser feitas quanto a matrícula, pois havia a exigência que houvesse no mínimo 50 alunos, e sobre o horário de funcionamento, escrevendo o seguinte: “os horários estabelecidos concorrem para afastar em vez de atrair alunos, quem trabalha em serviço até as cinco horas da tarde não pode sentir-se com disposição para freqüentar aulas que começam às seis horas e meia, como exige o regulamento”. Outra consideração, feita pelo Diretor, diz respeito aos cursos noturnos, que em sua opinião “devem desaparecer”, e explica que os professores dos cursos noturnos vão para dar aulas, já cansados do trabalho que exercem em suas escolas durante o dia, portanto, não conseguem fazer com as essas aulas da noite sejam proveitosas. E continua expondo a sua opinião sobre esses cursos noturnos dizendo que: “pelo seus estudos e observações realizadas durante muitos anos, tem a convicção da completa inutilidade desses cursos”. Por esse motivo entende que esses tipos de escolas devem desaparecer e serem substituídas “por escolas, que, devidamente reorganizadas, possam prestar melhores serviços as classes a que se destinam”. (Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1917, p.11). Nesse mesmo anuário temos dados estatísticos sobre a população escolar de Sorocaba.

População geral provável	População em idade escolar	População das escolas públicas estaduais	População das escolas municipais
34.850	4.978	2.320	232

População em idade escolar que recebe instrução	População em idade escolar que não recebe instrução	Porcentagem da população escolar que freqüenta escolas	Porcentagem da população escolar sem escolas
2.552	2.426	51,3%	48,7%

(Fonte: Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1917, p.574)

Porém, o entendimento do Diretor Geral da Educação sobre o fim dos cursos noturnos não se concretizou, pois Aleixo Irmão informa que os Fiscais nomeados continuavam a fazer visitas regulares à Escola Noturna da PIII, e apresentavam suas impressões nas reuniões da Loja, conforme o relatório apresentado em 14 de fevereiro de 1919, “Visitei hoje as Escolas Noturnas da Perseverança III. Levo dessa escola a mais agradável impressão pela bela e boa instalação da mesma e pelo aproveitamento dos alunos, resultado do esforço e boa orientação dos seus dignos professores”. (ALEIXO IRMÃO, 1994, p.372). Nessa época, ainda era grande a procura por vagas nas aulas noturnas, na sessão do dia 16 de junho, foi apresentada por Júlio Bierrenbach a sugestão para que se instalasse a 3ª Escola devido à grande procura de matrícula. Essa proposta se concretizou e no dia 21 de julho, o Orador Alexandre Joel, comunicou que já estavam tomadas as providências necessárias para as festividades do 50º aniversário da Loja e, “que desde o dia 16 do corrente acha-se em funcionamento a 3ª Escola Noturna, ficando o irmão Secretário encarregado de comunicar a criação dessa escola à Câmara Municipal, à Diretoria da Instrução Pública e aos Grandes Orientes Estadual e Federal”. (p.380), essa tarefa foi cumprida, e na sessão do dia 25 de agosto, o Sr. Luiz do Amaral Wagner comunica ter recebido autorização da Diretoria de Instrução Pública “para o funcionamento da 3ª Escola noturna a seu cargo”. (p.391).

Em de 26 de janeiro de 1920, o Venerável comunica aos presentes sobre a morte de um dos fundadores da Loja Maçônica Perseverança III, Ubaldino do Amaral, por esse motivo consignou-se, na ata, voto de pesar, sendo decretado luto de três dias e o fechamento das Escolas Noturnas por oito dias. (p. 397).

Nesse ano começam a ocorrer os desentendimentos entre a Loja Maçônica Perseverança III e o então Secretário da Educação, Dr. Luiz Pereira de Campos Vergueiro, sendo que a remoção do professor Luiz Amaral Wagner foi motivo de protestos durante a sessão do dia 05 de abril³¹. Ainda, relativo à remoção do prof.

31 Reclamação encaminhada pela Loja Maçônica Perseverança III à Assembléia Geral do Grande Oriente de São Paulo; “...considerando e ponderando o compromisso assinado por um maçom ao prestar solene juramento imposto pela Constituição Maçônica Brasileira; Considerando, que a qualquer irmão, é dever sagrado, defender as injustiças praticadas contra um profano qualquer, muito mais a um irmão; Considerando que o ato praticado pelo Sr. Secretário da Instrução, removendo desta cidade o nosso caríssimo irmão Luiz Amaral Wagner, é uma clamorosa injustiça que visa puramente o interesse particular, digo político; Considerando, que tal ato teve a plena desaprovação e repulsa da totalidade da população desta cidade, não podendo portanto, esta oficina silenciar diante da arbitrariedade praticada contra aquele irmão; Considerando ainda, que o

Luiz Amaral Wagner também foi enviado protesto ao Secretário da Educação e à Assembléia Geral do GOSP que alegou não tomar conhecimento do protesto por ter sido divulgado antes do seu conhecimento pela Assembléia (ALEIXO IRMÃO, 1994, p.400)

Temos, por hipótese, que o maçom Luiz do Amaral Wagner não aceitou a sua remoção para outra cidade, pois passou a ocupar o cargo de diretor provisório das Escolas, cargo criado na sessão do dia 23 de agosto, essa função foi ocupada pelo mesmo sem prejuízo do cargo de professor, mediante gratificação mensal de 40\$000. (p.403). Nesse ano, também, consta nas atas que o Governo do Estado fez uma doação de Rs1:000\$000 às Escolas Noturnas e no final do exercício foi lido em sessão um voto de louvor aos professores das Escolas Noturnas:

Com a maior regularidade funcionam as três Escolas Noturnas, mantidas por esta Oficina. Elas estão a cargo dos abalizados educadores, Fernando Rios, Luiz Amaral Wagner e Armando Rizzo. Os Inspectores Escolares, nomeados pela Oficina para visitarem-na, são unânimes em constatar o aproveitamento dos alunos. Um voto de louvor, portanto aos esforçados Professores, ornamento que são de sua classe. (ALEIXO IRMÃO, p.409).

A intervenção dos maçons de Sorocaba visando oferecer educação escolar para jovens e adultos era reconhecida em outras regiões do Brasil, sendo destacada em trecho do jornal recifense, “A Ordem”, em artigo de Fernando Tavares. Esse artigo foi transcrito na ata do dia 28 de março, por solicitação de Renato Mascarenhas, e diz “estarem as Loja de São Paulo em primeiro lugar, na escala do

ato de remoção partiu de um nosso irmão que esquecendo o sagrado juramento, pratica a mais revoltante perseguição política contra, não só o nosso irmão, mas, até a sua Exma. Snra., que nesse caso o silêncio de nossa oficina será taxado de conivência com o irmão autor de tal injustiça; requerem ao Responsável Mestre seja o presente tomado como o sinal do mais enérgico e solene protesto da Loja contra o ato de remoção, reprovando também, o procedimento do irmão dr. Luiz Pereira de Campos Vergueiro, em particular do ato e entender que por ter nascido em um Ordem onde não se divisa a magnificência do Cruzeiro do Sul e por isso mesmo na vizinhança e outro onde houve a infelicidade de ser o tacão da bota e a espada, a Lei, queira, impondo semelhante regime, implantar a desarmonia na família sorocabana. Esperam os abaixo assinados, que o presente requerimento seja aprovado, em seguida transcrito em ata. Saúde Paz e Prosperidade. Sorocaba, 05 de abril de 1920. etc. (ALEIXO IRMÃO, 1994, p.400).

ensino, quanto ao número de escolas. A primazia cabe às Lojas 7 de setembro, Liberdade e Firmeza e Perseverança III". (p.417).

Visando aprimorar a qualidade do ensino oferecido nas Escolas Noturnas, a Loja formou outra comissão que deveria fazer um novo estudo e apresentar a proposta de reforma, o parecer dessa comissão foi lido na sessão do dia 23 de janeiro de 1923, nessa proposta havia algumas sugestões de medidas visando o aprimoramento da disciplina e do ensino³². As sugestões se referiam, principalmente, a um ajuste no corpo docente e aquisição de equipamentos, sendo que o que mais chama a atenção é a proposta de se enviar ofício ao Delegado de Polícia, para que o mesmo interferisse junto aos gerentes das fábricas, visando diminuir o índice de faltas nas aulas noturnas.

Acerca da frequência dos alunos operários, que tem sido muito baixa nos últimos tempos, estabelecer um entendimento entre esta Augusta Loja e a Delegacia Regional de Polícia desta cidade, que por seu turno, se entenderá a respeito com as gerencias das fábricas locais. Quando o aluno começar a faltar o diretor das escolas comunicá-lo-á à Loja, e esta por seu Venerável levará o fato ao conhecimento do Dr. Delegado, que solicitará do gerente da fábrica respectiva eliminação do mesmo, a não ser que volte a frequentar as aulas. (ALEIXO IRMÃO, 1994, p.453)

Em 1923 as aulas noturnas funcionavam em três salas, cada uma denominada por escola, sendo que na sessão realizada em 26 de novembro foi comunicado de que haviam sido restabelecidas as verbas estadual e municipal para as Escolas Noturnas da Loja Perseverança III, tendo sido transferido nesse ano o valor de Rs900\$000, referente à verba votada pelo Governo do Estado, e de que a Câmara Municipal havia aprovado, para 1924, a destinação de uma verba de Rs 100\$000 mensais, como auxílio para as escolas. Nessa mesma data foram nomeadas as Comissões Examinadoras para os exames que seriam realizados no dia 30 do mesmo mês. (ALEIXO IRMÃO, 1994, p.461)

Porém, em 1926, houve problemas com a verba estadual e, na sessão do dia 18 de janeiro, o Orador João Ferreira da Silva, comunicou a ausência no orçamento do Estado de verba destinada às Escolas da Perseverança III. Por esse motivo, a Loja teve que buscar auxílio do Governo Municipal, sendo que, na sessão do dia 8

³² Documento na íntegra no Anexo B

de março, o Venerável Mestre comunicou que, “diante da ausência da subvenção estadual destinada às escolas, a Câmara Municipal votou-lhe verba de Rs1.200\$000 a serem pagos em parcelas mensais de Rs100\$000”. Ocorre que a “Coletoria Municipal” se recusara a pagar a 1ª parcela, obrigando a Loja a encaminhar um ofício, recorrendo à Câmara, e informando que o Prefeito estava descumprindo a lei votada pelo Legislativo. O Prefeito Municipal, Campos Vergueiro, alegava que as escolas não eram necessárias, e que a Loja o hostilizava³³. O Venerável afirmou que em nenhum momento a Loja se envolveu em questões políticas partidárias, sendo concedido a todos os seus membros a liberdade de pensamento. Como a Prefeitura não pagou mesmo a subvenção votada pela Câmara Municipal, na sessão de 15 de março, os integrantes da Loja se solidarizaram em favor da escola e o maçom Antonio Flores comunicou a todos os presentes que estava “pondo à disposição da Loja a importância de Rs1:200\$000... prontificando-se a auxiliar o funcionamento das nossas escolas no corrente ano, podendo dita quantia ser procurada em seu escritório, mensalmente, em parcelas de Rs100\$000”. (ALEIXO IRMÃO, 1994, p. 496).

Pelas informações registradas nas atas, tomamos conhecimento que mesmo sem receber a subvenção pública para as escolas noturnas, a Loja Perseverança III manteve as aulas, pagando o salário dos professores, como vemos em discussão apresentada na ata da sessão do dia 26 de julho de 1926, quando o Orador Diogo Moreira Salles apresentou a proposta para que fossem elevados os vencimentos dos professores das escolas, bem como o salário do zelador, justificando a proposta “em virtude da crise que atravessamos”. A proposta foi aprovada e os professores passaram a receber Rs100\$000 e o zelador Rs70\$000. (p.500). Para manter o projeto educacional, sem receber os recursos públicos, houve a participação dos maçons da Loja P III, que, utilizando-se de recursos próprios, passaram a contribuir com ajuda financeira visando manter a Escola Noturna em funcionamento. Nesse sentido, foi concedido o título de Benemérito da Ordem ao maçom, Antônio Marques

³³ Com a nomeação do Promotor Público Diogo Moreira Salles, que após breve passagem por Piedade veio para Sorocaba, este fez parte da ala do PRP em oposição à dominante, chefiada pelo prefeito e senador estadual, Luiz Pereira de Campos Vergueiro. Para melhor combater a ala perrepista-vergueirista, apoiada no jornal Cruzeiro do Sul, Moreira Salles fundou e dirigiu o Correio de Sorocaba. Travou-se uma luta ferrenha e desconversável entre as duas alas do mesmo partido. Uma, dominando o município há anos; outra, não se conformando com os métodos até então seguidos na política local. A PII, com os próceres e grande número de Obreiros, apoiou Moreira Salles, ostensivamente. Vergueiro que era filho da PIII, com esta rompeu, retirando as verbas estaduais e municipais destinadas as Escolas Noturnas. (ALEIXO IRMÃO, 1995, p.121).

Flores (sessão do dia 14 de março de 1927), que doou Rs1.200\$000 como auxílio às Escolas da Perseverança III e que já vinha prestando “reais serviços à causa da instrução” desde 07 de setembro de 1869. Nessa mesma sessão, foi comunicado que “o prefeito, Senador Campos Vergueiro, o eterno inimigo da Perseverança III, negou a cumprir o pagamento da verba votada pela Câmara Municipal como auxílio às referidas escolas”. (ALEIXO IRMÃO, 1994, p.515).

Nesse mesmo ano, também foi lido um telegrama recebido de Antônio Pereira Inácio, “agradecendo as felicitações enviadas por ocasião de seu aniversário” e o maçom Antônio Marques Flores “cientificou o Venerável Mestre que Antônio Pereira Inácio resolvera contribuir com Rs1.200\$000 para auxílio de nossas escolas”. O recebimento do cheque nesse valor consta na ata da sessão de 25 de abril. (p. 515). Outra doação foi comunicada na sessão realizada em 09 de maio de 1927, quando Manoel Athanásio Soares, disse “ter o prazer de enviar à Loja a quantia de Rs1.200\$000 para ocorrer às despesas de uma das nossas Escolas”. (p.519). Tais doações foram reconhecidas como fundamentais para a continuação do projeto educacional mantido pela maçonaria sorocabana, e esses gestos foram citados no relatório apresentado pelo Venerável João Ferreira da Silva, na sessão do dia 24 de junho de 1927³⁴. Nessa mesma apresentação, o Venerável fala sobre a situação das escolas mantidas pela Loja Perseverança III³⁵, informando que naquela data estavam em funcionamento três escolas, mantidas pela Loja e procuradas, principalmente, por filhos de operários e lavradores. Sobre o número de alunos matriculados, o relatório mostra que, em 31 de maio de 1927, havia 111 meninos matriculados, o Venerável também faz referência à ausência de verbas públicas destinadas às escolas. Nesse ano, durante o dia, também funcionava nas salas da Loja Maçônica Perseverança III o Externato Sorocabano, sob a direção dos professores Achiles de Almeida, José Reginato e Vicente Bella.

³⁴ Donativos à Loja: Durante o período de minha gestão foram feitos os seguintes donativos à nossa Off. – do Car. Ir. remido Comm. Antônio Pereira Inácio, cavalheiro de reconhecido espírito de altruísmo, a quantia de Rs. 1:200\$000, efetuado em 25 de abril p.p. e destinado a auxiliar a manutenção de nossas escolas; do Pod. Ir. Juvenal Vieira da Cunha, a 9 de maio findo, exprimindo o seu contentamento por lhe ter sido concedido o título remido, a quantia de Rs. 100\$000, para o mesmo fim acima, e do Resp. Ir. Manoel Athanásio Soares, no mesmo dia, externando também a sua satisfação em igualdade de condições, 8 debêntures do antigo empréstimo desta Loj. que não tinham sido resgatadas e no valor de Rs. 400\$000. Tivemos ciência de que o referido Ir. Manoel Athanásio Soares, num gesto que muito o dignifica e virá confirmar o justo conceito que fazemos de sua magnanimidade, pretende ainda este ano fazer o donativo de Rs. 1:200\$000, com o intuito também de recorrer para a manutenção de nossas escolas. (ALEIXO IRMÃO, 1994, p 523)

³⁵ Anexo C

Na sessão magna, realizada em 29 de julho de 1929, o Venerável leu um extenso relatório referente aos anos de 1928 e 1929, parte do qual é dedicada a descrever os trabalhos realizados pelas Escolas Noturnas³⁶, comentando o aniversário de 60 anos da criação da primeira Aula Noturna de Sorocaba, aproveitando para criticar o grupo político que era contrário à existência dessa instituição de ensino, consta no relatório a informação que, em 31 de maio de 1929, a escola contava com 133 alunos matriculados. Somente no final de 1929 é que a Câmara Municipal voltou a destinar uma verba para a manutenção das aulas noturnas da Escola Perseverança III, do orçamento de 1930. Nessa época, o professor da Escola Noturna, Antônio Funes, solicitou que a Loja P III concedesse autorização para que ele utilizasse uma das salas, onde funcionava o Ginásio, para que pudesse estabelecer um curso preparatório para os alunos que fossem candidatos à matrícula no Ginásio, a cessão da sala foi autorizada. O funcionamento das Escolas Noturnas estava sempre sob a supervisão dos integrantes da Loja Maçônica Perseverança III, para isso, eram nomeadas comissões de fiscais e de examinadores, que mantinham os outros membros informados das ocorrências. As formas de controle exercidas pela Loja passavam por constantes modificações, como vemos pelo projeto apresentado pelo professor Antônio Funes, na sessão do dia 15 de setembro de 1930³⁷. A Assembleia da Loja Perseverança III determinou que fosse nomeado um responsável pela inspeção mensal e apresentação de um relatório circunstanciado na sessão do mês subsequente. Outro projeto de Regulamento³⁸ das Escolas Noturnas Masculinas de Alfabetização foi apresentado e discutido na sessão do dia 03 de fevereiro de 1931; tratava-se de um projeto de 10 artigos proposto pelo

³⁶ Anexo D

³⁷ A Assembléia da Loja Perseverança III decreta: - Art. 1º A inspecção das Escolas Nocturnas Masculinas de Alphabetisação mantidas por esta Loja ficarão a cargo de um inspector nomeado pelo Resp.: Mestr.: Paragrapho único – Essa nomeação recahirá num Irmão do Quadr.: e durará um anno a contar da data da nomeação, a qual será no dia da posse das Directorias. Art. 2º - No caso de, por qualquer circunstância, ficar vago o cargo de inspector, o Resp.: Mestr.: nomeará outro irmão para preencher a vaga. Essa nomeação valerá até o prazo determinado para o Ir.: substituído. Paragrapho único – O Ir.: incumbido da Inspeção escolar deverá apresentar na sessão do mez subsequente, um relatório circunstanciado sobre o movimento das escolas inspeccionadas e no fim do anno lectivo fará um relatório onde diga tudo o que observou no andamento das referidas escolas. Or.: de Sorocaba 29 de setembro de 30. Antônio Funes gr.: 18. O Vem. Mestr.: consultou a Loj.: sobre o projecto que acabava de ser ouvido, digo, lido. O resp.: Mestr.: consultando os Ilr.: presentes sobre o projecto que acabava de ser lido decidiu a Loja que o projeto fosse à Comissão Central. (ALEIXO IRMÃO, 1994, p.598).

³⁸ Anexo E

mesmo professor, Antônio Funes, e encaminhado ao Venerável, quem, por sua vez, formou uma comissão Central, composta por Manoel Affonso, Diogo Moreira Salles e Arlindo O. Baptista, para que dessem um parecer. O novo regulamento previa que as classes deveriam ser regidas, de preferência, por professor diplomado. No caso do professor não ser diplomado “deverá ser pessoa idônea e de preferência irmão do quadro” e o programa adotado pela escola noturna deveria ser sempre o programa das escolas noturnas estaduais.

Pela leitura do livro escrito por José Aleixo Irmão (1995, p.22), notamos que a partir de 1930, já não são frequentes, nas sessões da PIII, as discussões relativas às atividades da Escola Noturna, e os Boletins deixam de ser transcritos em atas. As poucas citações que encontramos nas atas de 1931 dizem respeito à nomeação das Comissões para os exames das escolas e sobre outra revisão que seria feita no projeto de Regulamento das Escolas Noturnas de Alfabetização, que “deverá ser revisto para torná-lo mais perfeito”.

3.1 A ESCOLA NOTURNA DE 1930 ATÉ O SEU FECHAMENTO

Em 1932 é relatado que o professor Antônio Funes, teve que se mudar de Sorocaba, pois foi removido para São Carlos, “por perseguição do diretor da profissional, Basilides de Godoi, segundo declarou”. Por esse motivo, ele também pediu demissão das Escolas Noturnas, “após debates, decidiu-se pelo fechamento da terceira classe”. (ALEIXO IRMÃO, 1994, p.26). Nesse mesmo ano, sessão de 1º de agosto, o Venerável comunica aos presentes que os representantes da Loja PIII haviam decidido encaminhar um ofício, ao Prefeito Municipal, pondo à sua disposição as três salas das Escolas Noturnas.

Em 20 de novembro de 1933, o Venerável da Loja informa a todos que “daquela data em diante a banca examinadora das Escolas Noturnas seria de competência da Diretoria Geral de Ensino. Assim ocorrendo os exames no dia 28 corrente, já oficiara ao Inspetor de Ensino, Paulo M. Serrat pedindo a nomeação da banca”. O Inspetor comunicou que os exames seriam realizados no dia 1º de dezembro e convidou o professor Joaquim Barbosa e Dr. Moreira Salles para examinadores. (p.53).

A partir de 1937 passou a existir uma aula noturna, no prédio da Loja Perseverança III, mas administrada pelo próprio professor, como vemos descrito na

ata da sessão do dia 12 de abril de 1937, quando foi comunicado que o professor Aristides de Campos havia solicitado licença, sendo nomeado como substituto o Sr. Gaspar, o Venerável também informou o seguinte: “Que a pedido do prof. Aristides de Campos: cederá umas das salas das escolas para abertura de um curso noturno, que oferece dois lugares à disposição da Loja gratuitamente, e que esta concessão foi feita a título precário ao referido professor. (ALEIXO IRMÃO, 1995, p.101).

Em 23 de outubro, o governo de Getúlio Vargas decretou o fechamento de todas as associações de caráter secreto, inclusive as Lojas Maçônicas, por esse motivo, durante os anos de 1937, 1938 e 1939 não houve sessões na Loja Perseverança III, porém, nesse período, as Aulas Noturnas continuaram a funcionar. (p. 281).

Assunto referente à Escola Noturna volta a ser discutido na sessão realizada em 15 de julho de 1940, quando é posto em discussão o pedido de aumento dos vencimentos dos professores, solicitando-se o pagamento de Rs25\$000 aos mestres e Rs15\$000 para a zeladoria. Com a palavra Adonias Nóbrega de Almeida opinou contra o aumento: “os professores têm ali um trabalho extraordinário, o que recebem por esse trabalho é suficiente, e a Loja não pode arcar com maiores despesas *à vista dos seus compromissos*”. Posto o pedido em votação, foi negado o aumento. (p.121).

A procura pelas aulas noturnas ainda era grande, o que é constatado pela leitura da ata da sessão de 03 de março de 1941, em que o Venerável da Loja PIII sugeriu a criação de mais uma classe noturna, às expensas da Loja. Houve a aprovação e, como professora para reger a nova classe, foi discutido e aprovado o nome da filha de José Rodrigues Filho. (p.137). A participação feminina na direção das aulas noturnas também é discutida em 1945, quando na sessão do dia 09 de abril, foi comunicado que “tendo acatado a determinação da Loja providenciou para que a professora Dona Olinda de Almeida tomasse posse interinamente do cargo de Diretora de nossas Escolas”. (p.180). No ano seguinte houve a nomeação de mais uma professora, pois na sessão de 07 de janeiro, foi lido ofício da professora Mesme Aidar exonerando-se do cargo de professora. Para ocupar o lugar, foi nomeada a professora Yolanda de Proença. Nessa mesma sessão, o Venerável Edmundo Valle comunicou que não pôde legalizar a situação dos alunos da 4ª série, que deveriam ter sido diplomados, devido à “má vontade demonstrada pelo Delegado do Ensino, nesta cidade, que chegou mesmo a entravar os trabalhos dos exames da 4ª série”. O Orador da Loja sugeriu que se lavrasse na ata “protestos contra o ato do Senhor

Delegado do Ensino, nesta cidade, professor Dirceu D. Ferreira da Silva, que dificulta a marcha do ensino com referência às Escolas Noturnas P III”. (ALEIXO IRMÃO, 1995, p.189).

As Escolas Noturnas tiveram pouco destaque nas sessões maçônicas da Loja Perseverança III ocorridas no final dos anos 40, sendo que a questão teve presença importante na sessão de 09 de janeiro de 1950. Quando foram entregues os diplomas aos alunos das Escolas Noturnas que concluíram o curso de alfabetização, o Orador falou das “responsabilidades e deveres que os diplomados têm para com a pátria, com seus pais e aos professores”. (p. 236). Essa foi a última entrega de diplomas feita pelas Escolas da Loja Perseverança III, pois na sessão de 22 de maio, o Orador Otto Wey Neto, comunicou que, após 80 anos, a P III encerra suas Escolas.

Depois de historiar o papel desempenhado pelas nossas Escolas durante os seus oitenta anos de existência na luta contra o analfabetismo no país, propôs à Oficina a sua extinção, por julgar finda essa nossa tarefa com a criação dos Cursos Supletivos, expondo ter conseguido a colocação dos atuais alunos, em número reduzido, em outro estabelecimento de ensino. O Venerável disse ser motivo de alegria para a Perseverança III pioneira da alfabetização de alunos no país terem de fechar suas escolas, por ter sido resolvido esse problema pelo Governo Federal. (p.241).

Conforme nota feita por José Aleixo Irmão (1995, p.241), a Escola Noturna P III, funcionou desde 07 de setembro de 1869, quando Leite Penteado fez a proposta de sua criação como a melhor maneira de se comemorar a data da independência do Brasil. Durante a existência da Escola Noturna, a Loja Maçônica Perseverança III também auxiliou monetariamente outros cursos, participando de várias iniciativas voltadas para o ensino em Sorocaba.

Na sessão do dia 10 de julho de 1961, foi feito um discurso por Diogo Moncayo, lamentando o fechamento da Escola Noturna que “grandes benefícios trouxe à coletividade”. O Orador explicou o fechamento:

Dizendo que a Escola fechou por falta de matrícula, de vez que, com as medidas tomadas pelo governo, aliás, acertadas e felizes, houve aumento de idênticas escolas, não se justificando a continuação do curso. Com a construção do prédio e conseqüente maiores recursos financeiros, a Loja

estará em condições de voltar a prestar assistência mais ampla, na parte educacional. (ALEIXO IRMÃO, 1996, p.162)

No final do terceiro volume de seus livros “A Perseverança III e Sorocaba”, o escritor José Aleixo Irmão faz uma homenagem aos professores das Escolas Noturnas:

Pelo que lemos em atas, foram vendidos os móveis das Escolas Noturnas P III, que há quase um século prestavam serviços notabilíssimos à sociedade sorocabana, alfabetizando principalmente, aos filhos de escravos, à pobreza, à infância desamparada. Teve a ministrar-lhes as aulas professores, cujos nomes, até hoje, são lembrados como exemplo de fé, de trabalho, de desprendimento. Para não serem olvidados, ficam-lhes os nomes gravados nestas páginas. Lembramos e homenageamos, pois, aos professores da P III que já dormem em sono eterno, desde o primeiro, Leonel Jandovy Sandoval, e seu “ajudante”, João Lycio Gomes e Silva. As Escolas Noturnas P III, inauguradas a 7 de setembro de 1869 (fiscalizada por Leite Penteado, Camilo de Matos e Peçanha), as que a complementaram como a Escola Noturna, inaugurada em 15 de novembro de 1886, a da Aula, inaugurada a 7 de setembro de 1889, ao Liceu Sorocabano (curso secundário deixando de funcionar, em 1904, por falta de alunos), Curso Noturno de Alfabetização P III, com Eugênio Pilar França, João Evangelista de Oliveira, Álvaro Moraes Rosa, Otto Wey, Luiz Amaral Wagner, Aristides de Campos, Teodomiro de Barros, José Rizo, Alfredo Teixeira de Queiroz, João de Almeida, Arthur Gomes, João Padilha, J. M. França Junior, Amaro Egydio de Oliveira, Joaquim Silva, José Azevedo Antunes, Roberto Vergueiro, Fernando Rios, Florentino Bella, Armando Rizzo, Abimael de Campos, Antônio Funes, Genésio Machado, Afonso César Siqueira, Oswaldo de Moraes, João de Moraes Sobrinho, Antônio Aguiar, Joaquim Barbosa, Vicente de Paula Bela, João Marcos e Silva, João Simões, Edgard Sampaio, Frederico Félix de Oliveira, Milton Marinho Martins, Luís Bonito, Mário de Almeida, Francisco Félix de Oliveira, José Reginato, Cid Chagas, Benedito Vieira, Achilles de Almeida, Nestor Grilo (o mais antigo nas Escolas), Antônio Miguel Pereira Júnior, Arlindo Osvaldo Batista, Aristides Mascarenhas, Artidoro Mascarenhas (Pítico), Olavo Loureiro, Raul Cordeiro, Maria de Lourdes Ribeiro Vidal, Maria Teresa Candioto, Maria da Graça Galvão, Ana Maria Simões, Sayonara da Costa, Aparecida Marthe, Ivone Monteiro de Camargo e Dirce Rodrigues. As Escolas Noturnas, fundadas em 7 de setembro de 1869 tinham boletins de frequência mensais, preenchidos pelos professores. Alguns dos porteiros das Escolas: João de Almeida, Joaquim de Almeida Rosa, Elói Ribeiro de Arruda, Moisés Aguiar de Campos e Francisco Silvério de Almeida. (p.326).

É importante destacar que muitos professores que deram aulas nas Escolas Noturnas também eram educadores de outras escolas sorocabanas, como pudemos constatar em pesquisas feitas nos Anuários de Ensino do Estado de São Paulo, dos

anos de 1908 a 1917. Por exemplo, nas Escolas Isoladas de Votorantim davam aulas os professores Abimael de Campos e Antônio Funes; no Grupo Escolar Antonio Padilha, trabalhavam os professores Aristides Mascarenhas, Francisco Félix de Oliveira e Luiz Amaral Wagner; no 2º Grupo Escolar de Sorocaba, os professores Genésio Machado e Joaquim Silva faziam parte do quadro de educadores e no Ginásio Sorocabano trabalharam os professores Arthur Gomes, José Manoel França Junior e José Rizo.

Na sessão de 16 de outubro de 1967 consta em ata o agradecimento feito pelo maçom, Antônio Fernandes, à Escola Noturna, como segue:

Com a palavra o Irmão Antônio Fernandes lembrou que há 56 anos passados cursou a escola primária da Perseverança III, recomendado que foi pelo Venerável da época ao Professor Fernando Rios; foi por este muito bem recebido, cursou a escola e se capacitou para o seu primeiro emprego e para todo o seu progresso na vida. Depois, já homem, ingressou no Quadro onde milita até hoje desempenhando alguns cargos, conforme suas limitações pessoais. Sente-se muito grato e deseja externar seus sentimentos inclusive para o Prof. Fernando Rios; pede, pois que seja enviada prancha àquele Irmão dando-lhe conta desse agradecimento. Acrescenta que, embora tudo quanto haja feito, não saldou e nunca saldará a dívida contraída. O Venerável agradece ao Irmão Fernandes em nome da Loja pelos serviços que tem prestado, todos de inestimável valor, aparentemente nos cargos mais humildes da administração. E manda que se expeça ao Irmão Fernando Rios a carta solicitada. (ALEIXO IRMÃO, 1996, p.60)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando tive a pretensão de pesquisar as atividades da maçonaria na área da educação escolar de Sorocaba, tinha como parâmetro norteador a experiência do Colégio Politécnico de Sorocaba, pois é uma Instituição que se destaca pela qualidade do ensino oferecido e pelo concorrido processo seletivo. A existência dessa Instituição que está ligada diretamente a uma Fundação, que por sua vez foi criada por uma Loja Maçônica, me instigou a conhecer que fatos históricos levaram a essa iniciativa. Recordando Darnton, que chamado para escrever sobre o bicentenário da Revolução Francesa disse que “Era uma oportunidade de explorar as tendências ocultas dos acontecimentos, a maneira como a história não se deixa confinar no passado e vem até o presente, empurrando e impelindo coisas que parecem imobilizadas num estreito quadro temporal”. (DARNTON, 1995, p.14). Dessa forma, também tinha interesse em conhecer o processo social que estava na gênese da participação da Loja Maçônica Perseverança III em uma escola. Partindo do conhecimento da atuação atual, procurei demonstrar que a participação da maçonaria na educação escolar em Sorocaba é um fato histórico relevante. Por isso entendo que esta pesquisa contribui com novas informações para o estudo das ações da maçonaria de uma maneira geral e também para o conhecimento da educação escolar da cidade. Para reunir as fontes que dariam sustentação ao trabalho, contei com a ajuda dos integrantes da Loja Perseverança III e consegui reunir os seis volumes do livro de José Aleixo Irmão, nos quais estão transcritos os principais assuntos discutidos na Loja Perseverança III, desde a sua fundação, em 1869, até o ano de 1975. Tenho consciência que por utilizar a transcrição das atas, e não propriamente as atas, deixei de ter acesso a muitas informações que poderiam ser relevantes para o meu trabalho. Porém, sempre que possível, procurei cotejar as informações que obtive com outras fontes e contextualizá-las historicamente. Esse esclarecimento também foi dado por Aleixo Irmão, no primeiro volume da coleção, quando ele diz que “Não temos a petulância de proclamar que o que se vai ler é a história completa da Loja Maçônica Perseverança III. Longe de nós tal pretensão”, esclarecendo que os fatos relatados nos livros são baseados nos documentos existentes nos arquivos da Loja, mas lamentando “que muito coisa se perdeu, ou foi abandonada, como inútil, nas várias mudanças da sede”. (ALEIXO IRMÃO, 1999, p.7). Além desse material,

através das indicações de meu orientador, professor Luiz Carlos Barrreira, tive a oportunidade de ler outros trabalhos de vários historiadores que versavam sobre o mesmo assunto e também autores que me ajudariam a trabalhar com as fontes. Reunindo todo o material disponível, pensei no referencial teórico que utilizaria para conduzir a pesquisa dos mesmos. Nesse momento também fiz uso da experiência de Darnton, quando ele diz que “Para visitar os mortos, o historiador precisa de algo além da metodologia, algo como um salto de fé ou uma suspensão da dúvida”. (DARNTON, 1995, p.19). Por isso segui como missão a premissa de fazer uma pesquisa histórica que levasse em conta a ação do ser humano em um setor da sociedade, levantando todos os dados que indicassem os ideais que essas pessoas tinham em relação à educação escolar para a cidade de Sorocaba, ou seja, uma “história social”, de acordo com o entendimento que VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY (2002), expressam sobre essa abordagem da história. Procurei cumprir a missão, tendo em mente que, pela minha formação na área do Direito, eu teria dificuldade em fugir do positivismo intrínseco, que faz parte da literatura e do trabalho diário desse profissional, e poderia produzir um trabalho em que “a única habilidade do historiador consistiria em tirar dos documentos tudo o que eles continham e em não lhes acrescentar nada do que eles não continham” (idem, p.14). O meu interesse como pesquisador não foi de apenas transcrever as atuações dos maçons da Perseverança III na educação escolar, mas sim descrever essas ações dentro da ação social, que contava com a participação de outros agentes, em uma relação muitas vezes conflituosa. Coloquei-me em acordo com Déa Fenelon que entende que a proposta do historiador não deve ser “um estudo paralelo do social, do cultural, do econômico, do político, mas sim um estudo que leve em conta todas essas dimensões, sem compartimentação nem subordinação ao econômico”. (FENELON, Dea, apud VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 2002, p.18). Portanto, o meu objetivo não foi escrever uma dissertação em que eu determinaria os fatos e depois estabeleceria as leis, mas sim trabalhar com as fontes pensando na história como um campo de possibilidades. Se consegui atingir o objetivo proposto é o meu leitor quem vai poder dizer. Partindo desse ideal, ou seja, de contextualizar a ação dos maçons em Sorocaba, dentro de uma atuação histórica da maçonaria, pesquisei os motivos que levaram um grupo de maçons, republicanos da Sorocaba do final do século XIX, a se desligarem da Loja Constância para fundarem outra, a Perseverança III, tendo como meta a aplicação do binômio “libertação e educação”. E o ideal de libertar e educar

foi seguido pelo grupo de fundadores e pelas pessoas admitidas na Loja, sendo colocado em prática na primeira sessão da recém fundada Loja, quando foi apresentada a proposta de se criar aulas noturnas para o ensino das primeiras letras. A Escola Noturna da Perseverança III foi a unidade precursora das ações educacionais da Loja Perseverança III, pois, com aberturas, fechamentos e reaberturas a mesma se manteve de 1869 a 1950, quando foi entendido que a ação já não se justificava, diante de novas medidas tomadas pelo Governo Federal. Entendo que esta pesquisa contribuiu para que muitas dúvidas fossem levantadas e que nem tudo ficou devidamente esclarecido, faço a minha defesa utilizando as palavras das autoras de “A Pesquisa em História”, quando afirmam que “o trabalho final do historiador também deve aparecer como um momento de reflexão e não como um produto acabado” (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 2002, p.50). Por isso, apresento minimamente, ao leitor, o caminho percorrido, as fontes utilizadas e como foram tratadas, procurando apresentar “um conhecimento sobre o objeto e não o conhecimento”. (idem).

Além dessas considerações, quero também compartilhar com meus leitores, alguns dados quantitativos que levantei a partir das transcrições dos boletins das Escolas Noturnas, feita por Aleixo Irmão. Apesar dos boletins terem sido apresentados apenas durante os anos de 1915 a 1933 e sem uma sequência completa com todos os meses, é possível tirar algumas conclusões no que diz respeito ao número de alunos matriculados e da frequência dos mesmos. Conforme o gráfico abaixo, podemos dizer que em números absolutos, em apenas 05 anos, a média de matriculados ultrapassou a casa dos cem (1920, 1921, 1922, 1927 e 1929). Podemos constatar, também, que a partir de 1921 a frequência cai acentuadamente, mas a partir de então, permanece estável, porém baixa.

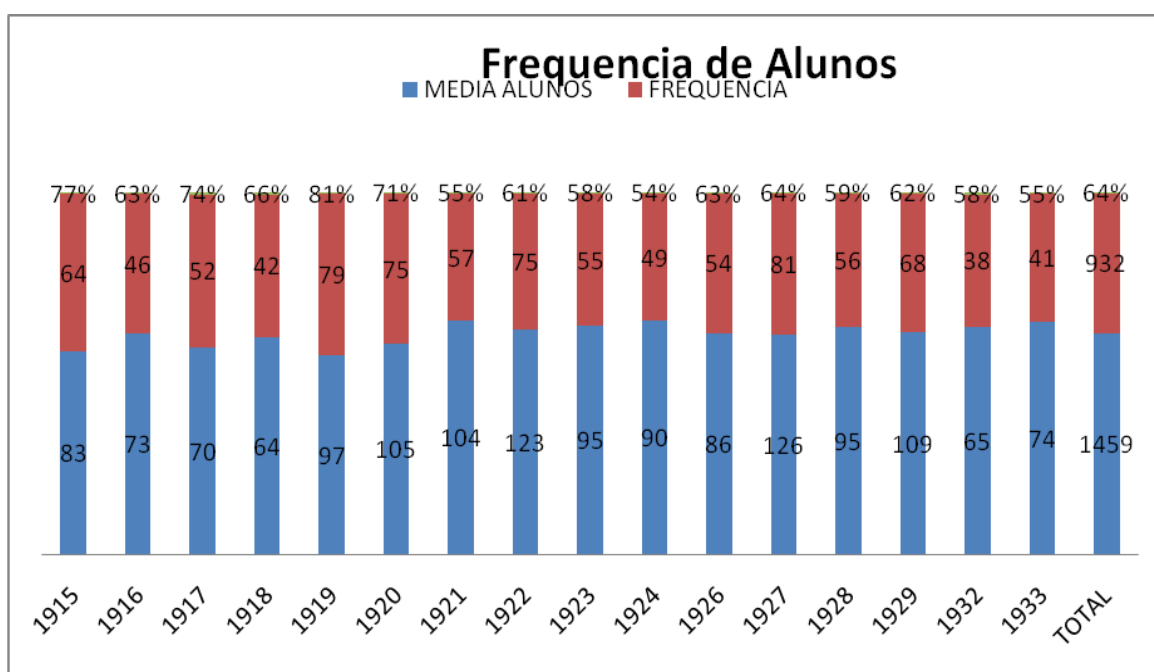
RESUMO DOS BOLETINS DA ESCOLA NOTURNA P III

Ano	Média de aluno matriculados	Frequência medida dos alunos	Porcentagem de frequência entre os alunos matriculados
1915	83	64	77%
1916	73	46	61%
1917	70	52	73%
1918	64	42	66%
1919	97	79	81%
1920	105	75	71%
1921	104	57	55%

1922	123	75	61%
1923	95	55	58%
1924	90	49	55%
1926	86	54	63%
1927	126	81	65%
1928	95	56	59%
1929	109	68	63%
1932	65	38	58%
1933	74	41	55%

(Gráfico 1: Evolução anual da frequência dos alunos na Escola Noturna (1915 a 1933).

GRÁFICO COM INFORMAÇÕES OBTIDAS DA ANÁLISE DOS BOLENTINS



(Elaboração própria)

Também, estou ciente de que esses dados não foram devidamente explorados, pois poderiam ser cotejados com outras fontes, como o Anuário de Ensino do Estado de São Paulo, referente a esse período. Porém, esclareço que os Anuários a que tive acesso não abrangem todos esses anos e, também, não tive a oportunidade de ir à busca dessas fontes. Por isso, deixo essas lacunas para serem preenchidas por mim, em pesquisas futuras, ou por outros pesquisadores que tenham interesse pelo mesmo tema.

REFERÊNCIAS

ALEIXO IRMÃO, José. **A Perseverança III e Sorocaba**: da fundação à Proclamação da República. Sorocaba, SP: Fundação Ubaldino do Amaral, 1999. vol.1

_____. **A Perseverança III e Sorocaba**: (1889 – 1930, da queda da Monarquia ao fim da primeira República). Sorocaba, SP: Fundação Ubaldino do Amaral, 1994. vol. 2

_____. **A Perseverança III e Sorocaba**: (1931-1954, do fim da primeira República ao suicídio de Vargas. Sorocaba, SP: Fundação Ubaldino do Amaral, 1995. vol. 3

Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, São Paulo, 1908 a 1917.

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**: Introdução ao estudo da cultura no Brasil. (Tomo 3: A Transmissão da Cultura), ed. 3, São Paulo, Melhoramentos, 1958.

BARATA, Alexandre Mansur. **Luzes e Sombras**: a Ação da Maçonaria Brasileira (1870-1910), Unicamp, Campinas, 1999.

BARBOSA, Andressa Cristina Coutinho. **Cartilha do Operário**: alfabetização de adolescentes e adultos em São Paulo (1920-1930). 2006. 212 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo. Jun. 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e políticas no Brasil**, Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2005.

CHIOZZOTO, Luiz. **Footing sorocabano**: passado em fotografias. Sorocaba, SP: Luiz Chiazotto, 2007.

COLUSSI, Eliane Lucia. **A maçonaria Brasileira no Século XIX**. São Paulo, v.1: Saraiva, 2002. (Que história e esta?).

CRUZEIRO DO SUL ed.30.000. Sorocaba, SP: Série de suplementos especiais do jornal Cruzeiro do Sul, Fascículo 13, 4 set. 2005.

_____. Sorocaba, SP, ano 104, ed.3816, 2 abr.2007.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FENELON, Déa Ribeiro. Trabalho, cultura e história social. In: **Revista Projeto História**. São Paulo: EDUC, v.4, jun. 1984.

FERREIRA, Valdelice Borghi; SANDANO, Wilson. Educação Escolar e Movimentos Sociais em Sorocaba, no Início da República (1889/1920. In: **Revista HISTEDBR** on line, Campinas, n. 27, p.172-178, setembro de 2006.

GONÇALVES, Júlio; GONZALES, Jorge Luiz Cammarano. Escola, Política e Poder Local: Antecedentes do Primeiro Ginásio Público de Sorocaba. In: **Revista HISTEDBR** on-line, n. 27, p.179-199.

GONZALES, Jorge Luiz Cammarano; SANDANO, Wilson. A Formação da Educação Escolar Pública em Sorocaba 1850-1880. In: **Revista HISTEDBR** on-line. Campinas, n. 16, p.36-60, dezembro de 2004.

GRANDE ORIENTE DO BRASIL. História. Disponível em: <<http://www2.gob.org.br/gxpsites/hgxpp001.aspx?2,9,95,O,P,0,MNU;E;13;3;MNU;,>>>. Acesso em: 16 jan. 2009.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

MENON, Og Natal; FRAGA, Estefânia Knotz C. **A educação escolarizada em Sorocaba entre o Império e a República**. São Paulo, 2000. 3v. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2000.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. **O Ideário Republicano e a Educação**. Uma contribuição para a História das Instituições. Campinas: Mercado das Letras, 2006.

MOREIRA, Ziéde C. Herança Medieval. In: **Nossa História**. Rio de Janeiro, RJ: Vera Cruz, Editada com o Conselho de Pesquisa da Biblioteca Nacional, ano 2, nº 20, jun. 2005, p.16-17

NAUDON, Paul. **A Maçonaria**. São Paulo: Difel, 1968.

PERES, Fernando Antonio. **Estratégias de aproximação: um outro olhar sobre a educação anarquista em São Paulo na Primeira República**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de São Paulo, SP, 2007.

Revista "Nossa História" – Ano 2/nº. 20 – jun. 2005, Editada com o Conselho de Pesquisa da Biblioteca Nacional, p.23.

RUGIU, Antônio Santoni. **Nostalgia do mestre artesão**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998 – (Coleção memória da educação).

SÃO PAULO (Estado). **Projeto de Lei nº 795, de 2004**. Dá a denominação de "José Aleixo Irmão" à passarela localizada no Km. 103 + 850 da Rodovia Raposo Tavares, SP-270, em Sorocaba. Disponível em: <http://webspl1.al.sp.gov.br/internet/download?poFilelfs=4791348&/propositura_Projetodelei_533622.doc%22>. Acesso em: 18 dez. 2008.

SILVA, Ivanilson Bezerra da. Apontamentos Sobre Maçonaria, Abolição e a Educação dos Filhos de Escravos na Cidade de Sorocaba no Final do Século XIX. **Revista HISTEDBR** on-line, Campinas, n.27, p.95 -111 - set. 2007.

SILVA, Leandro Nunes da. Grupo Escolar Antonio Padilha: Sua Historiografia Através de seus Arquivos. **Revista HISTEDBR** on-line, Campinas, n. 23, p.59-68 - set. 2006.

SOARES, Carlos Dalmiro da Silva. Evolução histórico-sociológica dos partidos políticos no Brasil Imperial. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 2, n.26, set.1998. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1503>>. Acesso em: 25 dez. 2008.

SOROCABA, 350 anos. Uma história ilustrada. Suplemento de: Cruzeiro do Sul, Sorocaba, SP, ago. 2004.

TERRA, J. E. Martins – **Maçonaria e Igreja Católica**. Aparecida, SP: Santuário, 1996.

VANNUCCHI, Camilo. Grão-mestre de saias. **IstoÉ online**. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoe/1613/comportamento/1613graomestres.htm>>. Acesso em: 16 jan. 2009.

VIDIGAL MORAES, Carmem Sylvia. **A Sociedade Culto à Ciência de Campinas e o projeto republicano de educação**: uma leitura a partir dos Estatutos, Regulamentos e Programas de ensino da instituição escolar (1869 – 1896). Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo07/Coordenada%20por%20Maria%20Cristina%20Menezes/Carmen%20Sylvia%20Vidigal%20Moraes%20-%20Texto.pdf>> Acesso em: 24 jan.2008.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. ed 4. **A pesquisa em Historia**. São Paulo: Ática, 2002.

WIKIPEDIA. **Rito Escocês** Antigo e Aceito Loja de Perfeição (Graus 1.º ao 33.º). Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Rito_Escoc%C3%AAs>. Acesso em: 12 fev. 2008.

ANEXOS
(DOCUMENTOS E FIGURAS)

ANEXO A

CARTA ABERTA CARTA ABERTA AO SNR. CÔNEGO ARISTIDES DA SILVEIRA LEITE, VIGÁRIO DA PAROCHIA DE SOROCABA

Senhor. O infra assignado, parte competente da família do finado Frederico Mascarenhas Camello, vem por meio da presente agradecer a V. S. a forma pela qual se dignou a proceder, com referência a encomendação do corpo daquelle finado, e para cujo acto havia sido, no dia anterior aos funerais, feita a necessária petição. Agradeço e ao mesmo tempo lamento que V. S. não tivesse a franqueza precisa para declarar que não procedia a essa parte do ritual de Roma por ser maçom o extinto, e para não usar de recados absurdos, e de última hora, em que a verdade foi adulterada, affirmando não haver padres para aquelle acto, por estar V. S., segundo disse, dando communhão a um supposto enfermo e achar-se o Coadjutor fora da cidade; fugindo, escondendo-se em seguida – quando procurado por emissários meus – a fim de não dizer a verdade e fazendo que os padres de São Bento, depois de se prontificarem a effectuar o acto fúnebre, mandassem também recado idêntico, isto é, que não havia padres no mosteiro (sic). Tolerante por principio e defendendo em todo o terreno a plena liberdade de consciência, não posso concordar com V. S. acerca de seu procedimento no caso, quando este poderia ter fácil e prompta solução si a sua attitude fosse sincera e leal, declarando “in limini” que os preceitos romanos não admitem a encomendação de maçons, sem precisar recorrer a subterfúgios. Pertencente a tradicional família de Sorocaba, descendente mesmo daquelle que, há mais de cem annos, dotou a nossa actual cathedral da velha torre que ainda se ergue ao seu lado; acostumado a guardar a sua tradição religiosa, não a religião de beateiro e disfarçadamente intolerante, ou fanática, mas a verdadeira, a christã em sua pureza, que recomenda o amor a Deus e ao próximo, concorri, na esphera de minhas forças, para a reconstrucção da velha matriz, quando procurado pelo honrado vigário de então, o digno sacerdote Monsenhor Magaldi, e também para erecção da mor parte dos altares, que foram feitos, quase todos, mediante subscrições, jamais negando o meu concurso monetário para as festas religiosas, o que tudo tem brotado de meu espírito tolerante, pois sou maçon convicto e aceito os princípios maçônicos sem discrepâncias. Isto porque não há incompatibilidade entre taes princípios e a religião

christã, a não ser quando a intolerância e o fanatismo vem tomar o lugar desta última. Si para a effectivação de certos actos da Igreja, como o de que se trata, os quaes, seja dito de passagem, jamais foram negados a quem quer que fosse no passado desta parochia, em fase do elevado critério daquelles que a dirigiam; si para a effectivação daquelles actos, como dizia, - a qualidade de maçon constitui impecilho é dever de coherencia, de justiça, não recorrerem aos maçons de Sorocaba, quando se tratar de obter dinheiro para as obras e pompas da Igreja, devendo ainda excluir os seus nomes, a começar do meu, dos cargos de membros, ou de membros honorários de associações que se inculcam obedientes aos preceitos de Roma. Si tenho praticado actos que me tornam digno de figurar em quadros dessas sociedades religiosas, nunca o fiz com intuitos vaidosos, pois pratico a caridade, sempre que posso, sem alardes e sem humilhar o que pede com indagações vexatórias. Ditas estas palavras, autorizo também a V. S. a excluir os nomes de minha esposa e de minhas irmãs, das irmandades religiosas locais. Ao seu inteiro dispor, subscrevo-me. RENATO MASCARENHAS. Sorocaba, 7 de Agosto de 1925. (ALEIXO IRMÃO, 1994, p. 488)

ANEXO B

Proposta de Reforma das Escolas Noturnas

Proposta de reforma das Escolas Noturnas: 1- Alterar a classificação actual do corpo docente, fazendo-se que o professor da 2ª Escola passe a reger a 3ª e vice-versa, isto é sob o critério de antiguidade; 2 – Observância integral do Programa Oficial do ensino até 3º anno; 3 – Dar ao professor da 3ª escola atribuições de director das mesmas escolas, com ordenado correspondente relativamente; 4 – Mandar proceder a diversos melhoramentos no prédio, taes como caiação interna nas salas de aulas, pintura externa dos paredes, colocação de alguns vidros nas mesmas, modificação da actual instalação electrica no sentido de distribuir melhor a iluminação, lavagem do soalho e mobiliários etc.; 5 – Construir uma saleta, separada por tabiques, dentro e do lado direito da sala actual do 3º anno, reservado ao director e que deverá conter mobiliário indispensável, taes como secretária, estante para archivo, cadeiras, laboratório, talha, etc.; 6 – Solicitar ao Governo do Estado, por intermédio do inspetor escolar nesta, diversos mapas geográficos, quadros históricos, museu e outros objetos necessários bem como 10 escarradeiras hygienicas, tudo mediante lista que fôr fornecida pelo mesmo inspetor, conforme isso se prontificar e que deverá ser aproveitado depois que previamente se retirarem, por imprestáveis , os mapas geograficos e outros materiais estragados lá existente; 7 – Adquirir vários objetos, taes como 1 secretária, 1 estante e cadeiras para a sala do director, 2 talhas de barro e os necessários suportes para essas e para as já existentes, alguns copos, cestas para papéis velhos etc.; 8 – Construir ao lado da actual uma outra privada, de dimensões menores, e retocar o mictório existente; 9 – colocação em lugar conveniente de um reservatório de água, de capacidade mínima de 1.000 litros; 10 – Acerca da freqüência dos alunos operários, que tem sido muito baixa nos últimos tempos, estabelecer um entendimento entre esta Aug.: Loj.: e a Delegacia Regional de Polícia desta cidade, que, por seu turno, se entenderá a respeito com as gerencias das fábricas locais. Quando o aluno começar a faltar o director das escolas comunicar-lo-á à Loj.: e esta por seu Vem.: levará o facto ao conhecimento do dr. Delegado, que solicitará do gerente da fábrica respectiva eliminação do mesmo, a não ser que volte a freqüentar as aulas. Após a leitura do parecer da Comissão, o

Resp.: Mest.: despachou favorável os itens nºs 1, 2, 6 e 10 por serem matérias de administração e os de nºs 3, 7, 8 e 9, à Ilma. Comm.: de FFin.: para dar parecer, e o de nº 4, favorável, em partes, mandando à Ilma, Comm.: de FFin.: para que se pronunciasse na parte referente a modificação da instalação eléctrica. Com a palavra o Resp.: Ir.: Orad.: requer urgência de discussão e votação do item nº 4, na parte que deveria ser enviada a Ilma, Comm.: de FFin.: explicando que a Comm.: encarregada das reformas, já se entenderá com o Snr. Pimenta, gerente da Casa de Eletricidade, estabelecida nesta cidade à rua de São Bento, e que o mesmo Snr. Se prontificou a fazer o serviço gratuitamente, cobrando somente o material empregado, em virtude de ser o mesmo, para uma instituição de ensino. Em discussão, portanto a parte referida, do item nº 4, reinou silêncio, à votos, foi aprovado, ficando portanto sem efeito o primitivo despacho do Resp.: Mestre.: e despachado novamente, favorável. Com a palavra o Resp.: Ir.: 1º Vig.: propõe, sendo aprovado que o director das Escolas, communique directamente ao dr. Delegado Regional de Polícia, as faltas dos alunos, em vez de comunicar a Off.: Em seguida o Resp.: Mest.: põe em discussão os seus despachos, no laudo apresentado pela Comm.: de reformas. (ALEIXO IRMÃO, 1994, p.453).

ANEXO C

RELATÓRIO DAS ESCOLAS NOTURNAS - 1927

Relatório das Escolas Noturnas: Subordinadas à denominação de Curso Noturno Gratuito de Alfabetização “Perseverança III”, funcionam atualmente com toda a regularidade e magnífica freqüência, as três escolas mantidas por essa Loj. e procuradas principalmente por filhos de operários e lavradores. Ao iniciar-se o meu mandato, só funcionavam 2 dessas escolas, visto como, conforme sabeis, a Off., não há muito tempo, sustara o funcionamento da 3ª escola que correspondia ao programa do 3º ano dos cursos primários oficiais, por falta de alunos. Ao começarem, porém, as aulas do 1º semestre deste ano logo se nos deparou a necessidade imperiosa de desdobrar a 1ª escola, ou 1º ano, diante da matrícula excessiva alcançada pela mesma, assim como pela 2ª escola, ou 2º ano, matrícula essa que, como pelo número elevado, não poderia autorizar as práticas pedagógicas recomendadas. À vista disso, a 7 de março do corrente ano, a Loj. resolveu desdobrar a 1ª escola, fazendo funcionar assim a 3ª, em tempo suprimida, agora, porém, sob a denominação de 2ª escola, ou 1º ano B, passando a 2ª escola existente a denominar-se 3ª, com programa do 2º ano. São seus professores atualmente os seguintes educadores: - 1ª escola (1º ano A), o snr. Domingos Rizzo; 2ª escola (1º ano B), o prof. Achiles de Almeida, e 3ª escola (2º ano), o prof. José Reginato. A 31 de maio findo, os boletins mensais acusaram a seguinte matrícula: 1ª escola 47 alunos; 2ª escola 41 alunos; 3ª escola 23 alunos. A 111 meninos pobres está, pois o Curso ministrando as primeiras luzes da instrução, com grande aproveitamento por parte dos mesmos. O serviço de fiscalização continuou, como nos anos anteriores, feito por inspetores mensais, nomeados oportunamente por este Alt.. O funcionamento dessas escolas, nos altos do prédio de propriedades da Loj., à rua Barão do Rio Branco, nº 3 exige ainda os serviços de um porteiro, que acumula o encargos de servente. Da renda da Off. foi retirada a quantia de Rs. 3:280\$000, para se custearem, durante a gestão que finda as despesas do pessoal de serviço, custeio esse feito exclusivamente pelos Ilr. Desta Loj. visto como, vítima gratuita de odiosidade política, não conta ela atualmente, para esse elevado fim, com auxílios governamentais. Por ocasião dos exames realizados nos últimos dias do ano letivo de 1926, este Alt. determinou que se distribuíssem prêmios aos alunos que mais se

distinguissem, a título de estímulo e a exemplo do que se fez em 1925, tendo as Com. examinadoras nomeadas dado desempenho a essa incumbência, fazendo criteriosa distribuição. Como vedes, a instituição de tais escolas constitui para nós, membros desta Loj., uma preocupação de que não abriremos mão e oferece também grato ensejo de desempenharmos uma parte notável do programa dos saudosos fundadores desta Off., cooperando sensivelmente na difusão da instrução entre os meninos providos de recursos, máxime agora que, não obstante as perseguições inglórias movidas contra esse departamento de nossa atividade, mais se movimentam e são procuradas as classes do nosso Curso. Funciona ainda, durante o dia, nas salas das nossas escolas, o Externato Sorocabano, sob a direção dos professores Achilles de Almeida, José Reginato e Vicenta Bella. A Loj. no afan de cooperação para a maior difusão do ensino, manteve na vigência do meu mandato a concessão que em tempo fez àquele instituto para que ali se estabelecesse. (ALEIXO IRMÃO, 1994, p.526).

ANEXO D

RELATÓRIO DAS ESCOLAS NOTURNAS – 1929

As Escolas (continuação do relatório). Graças ao Sup. Arch. do Univ. podemos manter as Escola Noturnas Perseverança III. Como sabeis a 7 de setembro próximo atingirão ellas ao 60º aniversário de fundação. Doze lustros de trabalho na diffusão da instrucção entre os menos providos de recursos, e, si é verdade que para uns esteja o nosso grêmio em “franca decadência e desorganização”, para outros, tem sido a lâmpada maravilhosa e offuscante que sabe atrahir, quaes borboletas, os cegos do saber. Em contraposição ao grupelho, por demais conhecido, onde uns são revestidos de enferrujada política em pretensão a brilho, indivíduos cuja massa encephalica antilogada por idéias religiosas se prevalecem do cargo que occupam para burlar uma lei, nos criando embaraços de toda a sorte, inclusive o pecuniário, oppomos a brilhante prova que recebemos dos actuais dirigentes do município, quando por meio de officio nos agradeceu o concurso prestado pela Loj.: à instrucção, cedendo como fez, sem retribuições o prédio das duas escolas para alli funcționarem o Gymnasio Municipal e o Curso Anexo desde abril do anno passado até os primeiros dias deste anno. A nossa casa de instrucção vem assim prestando reaes serviços, não só pelas aulas noturnas mantidas pela Loj., como também em diurnas que são mantidas por professores particulares, que nos tem pedido o prédio por empréstimo. Funcționaram regularmente as aulas das trez escolas sendo que, no corpo de professores houve as seguintes alterações: em Fevereiro pediu dispensa do cargo o professor sr. Antônio Pereira Junior, sendo nomeado para substitui-lo o professor sr. Antônio Miguel Pereira Junior, que por sua vez tendo resignado o lugar, foi substituído pelo sr. Artidoro Mascarenhas que ainda ocupa o cargo. Em março, o Ir.: professor Antônio Funes, tendo sido nomeado para o cargo de director do Gymnasio Municipal, não podendo continuar, por falta de tempo, regendo uma das escolas, deixou-as tendo sido nomeado para substituí-lo o Ir. Arlindo Baptista que conserva o lugar. O professor Nestor Grillo sendo o mais antigo nas escolas, ficou encarregado da directoria interna das mesmas. Em 31 de Maio findo, os boletins mensais accusavam a seguinte matrícula: 1ª Escola 40 alunos, 2ª Escola 39 alunos, 3ª Escola 54 alunos. Total 133 alunos. Á esses 133 alunos pobres está pois, o curso ministrando as luzes fundamentais da instrucção, com aproveitamento por parte dos mesmos. A fiscalização foi feita, como nos annos

anteriores, por inspetores mensaes nomeados pelo Alt.:. Para o bom funcionamento dos cursos, ainda empregamos um porteiro que fez as vezes de servente. (ALEIXO IRMÃO, 1994, p.577)

ANEXO E

REGULAMENTO DAS ESCOLAS NOTURNAS

Regulamento das Escolas Noturnas Masculinas de Alfabetização da Perseverança III. Art. 1º - As escolas noturnas de alfabetização mantidas pela Loja Maçônica Perseverança III, reger-se-ão pelo presente regulamento desde a data de sua aprovação. Art. 2º - As classes que actualmente são em número de três poderão ser aumentadas ou diminuídas segundo as conveniências e possibilidades da Loja. Art. 3º - Cada classe será regida por um professor de preferência diplomado. Parágrafo único – No caso de não ser o professor diplomado deverá ser pessoa idônea e de preferência irmão do quadro. Art. 4º - Nas escolas adoptar-se-á sempre o programma das escolas noturnas de alfabetização estadoaes. Parag. 1º - O período lectivo irá de 1º de fevereiro até 10 de junho e de 1º de julho até 30 de novembro. Parag. 2º - As aulas todos os dias úteis irão das 19 às 21 horas. Parag. 3º - Aos sábados não haverá aula, assim como nos feriados nacionaes. Art. 5º - O director das Escolas por força do regimento interno da Loja é o Venerável. Parag. Único – O Venerável , sempre que julgar conveniente delegará, por officio, a direção a um dos professores, com as funções de sub-director sem ônus para a Loja e sem prejuízo para a escola. Art. 6º - A cargo do sub-director, a bem de leccionar a classe que é professor ficará a escripta do estabelecimento de ensino: matricula, correspondência official do ensino e manter as relações necessárias com as autoridades escolares estadoaes. Art. 7º - Para a inspecção das escolas por parte da Loja, o Ven.: nomeará um Ir.: do quadro. Parag. 1º - A duração dessa nomeação deverá ser de um anno e terá occasião após a posse do Ven.:. Parag. 2º - No caso de renuncia por qualquer motivo do cargo de inspector, o Ven.: nomeará outro Ir.:. Parag. 3º - A duração desta nomeação será do tempo que faltar ao Ir.: substituído. Art. 8º - O Ir.: inspector procurará inspeccionar as escolas o maior de numero de vezes, enviando mensalmente um relatório onde relatara tudo aquillo o que tenha observado afim de que a Loja possa acompanhar a marcha das escolas. Art. 9º - As salas onde funcionam as escolas poderão ser utilizadas por professores que mantenham cursos preparatórios ou de outra qualquer espécie. Parag. 1º - O professor ou professores que pretenderem as salas para o fim do Art. 9º, deverão officiar ao Ven.: obrigando-se a zelar pelo prédio e mobília

escolar, responsabilizando-se por qualquer estrago ou extravio verificado. Parag. 2º - O professor ou professores manterão um porteiro ou servente que se incumba da limpeza e vigilância durante as aulas. Art. 10 – O Ven.: alvitará, submettendo á apreciação da Loja, o quanto deverá ser pago, pelo professor ou professores, á pessoa encarregada da vigilância e limpeza. Parag. 1º - A pessoa encarregada da limpeza etc. será indicada pelo Venerável. (ALEIXO IRMÃO, 1995, p.12).

Fig. 1 - Cadeia construída em 1802. Adquirida pela Loja Maçônica Perseverança III em 1869. Foto de 1850 (ALEIXO IRMÃO, 1999, p.68)

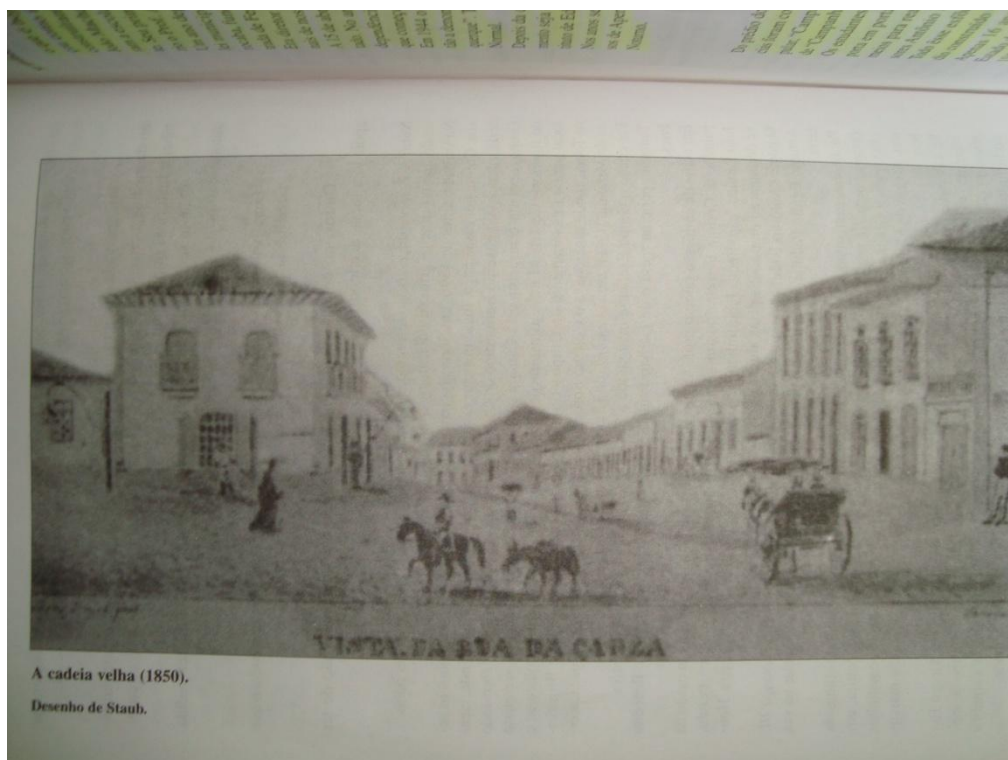


Fig. 2 - O prédio da cadeia velha, após a reforma efetuada pela Loja Maçônica Perseverança III. Foto sem data. (ALEIXO IRMÃO, 1999, p. 76).



Fig. 3 – Um dos prédios em que funcionou a Loja Maçônica Perseverança III, na esquina das ruas da Penha e Padre Luiz. Foto sem data. (Sorocaba 350 anos, 2004).



Fig. 4 – Templo da Loja Maçônica Perseverança III, na rua do Conselho, atual rua Ubaldino do Amaral. Foto de 1919. (ALEIXO IRMÃO, 1994)



Fig. 5 – Prédio onde funcionavam três classes da Escola Noturna Perseverança III. Foto de 1919. (ALEIXO IRMÃO, 1994, p.390).



Fig. 6 – Fachada do prédio da Escola Noturna Perseverança III. Foto de 1924.
(CHIOZZOTTO, 2007, p.41)

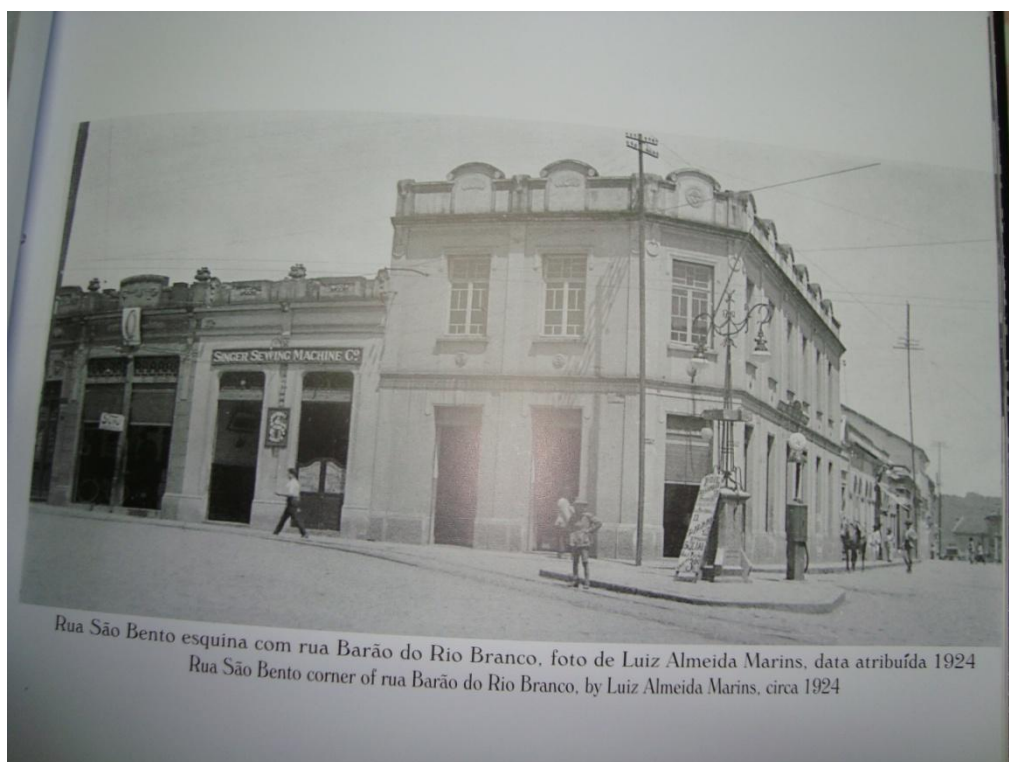


Fig. 7 – Fachada do prédio da Escola Noturna da Perseverança III. Foto de 1929.
(CHIOZZOTTO, 2007, p.60)

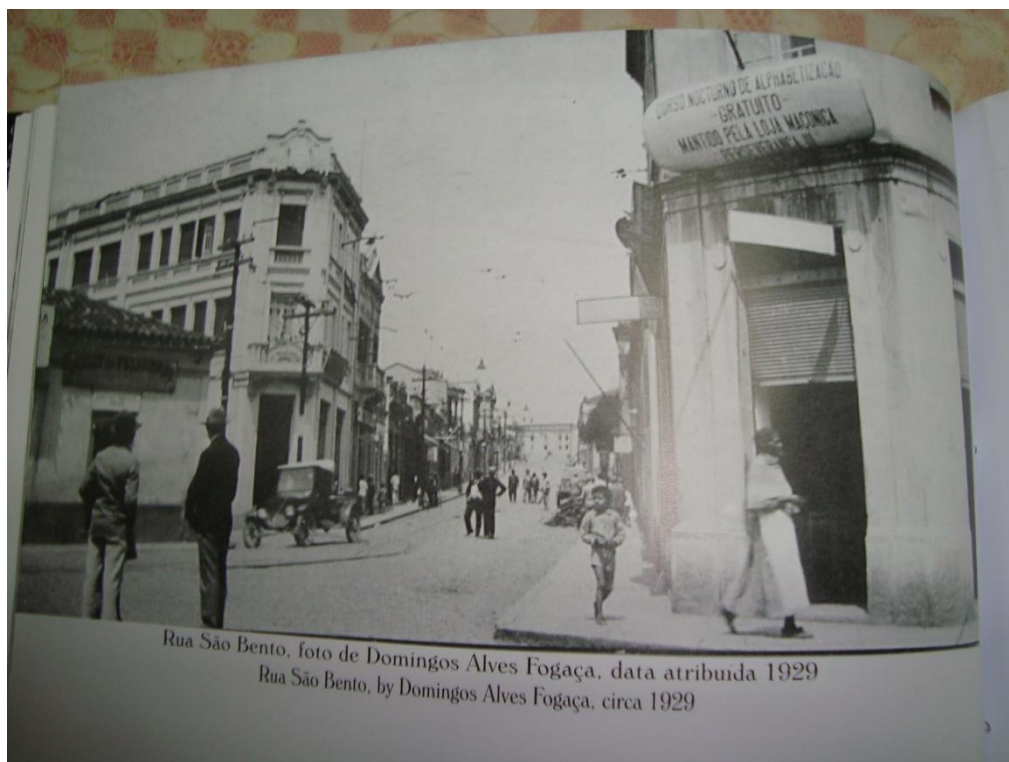


Fig. 8 – A Esquerda prédio da Escola Noturna Perseverança III. Foto de 1930. (CHIOZZOTTO, 2007, p.67).



Fig. 9 - Estrutura do Templo da Loja Maçônica Perseverança III em construção, vista da rua XV de novembro. Foto sem data. (ALEIXO IRMÃO, 1996, p.396)



Fig. 10 – Prédio da Loja Maçônica Perseverança III, em 1969, ano do Centenário da Loja. Foto sem data. (ALEIXO RMÃO, 1996, capa)

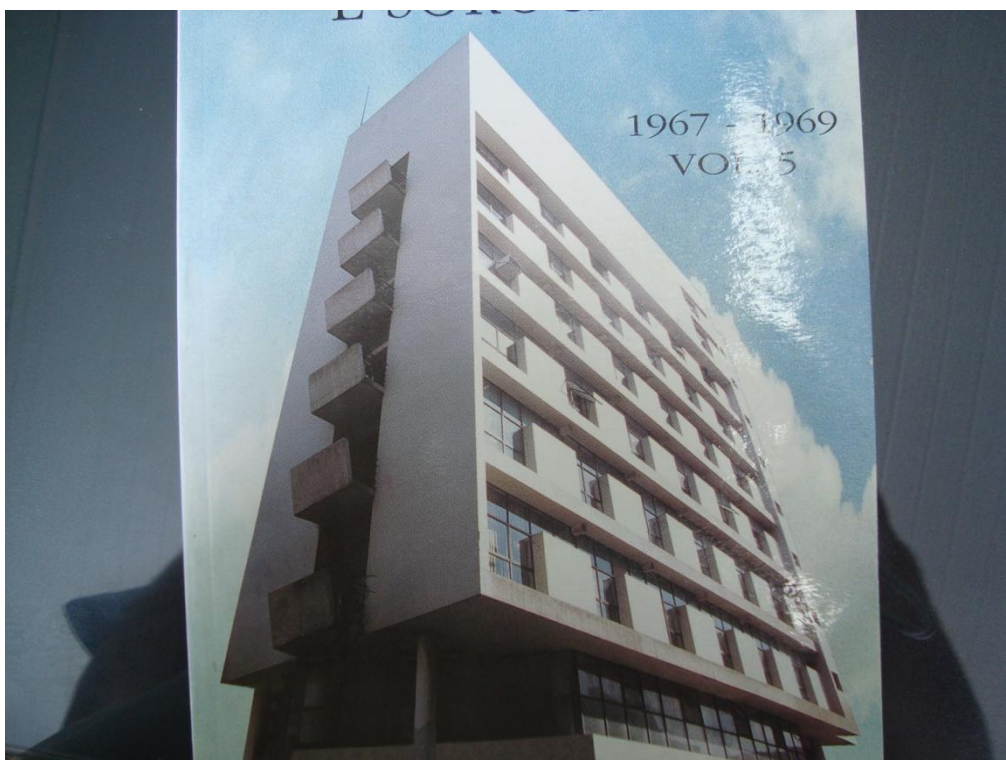


Fig. 11 - Primeira página do jornal Perseverança, lançado em 31 de julho de 1969, comemorativo ao Centenário da Loja. (ALEIXO IRMÃO, 1996, p. 206)





Fig. 14 - Foto estampada no convite para o Centenário de Fundação da Loja Maçônica Perseverança III. C



Fig. 15 - Foto estampada no convite para o Centenário de Fundação da Loja Maçônica Perseverança III. D



Fig. 16 - Integrantes da Loja Perseverança III. Sentado ao centro o Venerável do ano de 1891, José Padilha. Foto sem data. (ALEIXO IRMÃO, 1994, p.72)



Fig. 17 - Grupo de maçons da Loja Maçônica Perseverança III. Da esquerda para direita do observador, de pé: Vicente Guariglia (2º), Leopoldo Machado (3º), João José da Silva (4º), sentado, José Padilha de Camargo (1º). Foto sem data. (IRMÃO, 1999, p.352).



Fig. 18 - Alunos da Escola Noturna Perseverança III. Foto sem data. (IRMÃO, 1994, p. 578)

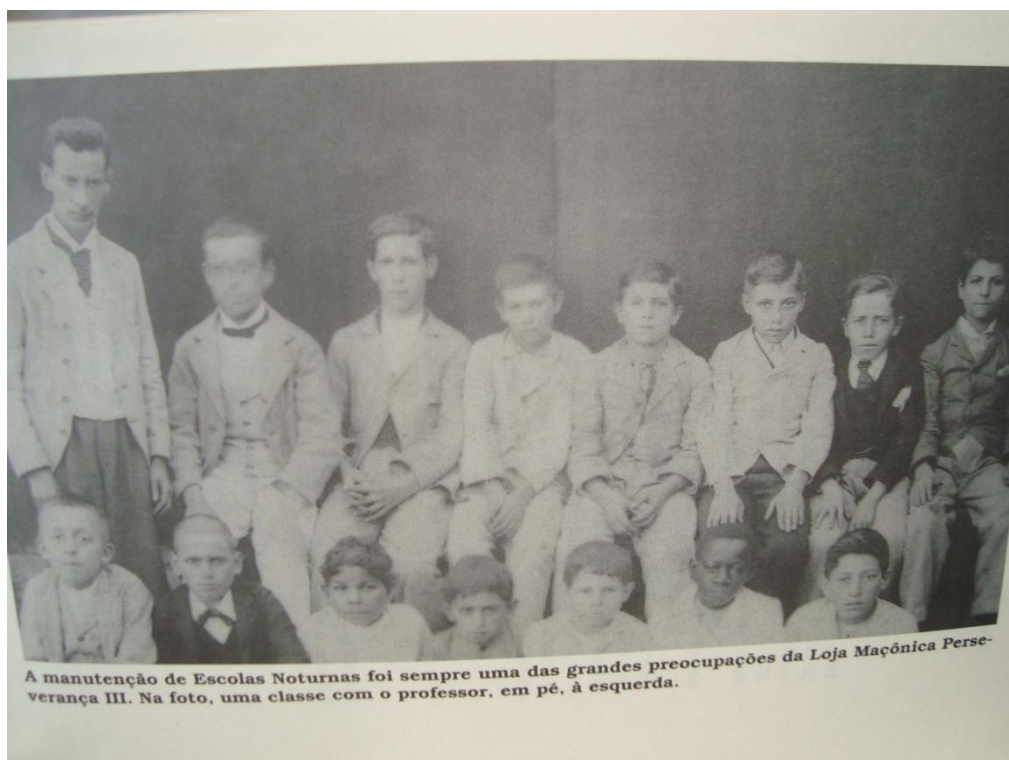


Fig. 19 - Alunos da Escola Noturna Perseverança III. Foto sem data (ALEIXO IRMÃO, 1999, p.151)




Fig. 20 - Diploma expedido pela Escola Noturna em 11 de dezembro de 1944 (Acervos da Loja Perseverança III)



Fig. 21 - Boletim da Escola Noturna Perseverança III, março de 1941. (ALEIXO IRMÃO, 1995, p. 327)

Escolas Nocturnas "Perseverança"
(Curso nocturno de alfabetização gratuito, mantido e dirigido pela Loja Maçônica "Perseverança III")

Fundadas em 7 de Setembro de 1869 e registradas na Directoria Geral do Ensino em 30 de Setembro de 1918.
Numero de Classes: — Duas.
Horario de funcionamento: 19 às 21 horas
SOROCABA



Funcionam em prédio próprio, á Rua Barão do Rio Branco, 23 (Sobrado), esquina da Rua de São Bento.
Periodo de férias: — O das escolas publicas primarias.
ESTADO DE SÃO PAULO

3ª CLASSE

Profes- sores de:	Portuguez.....	BOLETIM do mez de <u>maio</u> de 19 <u>41</u>
	Hist. do Brasil.....	
	Geog. do Brasil.....	
	Outras materias.....	

(1) O Director Paulo V. Cordino

Matricula actual 32
Matricula geral 37
(2) Frequencia média 26,52
(3) Porcentagem de frequencia 85,56%
O Professor Paulo V. Cordino

(1) O Director das Escolas é o Veneravel da Loja Perseverança III, ex-vi do seu Reg. Interno.
(2) A frequencia media é obtida sommando-se os comparecimentos e dividindo-se a somma pelo numero de alumnos matriculados
(3) A porcentagem da frequencia obtem-se multiplicando os comparecimentos por 100 e dividindo-se o resultado pela somma das faltas e comparecimentos.

Boletim das Escolas Noturnas da Perseverança III.

Fig. 22 - Decreto 528, de 29 ago. 1916, do Grande Oriente do Brasil, concedendo à Loja P. III o titulo de Grande Benemérita da Ordem, em razão dos seus assinalados serviços à causa da instrução popular. (ALEIXO IRMÃO, 1994, p.335).

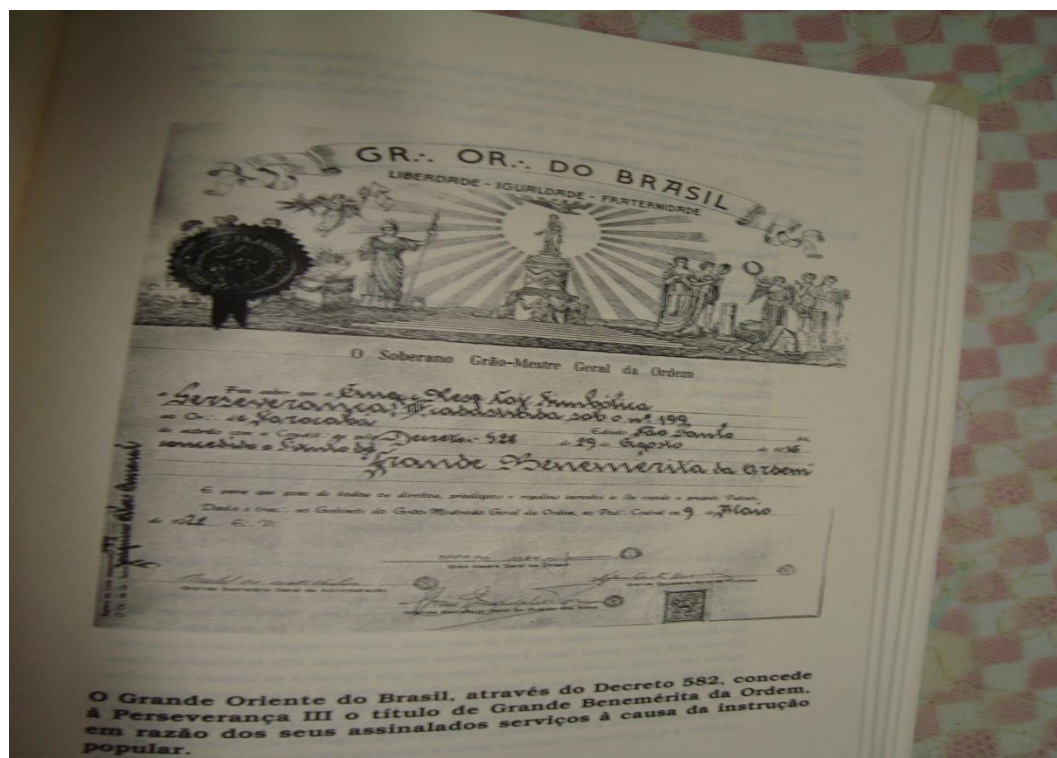


Fig. 23 - Título de Benfeitora da Ordem, concedido à Loja Maçônica Perseverança III em 29 de junho de 1918, em razão dos serviços prestados com a criação e manutenção das Escolas Noturnas gratuitas. (IRMÃO, 1994, p.360).

